UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**“Mulher joga filho na lixeira”:
a discursivização da mulher-mãe infanticida na mídia**

KÁTIA ALEXSANDRA DOS SANTOS

RIBEIRÃO PRETO – SP
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KÁTIA ALEXSANDRA DOS SANTOS

**“Mulher joga filho na lixeira”:
a discursivização da mulher-mãe infanticida na mídia
VERSÃO CORRIGIDA**

**Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São
Paulo, como parte das exigências para a obtenção do
título de Doutor em Ciências, Área Psicologia.**

Orientadora: Prof. Dra. Leda Verdiani Tfouni

RIBEIRÃO PRETO – SP

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Kátia Alexsandra dos

“Mulher joga filho na lixeira”: a discursivização da mulher-mãe infanticida na mídia. Ribeirão Preto, 2015.

176 p.

Tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Tfouni, Leda Verdiani

1. mulher-mãe. 2. mídia; 3. genéricos discursivos; 4. psicanálise lacaniana.

Nome: Santos, Kátia Alexsandra dos

Título: “Mulher joga filho na lixeira”: a discursivização da mulher-mãe infanticida na mídia.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha mãe Maria e a todas as mulheres-mães, mulheres não-mães, mulheres-mulheres, infanticidas ou não.

Dedico ainda ao meu grande amigo Giuliano Hartmann (*in memoriam*), que não pode finalizar o sonho de ser doutor, mas continua me inspirando a cada dia a lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Leda Verdiani Tfouni, por ter acreditado no meu trabalho desde o dia em que, meio desajeitadamente, cheguei a Ribeirão Preto com uma proposta nada definida, ainda nos contornos de um discurso que me instigava. Leda, você me ensinou a buscar e a valorizar as minhas/nossas escolhas teóricas. Você me mostrou como ser pesquisadora, como não ter medo de inovar e produzir ciência de um modo não convencional. Obrigada pela confiança, pela oportunidade, pelo acolhimento no grupo AD Interfaces e pelo carinho e garra com os quais defende seus orientandos.

Agradeço à minha família, sobretudo minha mãe e irmã e a todos que sempre me incentivaram a prosseguir, mesmo com todas as dificuldades inerentes ao processo. O orgulho de vocês é a força que me move.

Agradeço ao meu namorado/amigo/noivo/companheiro, Alessandro Seiji Cawahisa, pela força e presença em todos os momentos (até em eventos acadêmicos!). Seu amor e companheirismo foram fundamentais!

Agradeço à banca que avaliou este trabalho e trouxe seu olhar atento desde o momento da qualificação, em especial ao Anderson, com seus esquemas lógicos e muitas sugestões: você deu outro contorno a esta tese! Ao professor Manoel, sempre prestativo e cortez, que também acrescentou muito durante a qualificação. Ao professor Miguel Bairrão, pelas contribuições no momento da defesa. E à Denise Gabriel Witzel, que, mais uma vez, esteve presente nesse momento tão importante da minha carreira acadêmica. Obrigada pelo olhar diferenciado e pelo carinho desde a graduação em Letras!

Os amigos também não poderiam deixar de ser mencionados, em especial aqueles que estiveram bem próximos e me possibilitaram reclamar, discutir o texto, aprofundar as ideias e até esquecer da tese!

Aos colegas doutorandos, como eu, que dividiram angústias e conquistas e fizeram desse percurso mais leve: Marcela, Gustavo, Angela Silva, Paula; Renata, Fabiana, Juliana Silveira, Samuel, Jefferson (as poderosas!).

Em especial à Elaine, que esteve sempre presente desde os primeiros contatos para a seleção até a escrita do texto, revisou, discutiu comigo e, acima de tudo, olhou criticamente para ele, meu mais sincero agradecimento!

Aos amigos do coração que estiveram próximos o tempo todo: Michele Cervo e Clayton Reis. André, Specht, Juliane Trevisol e Sheila Quadros. Vocês foram fundamentais!

Aos outros amigos que também estiveram presentes, Angela Corso e Luciane Corso, companheiras de casa, de vida e de projetos de vida sempre.

Aos colegas de trabalho e aos meus alunos da Universidade Estadual do Centro-Oeste pelo apoio, carinho e compreensão em cada momento de ausência.

Ao grupo *AD- Interfaces* que foi determinante para as construções que embasaram esta tese, obrigada pelos cafés, almoços, leituras, caronas, viagens e companheirismo. Em especial aos que estiveram mais próximos nas angústias e sorrisos que o processo possibilitou: Dionéia, Juliana Silva e Juliana Bartijotto, Fernando, Verônica, Carol, Leny, Clarice, Jonas e todos os outros colegas.

O grupo me permitiu a síntese que buscava enquanto pesquisadora, no interstício entre as formações em Letras e em Psicologia, e entre a Análise do discurso e a psicanálise e esse foi um ganho que marcou, definitivamente, a configuração da minha identidade enquanto pesquisadora. Portanto, meu mais sincero agradecimento.

Ó filhos malditos de mãe odiosa, perecei com vosso pai, e a casa caia toda em ruínas. Como eu preferiria mil vezes estar na linha de batalha a ser uma só vez mãe!

(Medeia, Eurípedes)

RESUMO

Santos, K.A. (2015). “*Mulher joga filho na lixeira*”: a discursivização da mulher-mãe infanticida na mídia. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - São Paulo.

Este trabalho parte de uma inquietação acerca dos dizeres que vêm se constituindo na mídia sobre a mulher em seu papel de mãe em nossa sociedade. Trabalhando na articulação entre a Análise do Discurso (Pêcheux, 2008, 2009) e a psicanálise lacaniana, nosso *corpus* de pesquisa constituiu-se de manchetes sobre abandono e infanticídio, divulgadas em portais eletrônicos de notícias. Tivemos como objetivo central analisar a discursivização da mulher-mãe pela mídia na contemporaneidade, a partir do conceito de genéricos discursivos (Tfouni, 2004) e também observar se as manchetes das notícias analisadas produzem efeitos que podem ser compreendidos como elementos indiciários de que *A mulher*, enquanto conjunto, não existe, conforme preconizou Lacan (2008b). A análise partiu da consideração de que as notícias constituem-se como acontecimentos que fogem ao discurso vigente e colocam-se como indícios a serem observados, por apontarem para um processo discursivo da/na contemporaneidade. Os efeitos da discursivização dos atos “cruéis” realizados por essas mães, em contraposição ao grupo de “todas” as mães, repousam nos genéricos que circulam pelo interdiscurso e comparecem na produção de sentidos. Ao narrar um caso fora do conjunto das mulheres-mães, a manchete e a notícia apontam para o pré-construído que se (re) afirma em torno da maternidade como algo inerente ao feminino. Por outro lado, o fato de ser possível dizer algo como o que é dito nessas notícias indica um furo no grupo de todas as mulheres e mães, um menos-um que não permite que a unidade se perpetue. Paradoxalmente, há o recobrimento dessa falta, presente na própria língua(gem), que não dá conta de nomear sujeitos como essas mulheres, se não em contraposição ao conjunto (supostamente homogêneo) de mulheres-mães. Ressaltamos ainda a construção da figura do monstro (Foucault, 2001) produzido pela mídia, que se ancora em um discurso relacionado à natureza e à cultura e produz, mais uma vez, a homogeneização, agora do grupo das mulheres-mães-monstros. A noção de público e privado também comparece tangencialmente aos outros elementos da análise. Quando passamos do singular para o universal, estamos também passando do privado para o público e é nesse sentido que a mídia tem um papel fundamental. Se partimos da premissa de que mulheres sempre abandonaram ou mataram seus filhos, podemos também afirmar que o estranhamento de notícias como as das manchetes que trouxemos como *corpus* deste trabalho indiciam que tais acontecimentos ficavam na esfera privada. Ao passar, então, para o domínio público, via mediação, produz-se o espetáculo (Rubim, 2004). E, ao produzir-se o espetáculo, produz-se o efeito de singularidade, exceção que reafirma o conjunto, com base no pré-construído que se reativa a partir dos genéricos e do interdiscurso. Desse modo, as manchetes produzem um efeito paradoxal: ao trazerem a exceção, corroboram para a afirmação de que *A mulher*, enquanto conjunto, não existe; ao mesmo tempo em que, ao considerarem a exceção tratam logo de universalizarem, criando uma outra categoria homogênea, a das mulheres-mães-monstros, recobrando novamente o furo do grupo e escamoteando a fórmula lacaniana.

Palavras-chave: Mulher-mãe. Infanticídio. Análise do discurso. Genéricos discursivos. psicanálise lacaniana.

ABSTRACT

Santos, K.A. (2015). “*Women throws son away in the trash can.*” *The discoursivization of the infanticide mother-woman on media*. Dissertation. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - São Paulo.

This essay arises from a concern about the sayings about woman as regards her societal role of mother, conveyed on media. Our research *corpus* was composed of headlines about abandonment and infanticide conveyed on news online homepages, based on the articulation of Discourse Analysis (Pêcheux, 2008, 2009) and lacanian psychoanalysis. Our main objective was to analyze the discoursivization about mother-woman by media in contemporaneity, based on the concept of discursive generics (Tfouni, 2004) and to observe if the analyzed headlines produce effects that may be understood as index elements that *The woman*, as a group, does not exist, such as advocated by Lacan (2008b). Analysis was based on the consideration that news are events that are beyond the current discourses and are index to be observed, since they point to a discursive process of/in contemporaneity. The effects of the discoursivization of the “cruel” acts performed by such mothers, counterposing the group of “all” mothers, lays on the generics that are present in the interdiscourse and act on sense production. When narrating a different case from the group mothers-women, the headlines and the news point the preconceived that is (re)affirmed about maternity as something womanly. On the other hand, the fact that it is possible to say something such as what is said on this news highlights a puncture in the group of all women and mothers, a less-one that does not allow unity to perpetuate. Paradoxically, there is the covering of such lack, existing in language itself, that does not allow to name subjects such as those women, if not against the (supposedly homogeneous) group of women-mothers. Moreover, we underline the construction of the monster figure (Foucault, 2001) produced by media, rooted to a discourse related to nature and culture, and produces, once more, homogenization, regarding the group of monsters-mothers-women. The notion of public and private is tangentially present on other elements of analysis. When we go from singular to universal, we are also moving from private to public and, in such sense, media has an essential role. If we assume that women always abandoned or killed their children, we can also state that the strangeness of news such as those of the headlines we cite as *corpus* of analysis, indicate that those events were kept to the private sphere. When it is conveyed to public knowledge, via media, the spectacle is produced (Rubim, 2004). And, when producing the spectacle, the effect of singularity is produced, exception that underlines the group, based on the preconceived material that is reactivated from the generics and the interdiscourse. Thus, the headlines produce a paradoxical effect: when mentioning the exception, corroborate the statement that *The woman*, as a group, does not exist, at the same time as, when considering the exception, make it universal, creating another homogeneous category, of the monsters-mothers-women, covering again the puncture of the group and concealing the lacanian formula.

Keywords: mother-woman; infanticide; discourse analysis, discourse generics, lacanian psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
 CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DA MULHER: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O FEMININO E A MATERNIDADE:	25
1.1 A construção da maternidade	30
1.1.1 Novas configurações da maternidade: panorama contemporâneo	34
 CAPÍTULO 2 - A MULHER É O OUTRO	39
2.1 O sujeito psicanalítico	40
2.2 Constituição da mulher pela psicanálise.....	44
2.2.1 O Complexo de Édipo na menina.....	45
2.2.2 Do complexo de Édipo à assunção da feminilidade	49
2.2.3 Lacan e A mulher	52
2.3 A psicanálise e a maternidade	57
 CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA E MÉTODO PARA INTERPRETAR OS DISCURSOS SOBRE A MULHER-MÃE INFANTICIDA NA MÍDIA	63
3.1 Paradigma indiciário.....	63
3.2 Análise do Discurso Pecheutiana (AD)	66
3.2.1 A noção de discurso.....	69
3.2.2 Formações ideológicas (FIs), formações discursivas (FDs)e Interdiscurso	73
3.2.3 Sujeito do discurso	75
3.2.4 Dispositivo analítico.....	78
3.2.5 Discurso jornalístico	80
3.3 Genéricos discursivos	85
3.4 Construção do <i>corpus</i>	91
 CAPÍTULO 4 - MULHERES QUE MATAM OU ABANDONAM SEUS FILHOS: UM LUGAR VAZIO DE SIGNIFICANTES?.....	97
4.1 O que diz a legislação?	99
4.2 O que diz a academia acerca do infanticídio?	102
4.3 E o que a psicanálise tem a dizer sobre o infanticídio?	107

4.4 Algumas hipóteses diagnósticas.....	110
4.5 A construção da mulher-mãe-monstro.....	112
 CAPÍTULO 5 - A MULHER-MÃE INFANTICIDA NA MANCH(A)ETE.....	119
5.1 O pré-construído em torno da palavra "mãe": Universal x Particular	129
5.2 Natural x Desnaturadas	134
5.3 A mulher-mãe-monstro	136
5.4 Público x Privado	139
 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES... NUNCA FINAIS	143
 REFERÊNCIAS.....	149
 ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Mulher joga criança no rio (Youtube, Jornal Montes Claros, 13.03.2011)¹

Mãe joga filho recém-nascido em lixo e banheiro de hospital (Folha Uol, 30.11.2007)²

Mãe que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê (Portal R7.com, 25.04.2011)³

Manchetes como essas, chamadas para notícias⁴ que circularam com muita frequência na mídia brasileira, têm nos intrigado por dois motivos: primeiro, pela regularidade com que foram aparecendo e; segundo, pelos efeitos que causaram/causam em uma sociedade habituada a discursivizar a mulher e, principalmente a mulher-mãe⁵, de outro modo. Este trabalho parte, portanto, de uma inquietação acerca dos dizeres que vêm se constituindo na mídia sobre a mulher, sobretudo no que se refere à repetição dos chamados “genéricos discursivos” relacionados à mulher em seu papel de mãe em nossa sociedade.

Nossa relação com o tema mulher data de alguns anos, quando pesquisamos a constituição heterogênea do discurso feminino (Santos, 2008), a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e, depois, quando investigamos o discurso feminino pela ótica da psicanálise (Santos, 2009). Considerando, então, o caminho trilhado entre as temáticas: mulher, discurso feminino, e a incursão pelas áreas da psicanálise e AD é que fomos construindo o caminho para esta tese de doutoramento.

No trabalho desenvolvido em situação de mestrado, mencionado anteriormente (Santos, 2008), percebemos que a constituição do discurso feminino é heterogênea e se dá a partir do que “dizem” sobre ela- o que chamamos na ocasião de “efeito-mulher”- noção que parte do conceito pecheutiano de “efeito-sujeito” (Pêcheux, 2009). O “efeito-mulher” seria, portanto, a constituição do sujeito mulher a partir da fala do outro, o que, em nosso contexto sócio-histórico se deu, fundamentalmente, a partir do que foi produzido pela palavra do homem. Contudo, percebemos também que algo sempre escapa a essa interpelação do sujeito pela ideologia dominante e é nesse sentido que a psicanálise pode nos dar substrato para

¹ Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=XmA26WjmMvE>>. Acesso em 21.out.2011.

² Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u350284.shtml>>. Acesso em 21.out.2011

³ Disponível em <<http://noticias.r7.com/videos/mae-que-abandonou-crianca-em-lixeria-ja-teria-tentado-afogar-bebe/idmedia/d7bc1a4451704f5930ecb7e18cdec03d.html>>. Acesso em 21.out.2011.

⁴ Tomamos notícia como um gênero (na concepção de Bakhtin) jornalístico específico com função de informar sobre determinado acontecimento de forma objetiva, de maneira a produzir um efeito de verdade e credibilidade, efeito esse resultante de um processo discursivo.

⁵ Os significantes “mulher” e “mãe”, assim, transformados em uma palavra composta, procuram dar conta do efeito produzido via discurso de que a mulher é vista, em nossa sociedade, a partir da relação (nem sempre verificável, do ponto de vista de uma prova objetiva) com a maternidade.

pensar tal questão, sobretudo nas formulações apresentadas por Lacan (2008b, 1985) sobre a mulher e sobre a constituição do sujeito pela linguagem.

A chegada ao tema objeto desta pesquisa reflete muito o percurso realizado por esta pesquisadora enquanto tal e como sujeito assujeitado pela ideologia e, conseqüentemente, pelas contingências da vida, mas também sujeito no sentido psicanalítico, entendido como aquele que surge “a despeito de”, muitas vezes ao sabor do inconsciente. Reflete também nosso percurso acadêmico, alternando entre as Letras e a Psicologia, áreas entre as quais nunca foi possível escolher.

Ainda, ao pensar na temática escolhida, acreditamos que seja importante considerar o próprio lugar social que assumimos como mulher. Nosso interesse desde muito tempo se volta às questões relacionadas ao “ser mulher”, processo esse alvo de identificação e estranhamento. A partir do contato com a Análise do Discurso, passamos a entender que o que chamamos de “ser mulher” é produto dos discursos que circulam em torno disso, que nos são despejados via cultura, e que nos apontam como é/deve ser uma mulher. Depois da famigerada chegada aos trinta anos, algum deslizamento se produziu (e não é difícil explicar por quê, considerando a cultura em que estamos inseridos) e passamos a nos interessar pelos discursos relacionados à maternidade e ao feminino, percebendo como é “evidente” a relação entre esses dois elementos. Assim, de deslizamento em deslizamento, de interesse em interesse, de discurso em discurso, chegamos ao projeto de doutorado e a esta tese.

É importante ressaltar também que o contato com o Grupo de Pesquisa *Análise do discurso e suas Interfaces* e, sobretudo, com a professora Leda Tfouni permitiram um caminho até então apenas esboçado em nosso desejo: a articulação entre a AD e a psicanálise. Não precisando mais escolher entre as duas áreas, agora era possível abraçar as duas e seguir tomando o discurso como objeto de estudo a partir de um ponto de cruzamento teórico que, a nosso ver, possibilita um melhor contato com esse objeto tão fascinante quanto inatingível, que é a linguagem.

Em revisão bibliográfica realizada acerca da produção acadêmica em torno dos temas: mulher e discurso; mulher, maternidade e discurso, nas áreas de Letras e Psicologia, verificamos que, em geral, os trabalhos apontam para:

- 1) análises literárias que tratam do discurso produzido por mulheres, escritoras; personagens femininos; discursos sobre mulher em obras literárias (Ribeiro, 2012; Pondé, 2000; Zinani, 2006; Silva, 2010);

2) análises linguístico-discursivas que se voltam à publicidade destinada ao público feminino ou que fazem uso da imagem feminina (Rocha, 2001; Samarão, 2007, Tfouni & Santos, 2013);

3) análises linguístico-discursivas de revistas destinadas ao público feminino (Heberle, 2004; Pereira, 2011; Zucco & Minayo, 2009; Chiaretti, 2008);

4) análises linguístico-discursivas e/ou psicanalíticas de produtos midiáticos, em geral, relacionadas ao feminino em nossa sociedade (Fisher, 2001)

5) trabalhos sobre o discurso das políticas públicas que abarcam a mulher em nossa sociedade, sobretudo relacionados a questões como aborto e violência contra a mulher (Souza & Diniz, 2011; Blay, 2003);

6) trabalhos acerca da representação da maternidade e da opção pela não-maternidade nos dias de hoje (Zulato-Barbosa & Rocha-Coutinho, 2007; Correia, 1998; Moura & Araujo, 2004; Zulato-Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012; Scavone, 2001; Santos, 2013).

Partindo dessa revisão preliminar e das inquietações provocadas pelos trabalhos desenvolvidos anteriormente, a proposta desta tese de doutoramento surgiu da consideração de que, na divulgação dos discursos sobre a mulher, a mídia se coloca como um veículo representativo, uma vez que funciona como um lugar em que se propaga o discurso ordinário (da ordem do dia), mas também funciona como um lugar de criação e divulgação de fórmulas discursivas genéricas (naturalizadas) que passam a constituir o discurso ordinário/cotidiano, colocando-se numa via de mão dupla. Entendemos que a mídia configura-se, portanto, como um ambiente privilegiado para pensar os discursos na contemporaneidade, uma vez que, ao relatar um acontecimento, constrói uma forma de simbolização que toma lugar da/na realidade (Charaudeau, 2006). Assim, o material sobre a mulher produzido pela mídia coloca-se como elemento indiciário (Tfouni, 1992, 2004) para se pensar o discurso sobre a mulher-mãe que circula na sociedade como um todo.

Nesse sentido, a investigação que propomos centraliza-se no que se produz via discurso sobre a mulher-mãe em um ambiente específico: a mídia- mais propriamente nos principais portais de notícia brasileiros divulgados na rede mundial de computadores (internet). Escolhemos tal veículo por ser um meio jornalístico em ascensão e de grande circulação. Também consideramos a importância de trabalhar com as notícias no meio jornalístico pelo efeito de verdade que causam.

Para isso, partimos de duas áreas do conhecimento que trabalham com a linguagem: a AD (Pêcheux, 2008, 2009) e a psicanálise lacaniana. As duas áreas mencionadas nos permitem observar o discurso sobre a mulher-mãe produzido pela mídia, a partir da

perspectiva dos genéricos discursivos (Tfouni, 2004, 2005), entendidos como discursos que produzem “fórmulas” para caracterizar um grupo, à maneira do silogismo, de forma a torná-los universais, e também compreender o que foge a essa lógica universal, por meio dos postulados da psicanálise.

Dentre as várias possibilidades de se trabalhar com o discurso sobre a mulher, este trabalho propôs a investida no discurso que se constrói sobre a mulher-mãe, binômio considerado universal, uma vez que circula em nossa sociedade o genérico que afirma que “TODA mulher é (ou deve ser) mãe”. Tal investigação foi realizada a partir do gênero notícia via mídia nacional, focalizando, explicitamente, notícias divulgadas em portais da internet (no período de 2011 a 2013)⁶. O *corpus* foi constituído essencialmente por notícias que apresentavam acontecimentos que fogem ao discurso vulgarizado no senso comum sobre o papel da mulher na sociedade, geralmente associado à maternidade, à fragilidade, ao assistencialismo, entre outras características ligadas discursivamente ao feminino em nossa cultura. Assim, escolhemos, pela regularidade com que foram surgindo, 12 (doze) notícias sobre abandono e infanticídio realizados por mulheres em relação a filhos recém-nascidos ou pequenos. A partir desse *corpus* selecionado, optamos pelo trabalho com as manchetes, já que entendemos que elas “resumem” a notícia e se organizam sintaticamente ao modo dos genéricos discursivos.

Os genéricos discursivos⁷ sobre a mulher afirmam, criando um efeito de homogeneidade, a partir do silogismo, que “toda mulher é mãe”; que “mulher é um sexo frágil”, que “ser mãe é padecer no paraíso”, que em “coração de mãe sempre cabe mais um”, entre outros elementos discursivos que vêm se colocando a partir da história e da ideologia. Os casos mencionados constituem-se como acontecimentos (discursivos, tal como afirmou Pêcheux, 2008) que fogem ao discurso vigente e, assim, colocam-se como elementos indiciários a serem observados, por apontarem para um processo discursivo da/na contemporaneidade.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho foi investigar o discurso produzido pela mídia eletrônica sobre a mulher-mãe em casos de abandono e infanticídio de filhos pequenos, por meio de manchetes de notícias, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do discurso de linha francesa e da psicanálise lacaniana, com vistas a observar de que

⁶ O período foi determinado em função de que tais acontecimentos discursivos têm surgido na mídia com maior frequência a partir dos últimos anos, de modo que o recorte acompanha essa regularidade e se situa no período de realização desta pesquisa.

⁷ Esse conceito será explicado na sequência.

modo são materializados genéricos discursivos sobre a mulher na contemporaneidade. Os objetivos específicos se organizaram em torno das seguintes pretensões:

- delimitar um *corpus* de análise a partir de notícias produzidas sobre a mulher-mãe em casos de infanticídio e abandono de filhos recém-nascidos ou pequenos, divulgadas em portais de notícias na internet;
- investigar de que modo a mídia eletrônica (portais de notícia divulgados na internet) vem produzindo discursos sobre a mulher-mãe na contemporaneidade por meio do gênero notícia, principalmente no que diz respeito às manchetes dessas notícias;
- articular teorias da AD e da psicanálise lacaniana, focalizando, principalmente, a formulação de genéricos discursivos sobre a mulher e a constituição do sujeito mulher pela psicanálise;
- observar se, no discurso construído pela mídia sobre a mulher-mãe, podemos encontrar discursividades que procuram contornar, através dos genéricos discursivos, a questão materializada pelo axioma lacaniano *A mulher* (enquanto conjunto) *não existe*.

Poderíamos nos perguntar se acontecimentos como os mencionados nunca ocorreram e/ou passaram a ocorrer apenas na contemporaneidade. Contudo, a história, e até a literatura⁸, nos apontam o contrário (Badinter, 1985; Venâncio, 2012): sempre houve casos de abandono e infanticídio praticados por mães em relação a seus filhos. Assim, por que isso tem aparecido na mídia com frequência apenas neste momento? Essa é uma das questões que pretendemos tentar responder neste trabalho.

A fim de procurar dar conta das questões que propusemos e da articulação teórica que trazemos nesta tese, ela ficou organizada do seguinte modo: no primeiro capítulo, fazemos uma revisão teórica acerca da história da mulher e da maternidade, a fim de presentificar as condições de produção dos discursos que circulam em torno da questão proposta; no segundo capítulo, trazemos alguns pressupostos da psicanálise sobre a constituição da mulher e do lugar que a maternidade ocupa nessa estruturação do sujeito-mulher. O terceiro capítulo, dedicamos aos aspectos teórico-metodológicos que dão embasamento ao trabalho, discorrendo sobre o paradigma indiciário, a Análise do Discurso pecheutiana, o discurso jornalístico, os genéricos discursivos e a construção de *corpus* de pesquisa. O quarto capítulo traz um esboço de análise, a partir da discussão do caso que deu início à coleta de dados desta pesquisa, o bebê encontrado na Lagoa da Pampulha. Também fazemos considerações sobre o infanticídio a partir de algumas hipóteses interpretativas via psicanálise/psicologia/psiquiatria,

⁸ O exemplo mais notável nesse sentido é a obra *Medéia*, de Eurípedes, da mitologia grega.

da legislação acerca da questão e das produções acadêmicas existentes. O capítulo ainda aponta para a discussão da construção da figura da “mulher-mãe-monstro”, considerando os escritos de Foucault (1991, 2001), Canguilhem (2009) e Courtine (2013). Por fim, o quinto capítulo apresenta a análise propriamente dita das manchetes selecionadas como *corpus* desta pesquisa sob a perspectiva da Análise do Discurso e da psicanálise lacaniana. Quanto às considerações finais, apresentam-se mais em tom de abertura a questionamentos, do que propriamente afirmações, de acordo com os pressupostos da Análise do Discurso e da psicanálise, campos teóricos que trazem em sua gênese a interpretação como movimento, como processo sempre imerso em uma continuidade, de modo que não representa nunca um fechamento, mas parte de uma reflexão desde sempre iniciada e sempre por concluir.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DA MULHER: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O FEMININO E A MATERNIDADE:

Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, enquanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a levou até ele. Disse então o homem: "Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada". (Gênesis 2: 21-23)

O texto bíblico nos inflige uma compreensão do surgimento do feminino a partir, literalmente, do homem, do seu corpo, que seria o que dá materialidade ao ser mulher. Entendemos esse processo metaforicamente, a partir do deslizamento para a teia dos discursos que compõem a definição do que é ser mulher, que, como já afirmamos (Santos, 2008), constitui-se pela palavra do homem.

Nesse sentido, compreender a irrupção de um acontecimento discursivo como o que propomos analisar neste trabalho exige uma reflexão, mesmo que sumária, do papel feminino em nossa sociedade e do papel que a maternidade ocupa na relação com o feminino, para que, então, possamos, dizer algo acerca de discursos que circulam em torno do que vem na negativa da maternidade, como é o caso das notícias que trazemos como *corpus*. Desse modo, iniciamos com alguns apontamentos acerca do feminino, do ser mulher, para depois passar às configurações da maternidade, de modo a poder, efetivamente, explicar as razões históricas da ligação dos termos “mulher-mãe”, enquanto palavra composta que denota um lugar ocupado pela mulher.

Como afirma o célebre postulado de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade”. Desse modo, o devir-mulher faz-se via cultura e, diríamos, a partir da perspectiva deste trabalho, via discurso, via palavra. Birman (1999, p. 85-86) afirma que, desde o século XVIII, pelo menos, se forjou um conjunto de discursos-médico, filosófico e moral- que pretendiam delinear uma diferença de *essência* entre o masculino e o feminino e é esse conjunto de discursos que foi organizando um lugar para a mulher e para a maternidade na sociedade, sempre na relação de diferença com o masculino.

Foucault (2002, 2003), em sua *História da Sexualidade*, aponta a secção do uso dos prazeres em torno de uma divisão dual: o feminino e o masculino. Ao articular a noção de biopoder, relacionado ao controle sobre a vida e os corpos que se materializa através das instituições: escolas, políticas públicas, condições materiais, trabalho, discurso jurídico,

medicina etc, possibilita a compreensão da história da mulher (apesar de nunca ter se interessado, de fato, por ela) como atravessada por poderes e saberes responsáveis pelo processo de subjetivação e de produção da diferenciação de gênero. Foucault desenvolveu o conceito de biopoder, em seu livro “História da Sexualidade, vol. I – A Vontade de Saber” (1988, 2003), texto em que descreve os mecanismos de cuidado com o corpo, vigilância e punição como elementos culturais em torno da sexualidade.

Em *História da sexualidade*, Vol. III – O Cuidado de si (1985, 2002) é apresentada uma arqueologia sobre os costumes sociais e as normas morais relacionadas à sexualidade na Grécia Antiga. Utilizando textos de Hierocles, Musonius Rufus, Platão, Aristóteles, Epicteto, Xenofonte, tais como a *A Econômica* de Xenofonte, a *República* ou *As Leis* de Platão e a *Política e Ética a Nicômaco* de Aristóteles, o autor faz um levantamento da função do casamento e dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres no relacionamento, destacando-se que, conforme Xenofonte, “a natureza dotara o homem e a mulher, para que eles pudessem exercer na casa suas respectivas responsabilidades”, ou ainda trazia a visão de Aristóteles, que “atribuía ao homem a possibilidade de desenvolver até a perfeição, virtudes que, na mulher, permaneciam inferiores e justificavam a sua subordinação” (citado por Foucault, 1985/2002, pp 162-163). Algo aparece muito bem definido em todos esses textos: cabe, em função da natureza de cada um, a seguinte divisão: “o homem deve ficar fora, ao passo que a mulher deve permanecer em casa” (Foucault 1985/ 2002, p. 161).

Atenção especial é dada em vários textos dos que foram citados por Foucault ao adestramento da sexualidade da mulher, o que as separava em dois grupos bastante distintos: das esposas e das amantes, adúlteras ou prostitutas. Assim, legitimava-se o sexo dentro do casamento para fins de procriação e, a partir da Idade Média, tudo será regulado: “posições, frequência, gestos, estado da alma de cada um, conhecimento por um das intenções do outro, signos do desejo por um lado, marcas de aceitação por outro” (Foucault, 1985/ 2002, p. 166).

Preceitos tais como a passividade, a submissão, a docilidade, o ambiente doméstico, o cerceamento da sexualidade apenas dentro do casamento e destinada aos fins da procriação foram organizando um discurso em torno da feminilidade. Com o Cristianismo, duas figuras femininas passam a definir um paradoxo já desenhado em torno da figura da mulher: Eva e Maria. Do lado da primeira personagem, “a tradição do Cristianismo radicalizou essa estrutura da feminilidade, na medida em que identificou a figura da mulher com a experiência do pecado, baseando-se para isso no mito da sedução de Adão por Eva” (Birman, 1999, p. 62). A redenção da mulher só era possível por meio da identificação com outra figura do Cristianismo: Maria. A figura de Maria personifica o ideal de feminino, ligado à maternidade,

à passividade e à santidade. Segundo Tedeshi (2008), no discurso da moral católica, o modelo judaico-cristão exerceu muita influência na definição do lugar e da identidade da mulher. Os modelos femininos veiculados e defendidos pela Igreja Católica tomam os dois "paradigmas do feminino": "Eva pecadora" e "Maria virtuosa", modelos esses que, tendo em vista suas características antagônicas, são regulamentadas pelo Cristianismo para representar todo o universo feminino.

Muitos desses discursos divulgados pela Igreja sobre a mulher, seus papeis e sua "educação" buscavam respaldo em textos filosóficos e científicos:

Tomás Morus, Erasmo de Rotterdam e Juan Luiz Vives concordavam que a boa educação de uma mulher se justificava na boa educação dos filhos. Apenas entendiam como 'educação' traços como a castidade, a obediência, a docilidade, a piedade religiosa e o cuidado com livros perigosos, sobretudo romances ... A remissão da mulher estava, pois, na maternidade, e tal noção, embutida no rigor contrarreformista, é que se tentou fazer cruzar o Atlântico, acentuando o ideal materno como o único exemplo de educação e de difusão de bons costumes. (Del Priore, 2009, p. 99).

A retórica da Igreja divulgava um sentimento de misoginia. Assim, a divulgação de um discurso que tornava a mulher "diabolizada", confundida com o mal, o pecado e a traição "fez do século XVII a Idade de Ouro da execração eclesiástica contra o sexo feminino" (Del Priore, 2009, p. 100).

Sobre a definição de papeis femininos e masculinos já discutidos por Foucault (2002) ao longo da história, "a norma oficial ditava que a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua" (Fonseca, 2012, p. 517). Contudo, a mesma autora aponta que se tratava de um estereótipo baseado na elite colonial: para as mulheres pobres, trabalhar era o único destino possível e elas compuseram, juntamente com as crianças, no período da industrialização, mais da metade da força de trabalho em certas indústrias, sobretudo nas indústrias de tecido (Fonseca, 2012, p. 517).

Mary Del Priore (1952/2009) também comenta a respeito do lugar que as mulheres foram ocupando no Brasil, a partir da colonização, e destaca a diferença de papéis entre mulheres da elite e mulheres pobres. O casamento, por exemplo, tido como único destino possível às mulheres é, na verdade, segundo a historiadora, uma construção da Igreja Católica, com o objetivo de desfazer práticas muito comuns no período colonial, que eram os concubinatos. O casamento cristão trazia a promessa de estabilidade às mulheres, costumeiramente abandonadas pelos companheiros e responsáveis pela prole (Del Priore, 2009, p. 44-45) De mulheres mais livres (pelo menos nas classes menos abastadas) passou-se,

no Brasil, à criação de uma cultura cristã do casamento, importada do modelo europeu e que vinha junto com o antigo projeto de colonização e de adestramento da sexualidade e do poder destinado às mulheres, sobretudo as mães. Desse modo, é no Brasil Colonial que nascem “os alicerces para a construção da santa-mãezinha” (Del Priore, 2009, p. 71) e sua contrapartida, o “bebê-anjo”. “A fabricação da ‘santa’ foi resultado da percepção que tiveram a Igreja e o Estado modernos da influência salutar ou pernicioso da mulher na família e na sociedade” (Del Priore, 2009, p. 107).

A construção da santa-mãezinha produz uma mulher dessexualizada, fria, sem relação com o seu corpo (Del Priore, 2009, pp 119-120.). Segue-se a isso, o surgimento de outro discurso nessa mesma lógica e que também vociferava saberes sobre a mulher e o corpo feminino: a medicina. O discurso da medicina durante os séculos XVI e XVII em muito contribuiu para o adestramento da sexualidade feminina. Teorias misóginas relacionadas à gravidez, ao parto, à prole defeituosa e a doenças permaneceram intocadas até o final do século XVIII (Del Priore, 2009, p. 141), sendo a mulher considerada apenas o terreno fértil, “causa passiva” na procriação. Os discursos, então, constituíam-se mutuamente: “a importância dada à escolha da boa procriadora fundamentava-se na crença de que um útero em bom funcionamento era sinônimo de uma esposa digna e virtuosa, genitora de uma prole cheia de qualidades” (Del Priore, 2009, p. 144). Desse modo, aliados, discursos da medicina e da religião, foram constituindo o processo de naturalização da mulher na sua relação com a maternidade: “Da conclusão brilhante de que toda mulher poderia ser mãe, a medicina concluiu, com enorme funcionalismo, que a mulher não poderia ser outra coisa que mãe” (Del Priore, 2009, p. 275).

Ao estudar os momentos fundamentais na construção do feminino, passando pela misoginia do período clássico, que não via na mulher um ser humano completo; pelo discurso religioso, que trouxe a demonização da mulher na Idade Média; até o nascimento de uma organização de discursos em torno das características do feminino e da sua relação com a maternidade, surgida junto com a Modernidade, percebemos a relevância de se destacar um novo paradigma que emerge em meados do século XX, com vistas a repensar o lugar e o papel atribuído ao feminino em nossa sociedade.

Assim, um deslocamento importante na história da mulher é o advento do movimento feminista, afinal, segundo Scott, a história das mulheres vem se colocando de maneira visível somente a partir das décadas de 70/80 (1992, p. 63) do século XX, sobretudo depois do advento do movimento feminista.

Céli Regina Jardim Pinto (2003) apresenta um panorama do feminismo no Brasil em quatro períodos principais: o primeiro período é contabilizado do final do século XIX até a década de 30; o segundo do ápice da ditadura até o processo de redemocratização; o terceiro se organiza no período da Constituinte; e o quarto é constituído pelas perspectivas abertas pelos anos 90. A primeira onda do feminismo tinha como principal bandeira o sufrágio feminino, e é chamado pela autora de “feminismo comportado”, pelo seu caráter conservador, uma vez que não questionava a opressão à qual a mulher estava submetida. A segunda onda do feminismo é chamada pela autora de feminismo “mal comportado”, pois já começa a questionar as relações de gênero, a opressão, a dominação masculina. Essa vertente reúne um conjunto heterogêneo de mulheres intelectuais, anarquistas, líderes operárias, entre outras. Há ainda uma terceira vertente que a autora denomina “o menos comportado dos feminismos”, que se materializa no movimento anarquista e no Partido Comunista, tendo como líder Maria Lacerda de Moura. Ainda, tem como marcos fundamentais a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910 e; a fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1918. Com o golpe de 1937, o movimento fica atenuado, entretanto algumas lutas políticas continuam a ser defendidas pelas mulheres.

Conforme Pinto (2003), o movimento feminista na década de 1970 se organiza a partir do feminismo produzido fora do Brasil, muito em função dos exílios produzidos pela ditadura. Abandona-se o feminismo “bem comportado” para dar lugar a um novo feminismo, as mulheres exiladas voltavam ao país com novas questões e propostas para repensar a condição feminina. A década de 80 é o cenário para o enfrentamento do feminismo durante a redemocratização. A autora aponta duas questões que tiveram que ser enfrentadas: a unidade do movimento ameaçada pela reforma partidária de 1979, que dividiu as oposições; e a relação do movimento feminista com os governos democráticos que viriam a se estabelecer, principalmente quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) começou a ganhar as eleições estaduais. Nesse contexto, apareceram grupos feministas temáticos e também houve o advento do feminismo acadêmico, inicialmente ligado ao Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e a grupos de pesquisas que foram se organizando nas grandes universidades do país, relacionados aos Estudos da Mulher.

Por fim, a partir da década de 90, conforme Pinto (2003), dois elementos fundamentais passaram a configurar o movimento feminista: a dissociação entre o pensamento feminista e o movimento feminista em si e; a profissionalização do movimento por meio do aparecimento de um grande número de Organizações Não Governamentais.

É preciso dizer ainda que o movimento feminista, enquanto acontecimento histórico, coloca-se em um momento em que significativas mudanças, relacionadas ou não a ele, passam a ocorrer e influenciar diretamente na vida das mulheres. O surgimento da pílula anticoncepcional é uma dessas mudanças fundamentais, uma vez que possibilitou a liberdade sexual das mulheres e colocou a procriação, pelo menos em tese, como um elemento optativo, à escolha das mulheres. Essa conquista da ciência permitiu às mulheres uma relativa liberdade em relação a seus corpos, ao exercício da sua sexualidade e, desse modo, a maternidade, pelo menos do ponto de vista médico-biológico, passa a ser uma opção.

Esses dois marcos na história da mulher- o feminismo e a revolução sexual- produziram (e ainda produzem) profundos deslocamentos nas configurações identitárias, práticas comportamentais e discursos em torno do feminino e da maternidade. É o que passamos a discutir na sequência.

1.1 A construção da maternidade

A partir da discussão dos elementos históricos apresentados até então, cremos ser possível afirmar que a questão do amor materno e a ligação do binômio “mulher-mãe”, como temos considerado nesta tese, é uma construção social. A figura da mulher nem sempre esteve aliada à maternidade, conforme atesta a pesquisa histórica realizada por Badinter (1985) sobre o mito do amor materno, sendo que, inclusive, havia uma desvalorização em torno da maternidade e da maternagem na Antiguidade e na Idade Média, em função da naturalização da “superioridade” masculina. Desse modo, vários estudos históricos apontam que o surgimento e a valorização do amor materno, tal como o temos hoje, é relativamente recente, tendo se constituído desse modo por meio de um conjunto de discursos filosóficos, médicos e políticos cunhados a partir do século XVIII (Badinter, 1985; Ariès, 1981; Chodorow, 1990). Assim, é apenas na Modernidade que a naturalização do amor materno surge, e que a criança e a mãe passam a ser valorizados na sociedade.

Ariès (1981) afirma que a criança era vista na Antiguidade como um adulto em miniatura, a infância como uma época que requer cuidados em relação ao bebê era reduzida apenas ao período mais frágil, enquanto o filho ainda não conseguia se alimentar, caminhar, enfim, garantir sua sobrevivência sozinho. Passado esse período, a criança já pertencia ao mundo dos adultos, não havendo períodos intermediários, como adolescência, por exemplo.

Na Idade Média, também não havia uma valorização da infância e da maternidade, geralmente as crianças eram encaminhadas para amas de leite e, se fossem a óbito, o que era muito comum, os pais receberiam a notícia sem muitos sobressaltos, muitos dias depois.

Apenas nos séculos XII ao XVII é que passaram a ocorrer transformações em relação à compreensão da infância e, por conseguinte, da maternidade. Em função das altas taxas de mortalidade infantil, as crianças não eram consideradas parte da família, até que de fato “vingassem” e, desse modo, nem a mãe nem outros membros da família desenvolviam formas de apego em relação a esses pequenos, afinal “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual” (Ariès, 1981, p.22). Ainda, era bastante comum o abandono de crianças ou práticas de criação por outras famílias até que, caso sobrevivessem, retornassem para as suas famílias de origem, agora já em idade útil para o trabalho, o que ocorria por volta dos sete anos de idade.

Assim, podemos dizer, junto com Badinter que:

Phillippe Ariès mostrou que foi necessária uma longa evolução para que o sentimento da infância realmente se arraigasse nas mentalidades. Estudando muito cuidadosamente a iconografia relacionada com o assunto, a pedagogia e os jogos infantis, Ariès concluiu que, a partir do início do século XVII, os adultos modificam sua concepção da infância e lhe concedem uma atenção nova, que não lhe manifestavam antes. Essa atenção dada à criança, porém, não significa ainda que se lhe reconheça um lugar tão privilegiado na família que faça dela o seu centro. (1985, p. 45)

Partindo da premissa (genérico) surgida, então, a partir da Idade Moderna, de que o amor materno é instintivo, natural, Badinter (1985) procurou indícios históricos para desconstruir tal afirmação generalizada em nossos dias.

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. (Badinter, 1985, p. 145)

Como é possível verificar no recorte do texto de Badinter (1985), a afirmação (genérico discursivo) de que toda mulher tem um instinto “natural” para ser mãe começou a ser divulgada no final do século XVIII, tendo em vista o grande índice de mortalidade infantil entre os séculos XVI e XVIII, quando as crianças recém-nascidas eram deixadas com amas de

leite (no caso de mães abastadas) ou simplesmente enfaixadas para que a mãe pudesse trabalhar, no caso das mulheres pobres.

Desse modo, considerando a ameaça trazida pelos altos índices de mortalidade infantil, fruto, segundo aponta Badinter (1985), do próprio descaso em torno dos cuidados com as crianças, a partir de meados do século XIX, as mães foram incumbidas da tarefa de amamentar e, posteriormente, de educar seus filhos, de tal modo que essas funções passam a ser vistas como óbvias e naturais. É a partir daí que o amor materno e a maternidade em si se coloca como unidade, como fator homogêneo que congrega, então, os elementos “mulher” e “mãe”, compondo o binômio “mulher-mãe”.

No que diz respeito à realidade brasileira, outro fator a ser considerado, relacionado à valorização da maternidade, coloca-se aliado a um projeto da Igreja e do Estado no período colonial para instituir o matrimônio como única prática lícita e condenar outras práticas de relacionamentos fora dessa instituição.

Nesse sentido, é importante mencionar a origem histórica desses procedimentos no contexto brasileiro, a qual é reflexo do contexto europeu em períodos anteriores. Na Idade Média, os nascimentos de filhos ilegítimos eram bastante aceitos e o pai, se tivesse posses, poderia e deveria cuidar do seu filho. Ocorre que a partir do século XVI, com a reforma protestante e a contra-reforma católica, a fidelidade entre os casais passou a ser uma exigência (Maldonado, 1997). Com isso, a situação das mães de filhos ilegítimos ficou muito difícil e “muitas mulheres passaram a recorrer às práticas de aborto, do abandono e do infanticídio” (Maldonado, 1997, p. 19).

Venâncio (2012) também corrobora para o histórico da maternidade no Brasil com seu texto *Maternidade Negada*, no qual aborda a questão do abandono de filhos no período colonial. Aponta, inclusive, que abandonar os filhos era uma necessidade de muitas mulheres, tendo em vista as inúmeras dificuldades em assumir e sustentar filhos ilegítimos. Os motivos eram vários para o abandono, dentre eles estavam: o nascimento de filhos de relações ilegítimas de mulheres brancas; o nascimento de filhos de relações ilegítimas de mulheres negras ou índias (nesse caso, o abandono ocorria em menor proporção); a morte dos pais das crianças; a morte iminente da própria criança; a pobreza extrema; e até a tentativa de dar um futuro melhor ao enjeitado. Ainda, sobre o modo como isso acontecia, o mesmo autor afirma:

Durante o segundo e terceiro século de colonização, surge uma modalidade *selvagem* de abandono. Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as lixeiras, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas (Venâncio, 2012, p. 190).

O modo de resolver esse problema de ordem pública foi a criação da chamada “Roda dos Expostos” ou “Enjeitados”, onde as crianças eram abandonadas de maneira “legítima”, para serem criadas em Casas de Misericórdia ou distribuídas para famílias que desejassem. Desse modo, evitavam-se os crimes morais, tais como o infanticídio. Assim, é possível dizer que “a sociedade acobertava o abandono, principalmente quando ele não adquiria feições selvagens, colocando em risco a vida do bebê” (Venâncio, 2012, p. 194).

A moral burguesa do início do século e o conceito de família nuclear perpassavam a noção de maternidade e delimitavam as obrigações das mulheres. É possível perceber o domínio dessas visões no “desespero registrado por meninas defloradas que preferiam arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até matar-se, antes de vir a público seu estado de mãe solteira (Fonseca, 2012, p. 529). Priore (2009) afirma ainda que “o infanticídio, abandono ou circulação de crianças pequenas entre vizinhas e comadres à espera de dias melhores nas vidas de suas mães era uma constante no cotidiano das mulheres da Colônia” (2009, p. 70). O aborto e o infanticídio foram sagazmente combatidos pela Igreja, o que quer dizer que ocorriam com frequência. Por exemplo, o hábito de “afogamento dos filhos” era bastante disseminado no antigo regime (Del Priore, 2009, p. 254-255). O pior crime, apesar da cultura do casamento imposta pela Igreja e pelo Estado, não era ter filhos fora do matrimônio, “mas aquele de ter matado o próprio fruto” (Del Priore, 2009, p. 255): “a valorização da maternidade, a eleição do corpo feminino como pagador de pecados e o culto mariológico solidificaram uma mentalidade de proteção e exaltação da gravidez e da fecundidade da mulher” (Del Priore, 2009, p. 255), na qual o aborto e o infanticídio eram pecados terríveis.

Contudo, outro viés é apontado pela mesma autora (Del Priore, 2009), no que toca à maternidade, tal como foi sendo constituída no período colonial no Brasil: ela figurava também como um “território de revanche” (p. 37), um lugar de poder para as mulheres que, na maioria das vezes, abandonadas pelos companheiros, investiam-se do único meio de poder que poderiam ter, a maternidade. Criava-se, então, um sentimento de “grupo” organizado entre as próprias mulheres “num fio que costurava existências femininas variadas e que reforçava a solidariedade do gênero” (Del Priore, 2009, p. 49). A vida da mulher no período colonial reforçou “o papel da mulher mantenedora, gestora e guardiã da casa e do destino dos seus” (Del Priore, 2009, p. 58).

Surgem, então, dois papéis ambíguos no que se refere à maternidade e à própria noção de mulher, conforme já mencionado anteriormente: a “santa mãezinha”, alicerçada nos pressupostos da Igreja e dos colonizadores; e a mãe que não se enquadrava nesse modelo, ou

porque era mãe solteira, ou porque tinha filhos de mais de um homem, ou porque fazia uso livre do seu corpo e ensinava o uso dos prazeres à sua descendência (mães alcoviteiras). Assim, reuniam-se em um mesmo grupo as mulheres que transgrediam: “a puta, a manceba, a solteira” (Del Priore, 2009, p. 75) e a adúltera, juntando-se a esse grupo também uma categoria de mulher que tinha “permissão institucional” para transgredir; a prostituta (Del Priore, 2009, p. 75). Contudo, temos que compreender, ainda, que, mesmo as mães que podiam ser enquadradas neste último grupo, não deixavam de carregar características do primeiro no que se refere ao zelo pela sua prole, cuidados, proteção e papel mantenedor. De qualquer forma, “a ambiguidade desses dois papéis foi sistematicamente perseguida, pois o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da Igreja e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador” (Del Priore, 2009, p. 75). As prostitutas tiveram importância fundamental na “construção e valorização do seu oposto: a mãe sem mácula, identificada com a Virgem Maria, vampirizadora de qualquer tolerância em relação à sexualidade feminina” (Del Priore, 2009, p. 75). Entretanto, ao que parece, a mulher sempre encontrou uma terceira via para driblar as imposições sociais e da Igreja: pecava, mas rezava ao mesmo tempo, o que lhe permitia gozar de algum privilégio ou, ao menos, defender-se de acusações mais sérias.

Percebemos nesta breve retrospectiva histórica um maniqueísmo outorgado à construção da maternidade em nossa sociedade: ou se é mãe, dentro dos padrões da Igreja e da mulher condizente com os princípios religiosos e morais; ou não se é mãe, o que implica a negação de todos esses pressupostos imputados à figura da “santa mãezinha”. Essa “outra” mulher surge, então, pela negação de um padrão imposto e construído socialmente, naturalizado e tomado como única possibilidade para a mulher que pretende se alinhar à maternidade. Assim, a posição mulher-mãe, que trazemos neste trabalho como lugar discursivo construído, é composto, historicamente, por esses elementos, apagando as outras possibilidades de se exercer a maternidade. Instalam-se as evidências, a partir de um domínio de memória, que organiza dicotomias como mulher e homem, público e privado, dominante e dominado, branco e negro.

A partir disso, passamos a discutir a maternidade na atualidade, de modo a procurar compreender os deslizamentos possíveis em torno dessa “posição-sujeito”.

1.1.1 Novas configurações da maternidade: panorama contemporâneo

Considerando a construção histórica da maternidade, a partir do século XX, podemos dizer que a mãe passa a ser a responsável não só pela sobrevivência e saúde física do seu filho, mas pelo seu desenvolvimento psicológico e emocional. Segundo Badinter, “a era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformaram-se em objeto privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor junto dela” (Badinter, 1985, p.20).

Partindo dessa (relativamente) nova visão, a discussão em torno da maternidade na atualidade passa por várias questões; entre elas, uma “impensável” até bem pouco tempo: a possibilidade de não ser mãe. Em Santos (2013), trazemos algumas reflexões acerca dos discursos que circulam em torno da maternidade na contemporaneidade e os separamos em dois grupos: aqueles regidos pelo “desejo de ser mãe” e aqueles regidos pelo “desejo de ser mulher”. Como é possível perceber, parece surgir aí uma dicotomia: Ou se é mulher, OU se é mãe, embora alguns discursos sobre a feminilidade passem, necessariamente, pela maternidade. De qualquer forma, o texto aponta para a possibilidade de discursos em torno da não-maternidade, embora ainda em número bastante reduzido, quando comparados aos discursos relacionados ao desejo de ser mãe.

Zulato-Barbosa e Rocha-Coutinho (2012) apresentam um estudo sobre mulheres que optaram por não serem mães, procurando compreender as representações que trazem essas mulheres sobre maternidade e sobre a própria identidade feminina. As autoras afirmam que:

a identidade feminina parece estar atravessando hoje um momento de transição, em que o modelo tradicional da mulher-mãe, e mesmo o da mulher-mãe-profissional, vem sendo substituído por modelos contemporâneos mais fluidos, em que mulheres e homens podem e devem buscar seu próprio caminho e fazer suas próprias escolhas (Zulato-Barbosa & Coutinho, 2012, p. 577).

Alguns fatores que aparecem relacionados às novas configurações em torno da maternidade são: “a crise da família nuclear burguesa, monogâmica e heterossexual, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a separação entre sexualidade e reprodução e uma política de visibilidade da homossexualidade” (Zulato-Barbosa & Coutinho, 2012, p. 579). Desse modo, corroborando com as autoras, compreendemos que os deslocamentos em torno da maternidade na atualidade estão relacionados a diversas mudanças no campo do trabalho, em que a mulher passa a se inserir com maior intensidade; no campo das relações de gênero, uma vez que hoje a divisão de papéis entre homens e mulheres se coloca de modo menos acentuado, já que é possível (mesmo que ainda em menor proporção) ao homem participar dos afazeres relacionados à esfera doméstica e ao cuidado dos filhos; no campo das

organizações familiares que podem ser diversas; no campo da reprodução, que permite à mulher escolher quando ser mãe, adiar um pouco mais essa decisão e até decidir não ser mãe.

Nesse contexto, a maternidade, pelo menos para as mulheres das classes mais abastadas, passou a ser percebida como resultado de um processo de reflexão e decisão da mulher, ainda que influenciado por fatores relacionados a suas condições pessoais, econômicas e sociais, bem como às condições e desejos do casal, no caso de mulheres com um companheiro. (Zulato-Barbosa & Coutinho, 2012, p. 579)

Ainda assim, as mesmas autoras, em outro texto, afirmam que o resultado da pesquisa realizada com mulheres acerca do modo como as mulheres têm encarado a maternidade e, inclusive, seu adiamento ou não realização “apontam para o fato de que, apesar de novas possibilidades terem se aberto para as mulheres, antigas visões, como a de que a realização de uma mulher passa obrigatoriamente pela maternidade, ainda prevalecem no discurso social” (Zulato-Barbosa & Coutinho, 2007, p. 163).

A esse respeito, Chodorow (2002) afirma que:

Nos últimos dois séculos, as taxas de fertilidade e de mortalidade infantil baixaram, a longevidade aumentou, e as crianças passam muito tempo da sua infância na escola. Com o desenvolvimento do capitalismo e a industrialização que se seguiu, a produção fora de casa expandiu-se grandemente, ao passo que a produção dentro do lar diminuiu (Chodorow, 2002, p. 19)

Assim, podemos dizer que as mulheres saíram para trabalhar e isso as fez deixar de produzir trabalho em casa e diminuir também a produção de filhos ou se quer tê-los. Entretanto, segundo a mesma autora, apesar de todas as mudanças,

As mulheres continuam a matinar, e a maioria das pessoas ainda se casa. As mulheres ainda sofrem discriminação na força de trabalho e continuam desiguais na família, e a violência contra as mulheres não está diminuindo. Continuamos a viver numa sociedade machista, muito embora as bases legais da dominação machista estejam ruindo. Esses aspectos de nossa organização social contemporânea do gênero são comuns à maioria das outras sociedades e nos ligam ao nosso passado ocidental pré-industrial e pré-capitalista. (Chodorow, 2002, p. 21).

Desse modo, os trabalhos a que nos referimos (Chodorow, 2002; Zulato-Barbosa, 2012; Santos, 2013) mencionam uma vinculação da identidade da mulher à maternidade, apesar das novas possibilidades e diferentes configurações. Um exemplo de trabalho que aborda essas novas configurações é o de Luna (2012) que se dedica às representações de duas práticas decorrentes da reprodução assistida: a barriga de aluguel e a doação de óvulos. Tais práticas separam a maternidade genética da gestacional e podem ser compreendidas à luz da dicotomia natureza *versus* cultura.

A mulher, depois de conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento que considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros (embora ilegais no Brasil), pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social. Porém, mais que assumir a maternidade fora da condição do casamento, hoje a mulher pode tornar-se mãe sem depender da presença concreta de um companheiro, podendo fazê-lo amparada pelos avanços das técnicas de fertilização assistida (Moura & Araújo, 2004, p. 53).

A dicotomia natureza *versus* cultura vem ganhando espaço novamente a partir de um discurso que aponta na direção contrária das novas tecnologias e do modelo medicalizado de assistência ao parto: discursos que colocam em cheque o controle dos corpos, sobretudo do corpo feminino ao saber da medicina. Tais discursos se organizam em torno de resgate da natureza e defendem o parto humanizado; o parto feito em casa (Tornquist, 2002), a amamentação, tudo baseado em elementos etológicos ou ecológicos.

Assim, podemos dizer que, atualmente, a maternidade (com ou sem a intervenção positiva e/ou negativa da medicina) tem sido entendida como um elemento importante na vida da mulher, contudo sem recobrir o que é ser mulher. Scavone (2001), em texto que discute também a questão da maternidade no cenário contemporâneo, afirma que as transformações na família e nas relações de gênero estão bastante relacionadas à possibilidade de escolha reflexiva pela maternidade e equidade nos cuidados com a criança. A autora fala, então, em um “modelo moderno de maternidade”, em que a mulher é definida também, mas não somente como mãe, modelo esse que começou a aparecer com a consolidação da sociedade industrial e teve como consequências proles mais reduzidas e planejadas.

A partir do retrospecto empreendido em torno das questões que se relacionam à mulher pensamos poder ter situado a exterioridade que contorna os discursos sobre a mulher na sua relação com a maternidade. O referencial histórico, enquanto eixo da memória, permitirá interpretar de que modo os sentidos se produzem, tendo em vista todo um conjunto de discursos que circula e engendra o que é ser mulher e ser mãe, tendo em vista, inclusive, as transformações pelas quais esse panorama vem passando.

No próximo capítulo passamos a discutir a questão do feminino e da maternidade pela ótica da Psicanálise, área que nos dá substrato para pensar os dados de linguagem interrogando a própria instância do simbólico, justamente onde falta e falha.

CAPÍTULO 2 - A MULHER É O OUTRO

Quando a mulher viu que a árvore parecia agradável ao paladar, era atraente aos olhos e, além disso, desejável para dela se obter discernimento, tomou do seu fruto, comeu-o e o deu a seu marido, que comeu também (Gênesis, 3:6).

A psicanálise surge juntamente com a Modernidade e instaura uma crise no sujeito da ciência: neutro, centrado, sujeito cartesiano do “penso, logo existo”. Sabemos que a construção do corpo como unidade do sujeito e a produção, portanto, do “indivíduo” (literalmente: “o que não se divide”), entendido como elemento físico-corporal único e separado se dá no Renascimento (Le Breton, 2011) e se afirma com a Modernidade. Ao postular a existência do inconsciente, Sigmund Freud coloca em xeque o sujeito da consciência, dono do que diz e do que faz, o que instaura uma crise nas ciências humanas.

Desse modo, podemos dizer que a descoberta do inconsciente e, por conseguinte, do feminino, com as históricas, produz uma quebra do sujeito homem, racional, centro-sentido, introduz o feminino e também a psicanálise a partir de um não-saber em torno do outro.

Nas palavras de Quinet (2012, p. 8), Freud revolucionou a noção de subjetividade ao demonstrar que o EU não é dono da sua própria morada. De seu lado, Lacan desfez a ilusão de totalidade, mostrando que o eu é, antes de mais nada, outro. Assim, considerando essa mudança de paradigma no estatuto do sujeito que a psicanálise possibilita, procuraremos discutir neste capítulo a concepção de sujeito que a psicanálise apresenta, o desenvolvimento do sujeito mulher dessa perspectiva e faremos algumas incursões em torno da discussão de como a maternidade é vista nesse campo do saber. Tudo isso para embasar uma discussão relacionada aos discursos sobre a mulher-mãe, tal como é construída historicamente, conforme apresentamos no capítulo anterior, com vistas a pensar os furos nesse lugar de interpelação do sujeito mulher, ou seja, o que escapa.

Desse modo, neste capítulo, faremos inicialmente algumas considerações acerca do sujeito, tal como é visto pela psicanálise de Freud e Lacan; depois, passaremos a discutir a constituição da mulher, pela ótica da psicanálise; na sequência, falaremos mais especificamente da mulher na teoria lacaniana; passaremos, em outro momento, a discutir a maternidade dentro dessa perspectiva teórica e; por fim, procuraremos apontar algumas discussões relacionadas aos casos de infanticídio.

2.1 O sujeito psicanalítico

Como já dizia Freud (1996a) em *Três ensaios sobre a sexualidade*, em 1905, nossa sexualidade é bissexual e perverso-polimorfa. Contudo, para o autor, é a repressão sexual da família que produz o adulto genitalmente heterossexual, do sexo masculino ou feminino.

Alguns teóricos, entretanto, retificam os postulados freudianos no que se refere a uma universalidade do modelo da teoria do desenvolvimento. Nancy Chodorow, por exemplo, ao falar do desenvolvimento do sujeito, defende que “todos os aspectos da estrutura psíquica, caráter, vida emocional e erótica são sociais, constituídos através de uma ‘história de escolha-de-objeto’” (2002, p. 74). A autora aponta que os elementos da estrutura social são internalizados na criança, contudo, essa internalização não é direta, ela está submetida aos diversos significados psicológicos que possam ser construídos, dependendo do modo como a criança vivencia as experiências de amparo, desamparo, proteção, conforto, desconforto, amor, conflito, medo, etc, podendo haver distorções nesse processo.

Mas demos um passo atrás, antes de pensar a divisão dos sexos, tal como é compreendida pela psicanálise: primeiro, é preciso pensar no modo como se constitui um sujeito, no modo como o indivíduo “pedaço de carne” passa ao ser humano e, por fim, torna-se sujeito. A psicanálise entende que um organismo precisa ser investido libidinalmente pelo desejo materno, a fim de tornar-se um corpo erógeno, a partir do qual o sujeito pode vir-a-ser.

As teorias psicanalíticas desde Freud afirmam que a estrutura psíquica desenvolve-se através de experiências de ansiedade e frustração, já que são elas que diferenciam nossa vida mental, inicialmente indiferenciada. Toda criança parte de uma “matriz ego-id” indiferenciada (Chodorow, 2002, p. 66). Nesse sentido, a figura do outro é fundamental para a organização psíquica do sujeito, para que ele se diferencie a si mesmo e do ambiente que o circunda e tenha acesso, por fim, ao simbólico.

Inicialmente, a criança está ligada a si mesma e à figura da mãe: “um ser humano tem originalmente dois objetos sexuais- ele próprio e a mulher que cuida dele- e ao fazê-lo estamos postulando um narcisismo primário em todos, o qual, em alguns casos, pode manifestar-se de forma dominante em sua escolha objetal” (Freud, 1914/1996b, p.95). O narcisismo primário ou autoerotismo é uma fase em que o sujeito ainda não possui o ego desenvolvido, momento em que o bebê age exclusivamente regido pelo princípio do prazer. A essa fase simbiótica com a mãe seguir-se-á uma fase de separação e percepção desse outro como “não-eu”- o que ocorre em função do amadurecimento fisiológico- e também pelos repetidos afastamentos da mãe (Chodorow, 2002, p. 93). Com isso, institui-se o princípio da

realidade, da perspectiva da experiência da separação. A ambivalência dessa experiência de frustração é que permitirá o surgimento do eu, afinal se a criança for completamente satisfeita o tempo todo, não terá por que aprender qualquer coisa que seja, tampouco sair dessa posição de conforto. Assim, as relações objetais e a organização dessas primeiras defesas é que permitirão a constituição da psique desse novo sujeito.

A psicanálise, portanto, entende que a existência de um feto não pressupõe a existência de um sujeito. Será necessário que sejam satisfeitas condições culturais e subjetivas para que emergja, daí, um sujeito. Essa noção de sujeito inaugurada pela psicanálise freudiana e relida por Lacan é fundamental para pensarmos, depois, o sujeito do discurso que a AD propõe.

Lacan (1998) teorizou o surgimento do sujeito através do que chamou do Estádio do espelho, noção a partir da qual narra uma experiência de identificação fundamental que trará para a criança a conquista da imagem do próprio corpo. Nas palavras do autor, “basta compreender o estágio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (1998, p. 97, grifo do autor), ou seja, da experiência real de um corpo despedaçado, o sujeito conquistará, ao final da fase do espelho, a assunção de um eu (*je*) como imagem unificada. A experiência pela qual passa o *infans* na fase do espelho organiza-se em torno de três tempos. Inicialmente, há uma (com)fusão entre si mesmo e o outro, de modo que a criança não se percebe como corpo real, separado da mãe e de outros semelhantes. Em uma segunda fase, “a criança é sub-repticiamente levada a descobrir que o outro do espelho não é um outro real, mas uma imagem” (Dor, 2008, p. 80). Desse modo, passa-se para a terceira fase que “dialetriz as duas etapas precedentes” (Dor, 2008, p. 80), pois a criança não só percebe que o reflexo no espelho é uma imagem, como chega à conclusão de que é a sua imagem, passando a perceber-se, então, como um indivíduo separado: “re-conhecendo-se através desta imagem, a criança recupera assim a dispersão do corpo esfacelado numa totalidade unificada, que é a representação do corpo próprio. A imagem do corpo é, portanto, estruturante para a identidade do sujeito.” (Dor, 2008, p. 80).

Um dado importante para compreender esse processo de identificação organizado nesses três momentos, é o fato de a mãe ter antecipado a imagem completa do bebê, o que é fundamental para que depois haja o reconhecimento do seu corpo (do bebê) separado do outro. “Tais imagens são investidas, catexizadas, e internalizadas pela criança porque seus pais atribuem muita importância a elas, afirmando com insistência que a imagem no espelho é a criança” (Fink, 1998, p. 57). Essa imagem do corpo unificada antecipada pelo outro, assim

como todas as outras imagens que a ela vão se somando- e vêm pela palavra do outro (“ela é uma boa menina!”; “já é um homenzinho!”)- vão sendo internalizadas pela criança e passam a constituir o ego. Obviamente, ao longo da vida, a criança vai incorporando outros elementos que constituirão a sua identidade, mas Lacan afirma que esse estágio, ao possibilitar a experiência de unificação corporal e do surgimento do ego (imaginário), é que vai constituir as bases para uma matriz do sujeito.

No seminário 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1973/1988) fala da constituição do sujeito a partir de dois processos: alienação e separação. A alienação consiste na entrada do sujeito no simbólico, quando, ao ser interpelado: “a bolsa ou a vida” (Lacan, 1988, p. 201) ou “o ser ou o sentido?”, escolhe o último, que lhe é dado pelo Outro, ocupado nesse momento pela figura da mãe, que lhe oferece significantes. Acontece que o sentido dado pelo Outro jamais recobre o ser e, desse modo, há sempre uma perda. Não obstante, a constituição do sujeito é tributária dessa escolha forçada pelo mundo dos significantes, da linguagem:

Podemos localizá-lo...esse *Vorstellungsrepräsentanz*, nesse primeiro acasalamento significativo que nos permite conceber que o sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significativo, o significativo unário, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito, para um outro significativo, o qual outro significativo tem por efeito a *afânise* do sujeito. Donde, divisão do sujeito – quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como *fading*, como desaparecimento. Há então, se assim podemos dizer, questão de vida e morte entre o significativo unário e o sujeito enquanto significativo binário, causa de seu desaparecimento. O *Vorstellungsrepräsentanz* é o significativo binário. (Lacan, 1973/1988, p. 207).

A alienação, portanto, diz de um assujeitamento ao Outro, contudo, ao assujeitar-se, “a criança ganha algo: ela torna-se, em certo sentido, um dos sujeitos da linguagem, um sujeito ‘da linguagem’ ou ‘na linguagem’” (Fink, 1998, p. 71).

Na sequência à alienação, embora não seja possível compreender os dois processos como subsequentes, advirá a separação, que diz respeito ao confronto do sujeito alienado com o Outro, agora não mais como linguagem, mas como desejo. Ao ser capturado pela rede de significantes, o sujeito (do inconsciente) desaparece e dá lugar a um sujeito dividido. O sujeito é produzido no desejo do Outro e, nisso, se encontra o outro nível da alienação. A separação consistiria, portanto, na tentativa desse sujeito, já alienado, de lidar com esse desejo do Outro, que precede a ele. Portanto, é na intersecção entre os elementos que pertenceriam aos dois conjuntos (do Outro e do sujeito), no juntar de dois lugares faltantes, que se abre a possibilidade para o surgimento do sujeito enquanto efeito de ocorrência entre dois significantes: o sujeito é dividido, então, posto que resulta de S2 (os outros significantes da

linguagem) retroagindo com S1 (o significante mestre). Desse modo, é justamente na falta da mãe, grande Outro inicial, que o sujeito tenta se inserir, contudo percebe que também não é capaz de preencher esse vazio e apenas se coloca como objeto de desejo do Outro. Essas duas faltas, ao coincidirem e se recobrirem, é que abrem a possibilidade de o sujeito advir.

Ainda assim, Lacan, no seminário 23, *O Sinthoma*, afirma que o sujeito “nunca é mais do que suposto”, ou seja, o sujeito é uma suposição nossa, mas, ao que parece “uma suposição necessária” (Fink, 1998, p. 55) e que se organiza também pela contingência (ou o não necessário), da ordem do imaginário (Lacan, 2008b). Desse modo, conforme Fink (1998), partindo dessa afirmação em relação ao sujeito lacaniano, é mais profícuo começarmos pela designação do que não é o sujeito, e a primeira afirmação que podemos fazer, juntamente com o autor, é a de que o sujeito de que fala Lacan (e a psicanálise) não é o indivíduo, nem tampouco o que costumeiramente é chamado de sujeito consciente pela filosofia analítica, nem, por fim, o sujeito cartesiano (da consciência), uma vez que essa imagem (constituída no estádio do espelho, conforme Lacan) é sempre uma imagem distorcida, invertida.

O outro ponto de negativa em relação ao conceito de sujeito lacaniano apresentado por Fink (1998) é que ele não pode ser igualado ao sujeito do enunciado, já que este é uma materialização, via código da língua, de um elemento que se refere à imagem daquele que produz o enunciado e, portanto, ao eu (ego) imaginário. Ainda não é esse o sujeito lacaniano, já que ele “não aparece em nenhum lugar no que é dito”, conforme Fink (1998, p. 59). Tal afirmação pode ser depreendida dos estudos de Lacan acerca da gramática da língua francesa, nos anos sessenta, quando o autor passa a investigar o uso da partícula negativa *ne* (parte da expressão *ne pas*) entre outras expressões e/ou partículas linguísticas adversativas (o *but*, em inglês, por exemplo), entendendo essas manifestações linguísticas como materializações de um “não-dizer” (*dit-que-non*) que apontam para “algo” do sujeito. Não são palavras que designam quem está falando, como os *shifters*, que remetem à enunciação e ao enunciador. Ao contrário, são negativas que decompõem a mensagem em mais de um enunciado, indiciando a presença de um sujeito “outro” da enunciação inconsciente. “É nesse sentido que podemos dizer que *ne* e *but* são significantes do sujeito. O sujeito apresentado pelo símbolo \$ de Lacan (S para ‘sujeito’, / para ‘barrado’; o sujeito enquanto barrado pela linguagem, alienado dentro do Outro), desaparece ‘debaixo’ ou ‘detrás’ do significante *ne*” (Fink, 1998, p. 63). Ou seja, o sujeito só aparece no furo do discurso o tempo ínfimo de fazer a negativa ao sujeito do enunciado e desaparecer no significante. Do mesmo modo em que, num lapso, o sistema linguístico nos possibilita fragmentos de irrupção do sujeito, sempre “entre dois significantes”.

Tais pistas na ordem do simbólico nos indicariam um sujeito dividido, em uma primeira instância, entre o consciente e o inconsciente, sendo este último entendido como “um discurso divorciado do consciente e do envolvimento subjetivo- o discurso do Outro- mesmo quando ele interrompe o discurso do eu que está baseado em um falso sentido de *self*” (Fink, 1998, p. 64).

É nos seminários 14 e 15 que Lacan apresenta as bases do que ele chama de sujeito fendido, ou sujeito dividido, ou ainda sujeito barrado. É importante mencionar que essa divisão radical do sujeito é imposta pelo próprio funcionamento da linguagem, que “entra”, causando a separação, conforme mencionamos anteriormente.

Por fim, com Lacan podemos afirmar que o sujeito da psicanálise coloca-se contrariamente ao sujeito cartesiano do “penso, logo existo”, já que é justamente onde o pensamento consciente escapa que emerge o sujeito de que fala a psicanálise, como afirmou Lacan na *Instância da letra no inconsciente*, publicada em seus *Escritos*: “penso onde não sou, logo sou onde não (me) penso” (1998, p. 521).

Muita coisa poderia ser discutida em torno da noção de sujeito para a psicanálise, contudo, entendemos que essa exposição é suficiente para os propósitos deste trabalho. Basta por ora sabermos que se trata de um sujeito dividido, cindido, organizado pela linguagem e pelo desejo e que não coincide com o indivíduo ou com o sujeito da consciência. É a partir dessa noção que passamos a pensar a constituição do sujeito mulher, tal como tem sido discutida pela psicanálise.

2.2 Constituição da mulher pela psicanálise

Mulher e psicanálise compõem uma dupla estabelecida há muito tempo: desde a fundação da área, quando Freud descobriu as manifestações do inconsciente através dos sintomas das histéricas. A noção de inconsciente, surgida da fala de mulheres que emprestavam seu corpo para falar uma “outra” linguagem, causou uma crise na noção de sujeito cartesiano, que predominava até então. Essa crise marcou o início do século XX, que se caracterizou como a era da Modernidade e também como o momento da queda do sujeito racional, ou seja, do mundo orientado pela razão, pela forma “masculina” de ver o mundo. Entretanto, a relação entre mulher e psicanálise nunca foi muito tranquila e esclarecida, tanto que o próprio fundador da psicanálise se pergunta, num questionamento que se tornou célebre: *o que quer/deseja uma mulher?*

O saber da psicanálise pautou-se no saber sobre a mulher a partir da verdade velada na sintomática das histéricas a que Freud deu ouvidos. O estudo da histeria, ligada diretamente

ao feminino, levou à constatação do inconsciente e, portanto, a um saber além da razão, através do qual foi possível pensar a descentralização do sujeito e, ao mesmo tempo, desfazer o dualismo mente-corpo.

A produção psicanalítica mais recente situa o feminino como a interrogação central da teoria psicanalítica, a feminilidade como algo impossível de ser elaborado para os dois sexos, se constituindo como a interrogação final de Freud e Lacan sobre os limites da psicanálise. Assiste-se à colocação do feminino no lugar de honra da psicanálise, no lugar de verdade ou do grande enigma e, por outro lado, a histérica figura matricial da psicanálise se converte em “parceira do analista” para se transformar em “musa inspiradora da psicanálise” (Neri, 2005, p. 92).

A histérica coloca-se como aquela que corporifica uma verdade, uma verdade sobre a sexualidade que se coloca a partir da pergunta não-óbvia: - quem sou eu: homem ou mulher? - questão que desnaturaliza a dimensão biológica da sexualidade e traz à baila a possibilidade de a mulher não se colocar na “ordem procriadora” (Roudinesco, 2008, p. 92). Assim, a histeria aparece como uma crise do feminino em um ambiente predominantemente masculino, instituindo um lugar para o feminino, abrindo uma fenda no mundo racional.

É por isso que nomeamos este capítulo como “A mulher é o Outro”, considerando essa relação com o sujeito da racionalidade, ao qual a psicanálise se opõe ao inserir o sujeito do inconsciente. Nas palavras de Lacan, “a mulher é aquilo que tem relação com esse Outro” (2008b, p. 87), desse modo, “nada se pode dizer da mulher” (Lacan, 2008b, p. 87).

Paradoxalmente, entretanto, à descoberta do feminino, a psicanálise teria como pressuposto um “não-saber” sobre a mulher, o que, de certa forma, abre espaço para a fala feminina, valorizando-a, mas também, reiterando a divisão clássica entre os sexos e a superioridade masculina, sobretudo quando nos referimos aos saberes produzidos por Freud (1976, 1996a, 1996d). Nesse sentido, o discurso psicanalítico serviu para dar um lugar ao feminino, mas, ao postular a diferença, imputou-lhe um lugar menor, reafirmando a superioridade do masculino como universal (Neri, 2005).

A fim de tentar compreender o modo como se constitui o sujeito mulher em diferença ao homem, segue-se uma discussão sobre a passagem pelo Complexo de Édipo.

2.2.1 O Complexo de Édipo na menina

Freud em seu texto *Feminilidade* afirma que “a psicanálise não tenta descrever o que é a mulher - seria esta uma tarefa difícil de cumprir -, mas se empenha em indagar como é que a mulher se forma” (1932-1936/1996e, p. 117). Desse modo, procura-se compreender como se

dá o processo de tornar-se mulher a partir do modelo que temos como referência, que é o masculino.

Segundo a psicanálise, então, a constituição do sujeito e a base da diferença sexual se dão pela passagem pelo Complexo de Édipo postulado por Freud em *A dissolução do Complexo de Édipo*, texto de 1924 (Freud, 1974c), mas referido em vários outros textos (anteriores e posteriores), sobretudo anunciado em um âmbito mais restrito, relacionado à experiência pessoal onírica, em *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1974a), quando Freud narra seu próprio sonho com seu pai. Em *Totem e Tabu* (1913/ 1974b), o mito de Édipo ganha contornos antropológicos e é elevado, portanto, à ordem cultural, inaugurando a proibição do incesto e a angústia da castração decorrente de tal proibição, que será fundamental na organização do Édipo. A trama mitológica edipiana diz respeito a uma história de um filho que se relaciona sem o saber com sua mãe e mata seu pai. Considerando esse enredo e as repercussões que ele promove a partir da sua extensão ao desenvolvimento da sexualidade humana, pela ótica da psicanálise, Nasio (2007, p. 14) questiona: é o Édipo uma realidade, uma fantasia, um conceito ou um mito? A esse mesmo questionamento, o autor responde que o Édipo pode ser entendido como tudo isso, porque apresenta, a um só tempo, todas essas faces. Para os fins que pretendemos neste texto, o Édipo, ou Complexo de Édipo é um dos elementos fundamentais da matriz teórico-conceitual da psicanálise e norteadores da teoria do sujeito e da sexuação.

O autor afirma que, resumidamente, o Édipo poderia ser entendido como um processo que inicia com a sexualização dos pais e termina com a dessexualização dos pais para a criança, processo esse que instaura uma crise organizada em torno de desejos incestuosos, fantasias e identificação e que resultará na identidade sexual adulta (Nasio, 2007, p. 15).

Kehl (1996), a respeito do complexo de Édipo, assevera que:

A teoria do Complexo de Édipo analisa o trajeto percorrido por toda criança, do estado polimorfo infantil à organização genital sexuada; mas Freud adverte: esta organização é produzida pelo recalque dos amores edípicos e, conseqüentemente, pela identificação aos ideais parentais de gênero, dados pela cultura. Assim, prossegue, ninguém nasce homem, ou mulher, tornamo-nos homens ou mulheres, ao fim de um percurso que exige de cada um o abandono das disposições bissexuais primárias, das potencialidades polimorfas, da indiscriminação infantil. O inconsciente, se é todo sexual, não é sexuado; se para Freud, “anatomia é destino”, isto significa que a partir da “mínima diferença” inscrita em nossos corpos temos de nos constituir homens e mulheres à custa de tudo o que, do ponto de vista do inconsciente, é indiferenciado (1996, p. 12-13).

Tendo em vista esses apontamentos, podemos afirmar que é a partir dessa experiência inicial que será possível passar do estado inicial polimorfo a uma posição sexuada, que tem

como modelo a divisão dual entre os sexos (algo a ser repensado no contexto atual, tendo em vista outras possibilidades além da divisão binária). É o acesso ao simbólico, portanto, que conduz a esse posicionamento, não natural, portanto, desenvolvimentista, mas fruto de uma operação na ordem da linguagem, que apresenta contradições ao formar disjunções entre ser e não-ser.

Ainda assim, pela psicanálise freudiana, o Complexo de Édipo é explicado a partir da matriz do sexo masculino. Inicialmente, na relação mãe-bebê masculino (mas também no bebê de sexo feminino) observa-se uma catexia⁹ objetual em relação à mãe. Paralelamente, o menino vai desenvolvendo uma identificação com pai, que se colocará de maneira acentuada quando os desejos em relação à mãe também o forem. A assunção, por assim dizer, da sexualidade, inicia-se quando o menino, por volta dos quatro anos de idade, descobre que tem um pênis, órgão que se coloca como fonte absoluta de prazer. O menininho descobre ainda que as meninas e sua própria mãe não o possuem, o que faz aumentar a suposição de que se trata de algo importante, com alto valor simbólico, ou seja, o falo. O falo é o significante da sexualidade, que estará definida dualmente a partir de quem o tem ou não tem. Com essa descoberta, inicia-se também a angústia de castração, afinal a criança supõe que, se há indivíduos sem pênis, é porque fizeram algo para que o perdessem. Várias teorias fantasiosas são formuladas a partir dessas constatações, entre as quais a que está relacionada à proibição do incesto e que se configura, portanto, como a entrada na lei cultural. A saída do complexo de Édipo dá-se com a mudança de objeto de identificação da mãe para o pai, entendendo que é impossível ter a mãe e ter um pênis/falo ao mesmo tempo. A partir disso, é necessário que o menino se identifique com o pai para que possa gozar de algum tipo de satisfação relacionada à mãe. Por outro lado, colocam-se aí as bases para a substituição do objeto original- a mãe- para os outros objetos, as mulheres.

Um dos primeiros elementos a serem questionados em relação ao Complexo de Édipo feminino é o tocante à entrada da menina nesse processo. A esse respeito diz Freud: “Enquanto, nos meninos, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (Freud, 1925/1974d, p. 318).

O Édipo feminino iniciaria, então, tardiamente, embora essa aceitação não possa ser pensada cronologicamente, quando a menina descobre que não tem um pênis, o que a coloca frente ao complexo de castração: “sou castrada!”. Esse início tardio, segundo Freud, da

⁹ Catexia é o processo pelo qual a energia libidinal psíquica é direcionada a algum objeto (pessoa, ideia ou coisa).

entrada no Complexo de Édipo implicaria uma bissexualidade mantida por mais tempo, que resultaria numa “falha” do recalque dessa bissexualidade¹⁰ e também em uma falha de modo geral na organização do superego, conforme preconizou Freud, em seu texto *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, de 1925:

Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens (Freud, 1925/1974d, p. 320).

Desse modo, Freud considera a mulher “a grande solapadora do pacto civilizatório e, ao mesmo tempo, como a grande defensora dos prazeres-principalmente dos prazeres do amor” (Kehl, 1996, p. 33).

Quanto aos outros elementos de diferenciação, além da entrada tardia, o Édipo feminino teria como características principais a mudança de zona erótica do clitóris para a vagina e de objeto libidinal, da mãe para o pai, “reorientando seu amor da mãe castrada para o pai fálico” (Kehl, 1996, p. 39). Se o menino tem como referência da sua sexualidade o pênis, transformado em falo, a menina tem como referência o vazio de seu sexo, a não representação daquilo que lhe falta, na ordem do real. O caminho “previsível” para a menina, portanto, seria a aceitação da sexualidade vaginal e da posição passiva, com vistas a assumir a feminilidade.

A pergunta que pode ser feita quando olhamos para o caminho percorrido pela menina quando da entrada no Complexo de Édipo é: o que levaria, então, a menina a sair desse complexo, reorientando suas escolhas libidinais, se o que a faz entrar é justamente a constatação de que JÁ é castrada e, portanto, não tem nada a perder?

A esse respeito, Freud (1996d), tomando o Complexo de Édipo como modelo para a constituição dos sujeitos, aponta três destinos possíveis para a mulher em seu texto *A sexualidade feminina*, de 1932-1933: a frigidez e a inibição; o complexo de masculinidade; e o tornar-se mulher pela maternidade e pela passividade. O último destino seria o mais indicado, caracterizando-se como a única (!) forma de sublimação. Desse modo, a mulher é caracterizada pela falta (do falo) que só é (mesmo que parcialmente) superada pela maternidade.

Outros autores, porém, ao reler esses destinos previstos para a menina, sobretudo quando da reativação de seu Complexo de Édipo durante a puberdade, passam a discutir a questão da feminilidade (Kehl, 1996; Birman, 1999). Maria Rita Kehl, retomando os

¹⁰ Lacan, em *Ideias diretivas para um Congresso sobre a Sexualidade Feminina*, texto publicado em *Escritos*, 1998.

questionamentos acerca do que a mulher tem a perder e que a faz deixar de ser “incestuosa, infantil e onipotente” (1996, p. 44), responde do seguinte modo:

Nada a perder a não ser suas pretensões amorosas. Nada a perder, a não ser seu narcisismo, ainda marcado pelo amor materno, e que ela tenta manter na relação com o pai. Nada a perder, a não ser uma ilusão, uma pretensão jamais abandonada, segundo Freud, de um dia vir a receber, em função do amor que foi capaz de despertar no pai ou num seu substituto, um falo igual ao dele. Nada a perder, a não ser as fantasias fálicas que acompanham o seu prazer clitoridiano, e que ela abandonará por decepção diante da evidente inferioridade de seu pequeno órgão sexual (Kehl, 1996, p. 44).

Por fim, segundo a autora (Kehl, 1996), a menina abandonaria o Complexo de Édipo por uma ameaça a um falo imaginário que se incorpora ao próprio ser da mulher: “seu falo é a feminilidade mesma, e podemos dizer que na rivalidade edípica ela não tem nada a perder a não ser... a feminilidade. Nada a perder a não ser tudo o que faz dela uma mulher” (Kehl, 1996, p. 45). Desse modo, é, na verdade, a ameaça da perda do amor, e não do pênis, que faz com que a menina aceite a feminilidade como destino.

Joel Birman (1999) também discute a feminilidade como um destino “positivo” de saída do Complexo de Édipo, afinal “a feminilidade implicaria a singularidade do sujeito e as suas escolhas específicas, bem distantes da homogeneidade abrangente da postura fálica. A feminilidade é o correlato de uma postura heterogênea que marca *a diferença* de um sujeito em relação a qualquer outro” (Birman, 1999, p. 10).

Tal compreensão da feminilidade como uma posição a ser assumida perante a regra, perante a noção de conjunto, será fundamental para compreendermos os discursos que organizam os enunciados que tomamos como *corpus* nesta pesquisa, uma vez que eles materializam o que está fora da regra.

2.2.2 Do complexo de Édipo à assunção da feminilidade

Vários autores contemporâneos (Chodorow, 2002; Kehl, 1996, por exemplo) discutem o Complexo de Édipo como um processo que ocorre de maneira diferente nas mulheres como podemos verificar no subtítulo anterior. Tal diferença ocorre não somente pelo deslocamento do objeto de desejo, da mãe para o pai, mas, segundo Chodorow (2002), por uma maior fixação na relação pré-edípica com a mãe. Tal extensão do apego às mães estaria relacionada à própria “maternação”, ou seja, no próprio modo como mulheres/mães tratam suas filhas e filhos:

As diferentes extensão e qualidade do período pré-edípico em meninos e meninas têm como origem a maternação das mulheres, especificamente no fato de que uma mãe é do mesmo gênero que sua filha e de diferente gênero de seu filho. Isso leva a que ela os sinta e trate diferentemente (Chodorow, 2002, pp. 128-129)

É importante mencionar, embora não seja nosso objetivo discorrer sobre questão tão complexa neste trabalho, que a autora justifica o emprego do conceito de “gênero”, justificativa essa que nos interessa sobremaneira:

Emprego *gênero* aqui para designar a estrutura psíquica e o senso relacional especiais da mãe, sua (provável) heterossexualidade, e sua aceitação consciente ou inconsciente da ideologia, significados e expectativas que vão constituir um membro de gênero de nossa sociedade, e compreender o que gênero significa. Ser uma mulher e mãe madura também significa ter sido filha de uma mãe, o que afeta a natureza de sua maternidade e a qualidade de sua maternação (Chodorow, 2002, p. 129).

Como vimos anteriormente, a teoria freudiana acerca da mulher é falha em muitos sentidos e contestada em vários aspectos pelas teorias sociais e de gênero atuais. Lacan, por seu lado, avançou em alguns aspectos. Por exemplo, ao contrário da constatação freudiana de que “‘a anatomia é destino’, Lacan diria ‘linguagem é destino’, é a cultura que nos designa destinos diferenciados como homens ou mulheres” (Kehl, 1996, p. 13). Desse modo, do ponto de vista do inconsciente, a diferença também é mínima e estaria relacionada aos modos de inscrição do sujeito na ordem fálica de organização do desejo. Como afirma Kehl (1996), concordando com a teoria da sexuação de Lacan (2008), não devemos colar o elemento gênero à sexualidade, afinal: “feminilidade(s) e masculinidade(s), vamos encontrá-los distribuídos entre homens e mulheres em combinações tão variadas, que no limite poderíamos pensar numa sexualidade para cada indivíduo” (Kehl, 1996, p. 13).

Assim, é possível compreender, juntamente com Lacan (2008b), que feminilidade e masculinidade são posições que o sujeito assume perante a linguagem, ou seja, a lei, a cultura independem, embora possam ter relação, do destino biológico do sujeito e mesmo da sua organização de gênero: “o ser do corpo certamente que é sexuado, mas é secundário, como se diz. E como a experiência o demonstra, não é desses traços que depende o gozo do corpo, no que ele simboliza do Outro” (Lacan, 2008b, p. 12).

Em relação ao falo como significante que designa a diferença sexual, Lacan (1971/2009) considera que, para os homens, a mulher é o falo; e, para as mulheres, é o homem que encarna o falo e é isso que os castra, a ambos: “a identificação sexual não consiste em alguém se acreditar homem ou mulher, mas em levar em conta que existem mulheres para o menino, e existem homens para a menina” (Lacan, 2009, p. 33).

No Seminário 20, *Mais Ainda*, Lacan (2008b) postula o polêmico aforismo “Não há relação sexual”, explicitando que não há nenhuma relação direta entre homens e mulheres, eles não “interagem”. Cada sexo é definido separadamente com relação a um terceiro termo; só existe uma não-relação, uma ausência de relação direta e um consequente “não-saber” em relação ao sexo oposto. Os sexos são definidos separados e diferentemente, de tal modo que os parceiros não são simétricos nem sobrepostos (Fink, 1998).

Dessa visão da sexualidade, que Lacan discorre nos seminários 18 a 21, podemos depreender que os homens e mulheres (não enquanto sujeitos empíricos definidos biologicamente) são posicionados de formas diferentes com relação à linguagem, à lei simbólica: “a forma como Lacan define o homem e a mulher não tem relação alguma com a biologia, e pode ser entendida como uma explicação para a existência de histéricos (geneticamente) masculinos e obsessivos-compulsivos (geneticamente) femininas” (Fink, 1998, p. 135). Assim, a masculinidade seria caracterizada na psicanálise pela determinação em torno da função fálica e, portanto, a total alienação à linguagem. Em decorrência disso, o desejo do homem nunca vai além do desejo incestuoso e está barrado pelo Nome-do-pai, metáfora da lei, da cultura e sinônimo da função paterna. A estrutura masculina é sinônimo da neurose obsessiva (Fink, 1998). O prazer do homem é limitado, já que determinado pela função fálica- gozo fálico ou simbólico- de modo que as fantasias dos homens estão ligadas àquele aspecto do real que subscreve à ordem simbólica.

Já as mulheres, enquanto posição assumida em relação à linguagem, são definidas como não totalmente circunscritas à função fálica, o que podemos depreender do modo como passam pelo Complexo de Édipo. Assim, a divisão que se opera na constituição do sujeito não se dá da mesma forma que no homem, embora alienada, não é totalmente assujeitada à ordem simbólica. Segundo Lacan (2008b, p. 14), “a mulher *não é toda*”, demarcada ou limitada, e isso faz com que possa experimentar, além do gozo fálico, um gozo suplementar, o Gozo-do-Outro.

Basta dizer, por ora, que a feminilidade acena para um outro posicionamento em relação à lei, à cultura, à linguagem e, portanto, ao Outro. Enquanto o complexo de castração e a metáfora paterna funcionam como uma limitação ao homem, são “parceiros” para a mulher. Seria permitido à mulher, então, ultrapassar as fronteiras da linguagem? É o que passaremos a discutir a partir das teorizações lacanianas em torno do mistério feminino.

2.2.3 Lacan e A mulher

Lacan, a partir do postulado de um sujeito dividido e organizado nas instâncias do Real, Simbólico e Imaginário, divide a constituição do sujeito em três tempos a partir de uma releitura que faz do Complexo de Édipo freudiano, definindo o processo de sexuação por meio dos verbos *ter* e *ser* (Lacan, 1999): no primeiro tempo, a criança sai do Estádio do Espelho imerso na problemática de ser ou não o falo da mãe; no segundo tempo, intervém o registro da castração pela intervenção da metáfora paterna, a Lei, que instaura a dialética de ter ou não ter o falo: princípio da divisão dos sexos; o terceiro tempo marca o declínio do Édipo, quando a criança simboliza a Lei e se inscreve, a partir do seu sexo, na posição de possuidor do falo e identifica-se com o pai, ou, no caso das meninas, “a saída da situação edípica e a assunção da posição feminina se dá pela via do *não tê-lo*, o que lhe permite buscar no corpo do seu parceiro o que lhe falta” (Teixeira, 1997, p. 79).

Diferentemente de Freud, Lacan situa o papel feminino não como o castrado, o invejoso, mas se o homem tem o falo, a mulher o encarna, sendo o falo. Dessa forma, a mulher se coloca como objeto de desejo do “outro”. Para Lacan, “a mulher mascara o real do vazio do seu sexo para ser objeto fálico da fantasia masculina sob a forma de um artifício, sugerindo, além do véu que encobre a sua castração, uma feminilidade misteriosa- um falo misterioso” (Neri, 2005, p. 202). Contudo, apesar desse artifício, conforme afirma Teixeira (1997, p. 79), a mulher procura algo específico que designe sua feminilidade e, ao não encontrar esse elemento simbólico, sente-se prejudicada, lesada em relação à constituição masculina.

A relação de Lacan com a temática das mulheres se dá desde o início de sua obra, quando discorre sobre o caso Aimée em sua tese de doutoramento: *Da psicose paranóica e sua relação com a personalidade* (1932/1987a); e, depois, com o texto *Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papins* (1933/1987b). Diferentemente das histéricas de Freud, Lacan se depara com a psicose feminina, gritante nos asilos psiquiátricos da França do início do século XX, que se coloca como forma de denúncia aos mecanismos burgueses de submissão. A figura da mulher apresenta-se, então, para Lacan, como revolucionária, criadora, questão que retornará no seminário *Mais, ainda* (2008b). Conforme Neri:

O primado do falo vai ser reafirmado e reinterpretado pela teoria lacaniana. Lacan vai redimensionar o conceito de falo sob a égide do significante, transformando a noção freudiana de falo no significante da metáfora paterna que, desde o início, ordenaria a subjetividade bem como a diferença sexual. O complexo de Édipo e a fase fálica se convertem, em Lacan, em uma estrutura (2005, p. 197).

Como se pode observar, Lacan parte da teoria freudiana para postular a sua teoria da estrutura psíquica, contribui com alguns aspectos diferentes, porém na mesma esteira do texto psicanalítico original. O autor parte da noção fundamental do desconhecimento em relação ao outro sexo: “Mas o que é verdadeiro é que o parceiro do outro sexo resta sendo, o Outro” (2008b, p. 129), assim o enigma sexual coloca-se na relação com a linguagem, com aquilo que entra no lugar de, e por isso nos falta.

Em *Mais Ainda* (2008b), o autor postula a fórmula “A Mulher não existe”, afirmando que não há um significante que designe esse conjunto geral que seria “A mulher”: “A mulher, isto só pode se escrever barrando-se o A. Não há *A mulher*, artigo definido para designar o universal” (Lacan, 2008b, p.79). Elas existem apenas na singularidade, já que “as mulheres se organizam como não-todas na função fálica” (Laurent, 2006, p. 2), nas palavras de Lacan: “quando um ser falante qualquer se alinha sob a bandeira das mulheres, isto se dá a partir de que ele se funda por ser não-todo a se situar na função fálica” (2008b, p. 78-79). O “A” barrado da fórmula “A mulher” indica que não há inscrição possível para ela. Esse significante é algo do nível do não-simbolizável, se o falo é o significante do masculino, do homem, não há significante que designe *A mulher*¹¹. Ainda, com relação ao falo, embora seja o significante que marca a diferença sexual, não é se não elemento de contingência: “a aparente necessidade da função fálica se descobre ser apenas contingência” (Lacan, 2008b, p.101), ou seja, enlaçado na ordem do imaginário, como aquilo que “para de não se escrever” (Lacan, 2008b, p. 101).

Assim, segundo Lacan, fala-se em “O homem, uma mulher” (2008b, p. 45, grifo nosso). No seminário 23, *O Sinthoma*, Lacan (1975-1976/ 2007, p. 14) assevera que *A mulher* (com letra maiúscula, por ser mesmo, a única), trata-se de Eva. Afirma o autor, “A-mulher da qual se trata é um outro nome de Deus, e é por isso que, como eu disse muitas vezes, ela não existe” (2007, p.14). Fala ainda da lógica de Aristóteles, pela qual podemos pensar a universalidade do homem, uma vez que a mulher é compreendida como sua derivada e, portanto, do mesmo sexo, apenas inferior. Sobre isso, assim se pronuncia Elisabeth Roudinesco:

É a Aristóteles que devemos a descrição provavelmente mais interessante do modelo de sexo único. Segundo ele, a primeira união necessária à ordem da natureza é a de um macho com uma fêmea. O sêmen do homem é soberano pois contém “o princípio da forma”, ao passo que

¹¹ Levando ao pé da letra a afirmação lacaniana de que A mulher não existe, não se poderia usar o artigo definido em nenhum momento nesta tese. Contudo, se falamos da existência de a mulher-mãe, é porque estamos considerando o efeito imaginário produzido na ordem do discurso.

o da mulher não, uma vez que ela é apenas “matéria que recebe a forma” [...] Como consequência, o homem comanda, a mulher se submete. (Roudinesco, 2003, p. 116).

Tomando esse modelo unissexuado, o homem é compreendido como o que dá matéria ao universo, o modelo universal. Em contrapartida, a mulher coloca-se como uma réplica invertida e materializa, assim, o individual, aquilo que não faz UM. Vejamos as palavras de Lacan sobre a lógica de Aristóteles:

Ora, ao contrário do que ele admitia na sua tal lógica, convém dizer que Sócrates *não* é homem, posto que aceita morrer para que a cidade viva. Ele aceita isso, é um fato. Além disso, é necessário dizer que, nesta ocasião, ele não quer ouvir sua mulher falar. Daí minha fórmula sobre a mulher, e que renovo, se posso dizer assim, para uso de vocês, servindo-me desse *me pantes* que é a oposição, descartada por Aristóteles, ao universal do *pan*, destacada por mim no *Organon*.

[...] A mulher só é toda sob a forma pela qual o equívoco toma de nossa lalíngua o que ela tem de picante, sob a forma do *mas isso não*, tal como se diz *tudo, mas isso não*. Essa era efetivamente a posição de Sócrates. O *mas isso não* é o que introduzo sob meu título desse ano como *sinthoma* (Lacan, 2007, p. 15, grifos do autor).

É a partir dessas afirmações que Lacan nos apresenta a mulher como sintoma do homem: na lógica dos conjuntos ela é aquilo que não faz unidade, o que sobra e que pode ser visto, portanto, como sintomático. Na lógica do conjunto dos homens, no qual a mulher estaria supostamente contida, ela funciona como aquilo que materializa o “mas isso não”, que Lacan (2007) menciona.

Na discussão das fórmulas da sexuação, Lacan (2008b) afirma que toda declaração universal está assentada na ex-sistência¹² de uma exceção que confirma a regra. As fórmulas da sexuação são apresentadas do seguinte modo:

13

¹² Conforme Fink (1998), a palavra “ex-sistência” foi apresentada primeiramente por Heidegger, como uma tradução para o termo grego *ekstasis* e o termo alemão *Ekstase*. “A raiz do significado do termo em grego é ‘ficar do lado de fora de’ ou ‘ficar a parte de’ alguma coisa (Fink, 1998, p. 151). A expressão, em Lacan, pode ser compreendida como uma existência separada que insiste do lado de fora, algo fora do conjunto, mas que mesmo assim permanece existente.

Do lado masculino, há uma exceção que funda o conjunto dos homens, ou seja, existe um exemplar que não está submetido à castração, representado pela fórmula: $\exists x \overline{\Phi x}$. Esse elemento de exceção ao grupo é o pai da horda primeva, apresentado por Freud em *Totem e Tabu* (1913/1974b), único homem mítico a ter acesso a todas as mulheres. O pai da horda primeva é a exceção ao grupo dos homens, é “ao menos um” que não está submetido à lógica fálica. A fórmula abaixo, do lado masculino indica que é pela função fálica que o homem, no todo, se inscreve.

Quanto ao lado direito, das mulheres, não há exceção: todas estão submetidas à lógica fálica, ou seja, não há uma que não esteja submetida à castração, o que é descrito pela fórmula: $\forall x \Phi x$. Contudo, as mulheres não estão todas na função fálica, pelo mesmo e paradoxal motivo, afinal não há exceção que as funde enquanto conjunto, e isso se materializa na fórmula: $\overline{\forall x} \Phi x$. Assim, podemos dizer, juntamente com Freud e Lacan, que as mulheres se inscrevem na partilha dos sexos pela castração (e por isso escapam da psicose), entretanto só podem ser tomadas individualmente, pois o conjunto A mulher, não existe.

No Seminário 16: *De um Outro ao outro*, Lacan (1968-69/2008a) nos diz que o 1 sempre vem acompanhado de *a*, isto é, que $1 = 1 + a$. Ou seja, a unidade não existe sem que algo fique de fora, e o que fica de fora é da ordem do real. A essência do homem, como totalidade, definida pela função fálica implica a existência de um pai (da horda primeva). No processo de castração, a função fálica como algo do sujeito é foracluída (banida do registro do simbólico), assim o pai simbólico ex-siste, localizando-se na castração simbólica. O pai simbólico representa o não-limite, o acesso a todas as mulheres. Assim, mesmo morto, ele está ali, sua ex-sistência ainda significa, produz efeitos. No Seminário 20, Lacan (2008b) afirma que um homem só poderia “gozar de uma mulher”, ou seja, tirar satisfação dela, efetivamente, e não de algo que ele imagina que ela seja, fora da castração. Portanto, apenas o pai mítico poderia ter uma relação verdadeira com uma mulher, todos os outros homens têm uma relação com o objeto *a*, ou seja, com a parte perdida da sua própria constituição como sujeitos. O efeito da castração consiste em dividir esse grupo em acessíveis e inacessíveis, causando o interdito a esse conjunto TODAS, o que nos permite mais uma vez retornar à afirmação da não existência de *A mulher*.

Essa relação entre o universal e o particular nos é muito cara para pensar a organização dos conjuntos: o homem e a mulher são fundamentais na relação que este trabalho se propõe a observar com o discurso midiático que traz a exceção do grupo *A mulher*,

¹³ Figura retirada do Seminário 20, de Lacan (2008b), p.84.

como se ele existisse. Vejamos, se as mulheres não fazem unidade, conforme atestam as fórmulas da sexuação, como é possível apresentar a exceção: “mulher joga filho na lixeira”? Apresenta-se aí algo da ordem do impossível, o efeito de homogeneização que a mídia produz assenta-se em uma evidência produzida imaginariamente pelas contingências que a própria história da mulher organiza, conforme discutimos no capítulo 1 desta tese.

Mas, voltando às diferenças enumeradas por Lacan acerca da constituição feminina, no Seminário 20, ainda, é enunciada a proposição de que a mulher apresentaria um gozo¹⁴ “a mais”, para além da ordem falocêntrica. Assim, diz Lacan “é justamente pelo fato de que, por ser não-toda, ela tem, em relação ao que designa de gozo a função fálica, um gozo suplementar” (Lacan, 2008b, p. 79). A mulher teria, então, um duplo gozo, um da ordem fálica e outro suplementar, que Lacan chama de um gozo “místico”, um gozo “outro” diferente, excêntrico, quando se toma por referência o gozo fálico. Tal possibilidade estaria relacionada ao fato de que a mulher não se coloca toda em relação à ordem simbólica.

Lacan (2008b) inaugura, com isso, um modo diferente de pensar o feminino, primeiramente não o ligando ao sexo, ou ao gênero, mas o entendendo como uma posição, um lugar na estrutura, em relação à linguagem. A mulher seria o furo do conjunto, o menos-um, a não unidade, o elemento fora, e traria, portanto, a dimensão da singularidade. Lacan postula ainda a separação do feminino da maternidade, o que vai de encontro aos postulados freudianos sobre a mulher e contra também os genéricos que circulam sobre a maternidade como aspecto ligado “naturalmente” à mulher.

Pensando nesses apontamentos da psicanálise lacaniana sobre a mulher, perguntamos: o discurso produzido pela mídia sobre a mulher-mãe poderia ser um indício de que *A mulher*, enquanto conjunto, *não existe*, uma vez que materializa a singularidade e a contradição em relação aos genéricos? Ou as manchetes que colocamos em pauta estariam recobrando a questão através dos genéricos sobre a mulher-mãe na contemporaneidade? Fazendo ilusoriamente existir a exceção para fundar o conjunto? Nesse caso, como se configura discursivamente, ou seja, na materialidade linguística, tais genéricos? É o que pretendemos responder na sequência desta tese. Mas antes de discutirmos a especificidade dos genéricos discursivos e dos pressupostos da AD, faz-se necessário apresentar, mesmo que rapidamente, o modo como a psicanálise vê a maternidade.

¹⁴ A noção de “Gozo” é trazida por Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920), significando aquilo que, como o título do livro pressupõe, vai além do prazer e integra, inclusive, o desprazer, sendo do nível do inconsciente. Lacan, fala de um “gozo suplementar” feminino no Seminário 20, *Mais ainda*.

2.3 A psicanálise e a maternidade

A maternidade, como vimos anteriormente, no tópico sobre o Complexo de Édipo, coloca-se como uma das saídas para a mulher na obtenção do falo, a partir da equação apresentada por Freud pênis = filho, que preferimos apresentar como falo = filho. Se a mulher não existe, a mãe, essa sim, existe. Contudo, esse destino “natural” reafirmado pela psicanálise freudiana é questionado por vários autores, entre eles Nancy Chodorow (2002), que afirma:

O desenvolvimento da maternação em meninas- e não em meninos- resulta de experiências relacional-objetais diferenciais, e dos modos como essas experiências são internalizadas e organizadas. O desenvolvimento no período infantil, e em particular o surgimento e resolução do complexo edípico, acarretam reações psicológicas, necessidades e experiências diferentes, as quais, no caso das meninas, as mantêm abertas e as ampliam. (Chodorow, 2002, p. 121).

Os casos de infanticídio, bem como de aborto ou outros que possamos analisar, funcionam, porém, como elementos pragmáticos de refutação da afirmação freudiana de que o desejo feminino passa pela maternidade, conforme já o afirmaram alguns autores como Chodorow (2002), Iaconelli (2013) e André (1998).

Pode-se sublinhar, aliás, uma outra fragilidade do raciocínio freudiano: fiando-se na identificação materna (...) para guiar a filha no sentido da realização de sua feminilidade, ele deixa, em suma, as chaves da feminilidade, aos cuidados do desejo de ser mãe. O tornar-se mulher confunde-se aqui com um tornar-se mãe. O desejo de um filho, suposto dar uma realização simbólica ao desejo inicial do pênis, significa em última instância que Freud atribuiu ao filho o papel de significante da identidade feminina, à falta de um outro sinal. Esta tese, é preciso reconhecer, não se aplica à prova do real da nossa clínica (André, 1998, p. 198).

Os escritos da psicanálise em torno da constituição psíquica do sujeito e o conjunto de formulações relacionadas aos elementos mínimos para uma organização psíquica considerada “saúdável” ou minimamente não “psicotizante” foram de fundamental importância para o desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à infância; por outro lado, o fato de a psicanálise ter aliado esses cuidados preferencialmente à mulher, ao ponto de ter chamado esse lugar na constituição psíquica do bebê de “função materna” coloca em cena alguns elementos de ordem cultural que carecem atenção (Iaconelli, 2013). Embora saibamos que a função materna não se estabelece (ainda bem!) apenas na presença da mãe biológica ou de outra que ocupe essa função, sabemos também que os efeitos dos postulados psicanalíticos deslizam ainda hoje no senso comum produzindo afirmações tais como: “tudo é culpa da mãe!”.

As questões que recaem sobre a mulher hoje dizem respeito a um saber que foi sendo cunhado sobre elas e sobre a maternidade, que lhes coloca em um determinado lugar, sempre na relação com outros saberes que se sobrepõem na contemporaneidade:

Nossa questão recai sobre a forma ideológica que essas supostas escolhas ocorrem, segundo uma tradição. Nesta a mulher tem que lidar simultaneamente com as seguintes frentes: corresponder a idealizações da maternidade ainda vigentes, como há duzentos anos, e que supõem haver na mulher um saber atávico sobre o maternal; assumir novos papéis sociais antes inimagináveis, inconciliáveis à exigência anterior e ignorantes do processo de transmissão social do saber relativo aos cuidados com os bebês e posicionar-se diante do onipresente biopoder, que encontra no ciclo nascimento-morte seu lócus privilegiado de atuação, desautorizando a mulher a lidar com o próprio corpo. (Iaconelli, 2013, p.46-47).

O que parece ocorrer é um endosso da relação entre natureza feminina e desenvolvimento da maternidade pela psicanálise. Winnicott (1994), fala, por exemplo, em um “conhecimento intuitivo” da mãe. Desse modo, o fato de atividades tais como gestar, parir e aleitar serem exclusivamente femininas, biologicamente falando, foram produzindo o efeito de naturalização da maternidade e direcionando as mulheres ao espaço doméstico e ao desempenho da função materna: é o biológico produzindo efeitos no social. Entretanto, o contrário também é verdadeiro: o social produz efeitos no biológico, o que podemos verificar na diferença existente na exibição de conhecimentos e habilidades “inatas” em relação ao bebê que as mães de hoje têm em relação ao que tinham mulheres até alguns anos atrás, que cresciam em contato com crianças, auxiliando no cuidado dos irmãos desde pequenas.

A esse respeito Iaconelli (2013) nos traz um exemplo de mulheres de tribos africanas que desenvolvem uma habilidade de percepção dos movimentos peristálticos do bebê e, com isso, além de não usarem fraldas, mantêm, como que magicamente, seus filhos limpos o tempo todo. Sabemos, entretanto, que esse conhecimento “natural” ou “mágico” é aprendido e desenvolvido a partir da experiência possibilitada pela própria cultura dessas tribos. Considerando isso, o que pensar de mulheres que aprendem a serem mães a partir do discurso médico, publicitário, midiático, ainda permeado por dezenas de outros discursos oriundos de outras fontes que trazem informações adicionais acerca das funções além da maternidade que a mulher precisa desempenhar? Provavelmente, suas “habilidades naturais” para a maternidade serão bem distintas das mulheres da tribo africana.

Acerca disso Chodorow (2002) também busca alguns elementos para explicar por que as mulheres são agentes da “maternação”¹⁵, ou seja, por que as mulheres desempenham

¹⁵ *Mothering*, no termo original. Poderia ter sido traduzido, na versão em português, por “maternagem”, mas os tradutores optaram pelo termo “maternação”, que denota o sentido literal que se quer empregar, relacionado aos cuidados maternos empreendidos aos bebês e crianças. Desse modo, mantivemos a escolha da tradução utilizada.

prioritariamente cuidados relacionados aos filhos, que vão além das atividades desempenhadas com a gravidez e a amamentação (biologicamente obrigatórias, digamos)? E os argumentos apresentados são: a explicação extraída da natureza, segundo a qual as mulheres maternam porque há uma base biológica para isso. Ou seja, o aspecto universal e instintual propagado em torno da maternidade está relacionado diretamente ao fato de que as mulheres dão à luz e amamentam filhos. Ainda há teorias em torno dos hormônios femininos, entre outros elementos biológicos, mas a explicação, nessa perspectiva, estaria centrada, sobretudo, na capacidade de o corpo feminino gestar e amamentar.

O segundo argumento é o bioevolucionista, segundo o qual as mulheres maternam porque estão biologicamente aptas e também porque historicamente a divisão das funções ficou assim definida entre os gêneros. A divisão do trabalho por sexos foi a mais antiga divisão: as mulheres, justamente por conta do cuidado com filhos e gestações foram destinadas à coleta (ou seja: não matam!), em sociedades primitivas de base coletoras-caçadoras, uma vez que os homens seriam caçadores pela sua “natureza física” e pelo fato de terem que se ausentar durante mais tempo para poder caçar. “Essas teorias podem argumentar que a maior agilidade, força, velocidade e agressividade dos homens torna natural que eles cacem, e que as mulheres, portanto, colem e criem filhos” (Chodorow, 2002, p. 34).

O outro argumento para a maternação das mulheres, conforme a mesma autora, é a “educação para a função”, que estaria relacionada a um “preparo para o papel feminino e identificação com as funções femininas” (Chodorow, 2002, p. 51), fruto de ensino e propagação social: meninas são vestidas de rosa, aprendem a brincar de boneca e de casinha, aprendem a identificar-se com suas mães. Desse modo, meninos e meninas passam por experiências distintas durante seu desenvolvimento, de modo que sua personalidade e seu comportamento se revelarão diferentes também.

Enfim, todos esses argumentos apontam no sentido de entender a maternação nas mulheres como um produto da biologia, do comportamento e relacionado à intenção individual (Chodorow, 2002, p. 52), contudo, segundo a autora, tais argumentos podem ser facilmente derrubados quando passamos a investigar mais detalhadamente no que consiste a maternação e em como ela é perpetuada. O primeiro elemento a ser considerado é o de que a maternação não existe isoladamente, ela é um aspecto fundamental e constituinte da divisão do trabalho por sexos, a qual está ligada a diversos outros “arranjos institucionais e formulações ideológicas que justificam a divisão do trabalho por sexos” (Chodorow, 2002, p. 52). Outro elemento a ser considerado é o fato de a maternação nas mulheres não ser universal, embora disseminada como tal. O papel das mulheres como principais cuidadoras de

crianças é produto histórico e, como tal, ligado a outras construções tais como as configurações familiares ou distribuição de papéis dentro da família. De outro lado, porém, não é também algo que se desenvolva ligado à intenção individual, mas ocorre muito em função de uma reprodução social em torno da maternação, relacionado ao sexo feminino, fruto da organização de gênero e da economia.

O argumento biológico também não é suficiente para explicar a maternação, uma vez que temos mais de um exemplo de mulheres que, tendo condições biológicas de serem mães, não o desejam ou não o desempenham adequadamente, conforme os modelos sociais relacionados à maternidade que temos hoje. Por outro lado, independentemente da biologia, temos inúmeros casos de mulheres (ou até homens, ou transgêneros) que se alinham à maternação mesmo não tendo capacidade biológica para gerar um filho. É o caso de pessoas que adotam bebês e desenvolvem a capacidade de serem mães, comportamentalmente falando e, por vezes, até desenvolvendo funções biológicas, tais como a amamentação.

Desse modo, podemos compreender o cuidar e, por extensão, a maternação, como uma função psicológica, uma vez que exige a capacidade de possibilitar a socialização, isto é, depende de “certas capacidades relacionais que estão integradas na personalidade, e um senso de identidade no relacionamento” (Chodorow, 2002, p. 53). Ainda, há a afirmação de que existe, no caso da continuidade da relação mãe-filho, uma expectativa de continuidade do relacionamento, que inclui satisfação e frustração para ambos, mãe e filho.

Por fim, o que estamos delineando com base na explicação para o fato de as mulheres “maternarem” não está nem na hipótese biológica, nem nos argumentos bioevolucionistas, nem somente na “educação para a função”, mas em algo que se dá a partir de todos esses fatores: uma organização através de processos psicológicos estruturalmente induzidos. Vejamos nas palavras da autora de que modo encontram-se divididos os papéis entre homens e mulheres, a partir do que ela chama de “organização social do gênero”:

Baseio-me na teoria psicanalítica do desenvolvimento da personalidade masculina e feminina para demonstrar que a maternação das mulheres se reproduz ciclicamente. As mulheres, como mães, produzem filhas com capacidades de maternar e o desejo de maternar. Essas capacidades e necessidades acham-se embutidas no próprio relacionamento mãe-filha e surgem dele. Por outro lado, as mulheres como mães (e os homens como não-mães) produzem filhos homens cujas capacidades e necessidades maternantes têm sido sistematicamente reduzidas e reprimidas. Isso predispõe os homens para seu posterior papel familiar menos afetivo, e para uma participação principalmente no mundo do trabalho impessoal e extra-familiar, e na vida pública. A divisão sexual e familiar do trabalho, na qual a mulher materna e fica mais envolvida em relações interpessoais afetivas do que o homem, produz nas filhas e filhos uma divisão das capacidades psicológicas que os leva a reproduzir essa divisão do trabalho familiar e sexual (Chodorow, 2002, p. 22).

Com base nessa concepção, meninas e meninos aprendem a serem homens e mulheres e reproduzem esses padrões que passam a se organizar estruturalmente em sua formação da personalidade. Segundo Chodorow (2002, p. 60), não são apenas elementos comportamentais desenvolvidos por imitação, mas capacidades “fortemente internalizadas e psicologicamente viabilizadas, e se acham integradas desenvolvimentalmente na estrutura psíquica feminina”. Nesse sentido, essa perspectiva teórica proposta é invalida, separadamente, elementos biológicos, individuais e/ou comportamentais para explicar a maternação nas mulheres, e propõe, via psicanálise, uma “elucidação estrutural sistêmica da socialização e da reprodução sociais” (Chodorow, 2002, p. 61).

Na esteira desses postulados, então, nem mesmo a explicação da equação pênis igual a filho seria suficiente para explicar o fato de a mulher se manter como responsável pelos cuidados iniciais do bebê. Entraria, nesse sentido, a função do recalque, processo de assujeitamento à linguagem/cultura/Outro que institui a divisão dos sexos e promove o esquecimento em relação às contradições que engendram essa divisão em termos de função social.

Sendo assim, o resultado do desenvolvimento da capacidade de maternar nas mulheres pressupõe, ainda, como “boa mãe” aquela que está aliada aos interesses do filho e, por extensão, também aos interesses sociais:

O enfoque psicanalítico presume que um bom e desejável cuidado materno surgirá de fato da “empatia” da mãe com o seu filho e o tratamento dele por ela como uma extensão dela mesma- como alguém cujos interesses ela conhece através de identificação regressiva total, ou como alguém cujos interesses são absolutamente idênticos aos dela própria (Chodorow, 2002, p. 111).

Outra questão extremamente importante para pensar a maternidade, é a noção de “corpo”, sobretudo no que se refere à gestação e ao período perinatal, que também são elementos de interesse para a psicanálise, uma vez que a noção de corpo individual, separado, advindo da fase do estágio do espelho, se perde e/ou tende a se desorganizar.

Em meio a tantos discursos sobre a maternidade, dentre os quais as contradições entre as novas tecnologias (biotecnologia) e o retorno ao parto natural (bioecologia), a submissão do corpo feminino aos desmandos da ciência médica e o “empoderamento” via parto natural, surge uma questão, trazida por Iaconelli (2013), em sua tese de doutorado:

O argumento de que *as mulheres querem* cesarianas porque não querem sofrer as dores do parto ou de que *querem* partos naturais porque querem se sentir poderosas esbarra na mesma questão: quem pode dizer de antemão o que quer *cada* mulher? Não estaríamos diante da mesma polêmica feminista ultrapassada que supõe, de forma genérica e arbitrária que *as* mulheres preferem trabalhar a ter filhos numa contraposição à afirmação anterior *de que as*

mulheres preferem ter filhos a ter que trabalhar? *As* mulheres? *Que* mulheres? Obviamente o que não está contemplado é que cada mulher possa falar em nome próprio e que o acesso às informações, beneficiadoras de sua escolha, lhe seja facilitado da forma menos tendenciosa possível. Supor que todas as mulheres, uma vez informadas e apoiadas, fariam a mesma escolha, diante da concepção, da gestação, da parturição e do aleitamento, é supor que existiria A mulher. (Iaconelli, 2013, p. 74, grifos da autora).

A construção da maternidade, conforme Iaconelli (2013, p.95), passa por um tripé: a libidinação do corpo do bebê (estatuto de corpo erógeno); o reconhecimento no laço social (via discurso) e a assunção do desejo. Cada um desses vértices pode deflagrar o desenvolvimento da maternidade, desde que nenhum deles falte completamente. Nancy Chodorow (2002), como já mencionamos anteriormente, fala da “mothering” ou “maternação”, como o termo é traduzido, como o elemento central definidor dos gêneros, da divisão do trabalho e da organização social entre homens e mulheres. Desse modo, o que a pesquisadora define por maternidade consiste na ideia de que “ser mãe” não se resume a colocar uma criança no mundo, mas a se situar como a pessoa responsável por cuidar dessa criança, de socializá-la com/nesse mundo.

A esse papel que vem sendo desenvolvido prioritariamente por mulheres em nossa sociedade, deu-se o nome de “função materna”, que pode ser compreendida como o lugar do Outro para o bebê. A função materna é um lugar que permite mediatizar a relação do bebê com o mundo, servir de porta-voz desse ser ainda carente de linguagem, antecipando assim um eu e um sujeito que virá-a-ser. Isso significa que a função materna é a função responsável por fazer com que o corpo biológico do *infans* passe a um corpo erotizado e, a partir desse processo, inscreva-se na ordem simbólica. A mãe que ocupa essa função, como sujeito faltante, compreende as manifestações do bebê como endereçadas a ela, e, desse modo, organiza um lugar para esse sujeito em formação no seu desejo (Lacan, 1956-1957/1995). A função materna é diferente da maternação porque implica a particularização dos cuidados maternos, recheados de significação aplicando-se, portanto, a um caso específico.

Pensando em tudo que foi apresentado até aqui acerca da organização da maternidade na história das mulheres e da humanidade (capítulo um); acerca da psicanálise e do modo como ela compreende a constituição do sujeito; o desenvolvimento do sujeito mulher e a compreensão que essa perspectiva teórica traz, sobretudo na relação com a maternidade, passamos a discutir os aspectos metodológicos que organizam esta investigação. É o que demonstraremos, inicialmente, apontando os pressupostos da Análise de discurso e a teoria dos genéricos discursivos como caminho possível para pensar esse efeito do funcionamento dos discursos sobre a mulher-mãe.

CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA E MÉTODO PARA INTERPRETAR OS DISCURSOS SOBRE A MULHER-MÃE INFANTICIDA NA MÍDIA

Um mal estar se colocou ao ter que localizar alguns elementos teóricos da Análise do discurso (AD) em um capítulo metodológico, uma vez que as discussões em torno da Análise do Discurso têm justamente apontado para uma divergência em tomá-la apenas como técnica ou mesmo método de análise, embora seja corrente essa utilização em vários trabalhos na área da psicologia. Assim, essa foi uma opção a fim de reunir elementos teórico-analíticos importantes para nós nesta tese e que interceptam o nosso objeto de estudo, como a noção de discurso, de genérico discursivo, as peculiaridades do discurso jornalístico e midiático; e apresentar elementos de fato metodológicos (na acepção mais restrita do termo), como o modo de constituição do *corpus* da pesquisa.

É importante notar que a junção que fizemos ao utilizar as expressões “teoria” e “método” considera a indissociabilidade desses dois elementos. A perspectiva de método que tomamos é entendida como algo que transversaliza o trabalho, que conduz o “olhar”, que perpassa a investigação como um todo, desde a definição do objeto de pesquisa, até a análise dos dados e a as considerações finais. Assim, tomando como base a ligação desses elementos teóricos, justificamos as opções “técnicas” que fomos realizando. Por fim, cremos que a junção tenha sido pertinente. Veremos...

3.1 Paradigma indiciário

Antes de qualquer coisa, em um capítulo pretensamente metodológico é preciso situar a noção mais ampla de método da qual partimos. A terminologia “pesquisa qualitativa”, utilizada por muitos autores (Minayo, 2003; González Rey, 2011, por exemplo), apesar de poder ser tomada em sentido amplo nesta pesquisa por trabalhar com significados e dados de linguagem, a nosso ver, não é adequada. Cremos ser necessária uma especificação maior para que possamos compreender o método do qual partimos. Por esse motivo, apresentaremos os pressupostos fundamentais do que Ginzburg (1989) chamou de paradigma indiciário, método que congrega a especificidade deste trabalho ao articular a Análise do Discurso e a psicanálise.

Conforme Ginzburg (1989) e Tfouni (1992), o paradigma indiciário, surgido no séc. XIX, contrapõe-se à epistemologia positivista, que aponta para a generalização, objetividade e

quantificação, trazendo para o campo das pesquisas a singularidade. Tal paradigma engloba disciplinas como a psicanálise, a historiografia e, podemos dizer, também a Análise do Discurso.

Ginzburg (1989) afirma que o paradigma indiciário surge de modo quase imperceptível nas ciências humanas no final do século XIX.

Nestas páginas tentarei mostrar como, por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo” (Ginzburg, 1989, p 143).

O autor indica três importantes manifestações que passam a constituir o paradigma indiciário: o método de Giovanni Morelli, para analisar a pintura italiana; o método investigativo do personagem de Conan Doyle, Sherlock Holmes; e o método psicanalítico desenvolvido por Freud.

O método “morelliano” consistia em investigar a verdadeira autoria de quadros antigos e em distinguir as cópias dos quadros originais. Para isso, Morelli partia não de traços elementares e evidentes, que seriam facilmente copiados por falsificadores, mas de detalhes inicialmente negligenciáveis, tais como os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. Esse procedimento, diz Ginzburg, assemelha-se ao método utilizado por investigadores de crimes:

Essa comparação foi brilhantemente desenvolvida por Castelnuevo, que aproximou o método indiciário de Morelli ao que era atribuído, quase nos mesmos anos, a Sherlock Holmes pelo seu criador, Arthur Conan Doyle. O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. (1989, p. 145)

O autor reproduz fragmentos de um conto, *A caixa de papelão*, em que o personagem Sherlock Holmes descobre o parentesco entre a vítima e outro personagem pelas características da orelha. A essas duas fontes, Ginzburg (1989) junta o método desenvolvido por Sigmund Freud: “Mas sobre este ponto a psicologia moderna estaria certamente do lado de Morelli: os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós.” (1989, p. 146). Além disso, o autor relaciona diretamente a influência do método morelliano em Freud, trazendo um trecho do texto publicado em 1914, *Moisés de Michelangelo*, no qual, segundo o autor, fica clara a relação do método de Morelli para a criação da psicanálise: “Creio que o seu método está

estritamente ligado à técnica da psicanálise médica. Esta também tem por hábito penetrar em coisas concretas e ocultas através de elementos pouco notados ou despercebidos, dos detritos ou refugos de nossa observação.” (Ginzburg, 1989, p. 147).

Se de fato, a leitura das análises morellianas serviu de base para que Freud organizasse a psicanálise, é algo que não nos interessa neste momento. Interessa-nos saber que ambos os métodos organizam-se em torno de uma

proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, “baixos”, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (Ginzburg, 1989, pp. 149-150).

As três manifestações de métodos indiciários apresentados pelo autor baseiam-se, como vimos, em pistas, indícios, sintomas (no caso da psicanálise), signos pictóricos a fim de desvelar uma realidade mais profunda, que não é dada aparentemente. Os diversos saberes indiciários relatados tinham mais um ponto em comum, conforme afirma Ginzburg: Giovanni Morelli, Conan Doyle e Sigmund Freud eram médicos. Nos três casos, vê-se, portanto, o modelo da “semiótica médica” que permite diagnosticar doenças a partir de sintomas, indícios superficiais que funcionam como pistas para o descobrimento de doenças. Ginzburg diz não ser coincidência o surgimento, no final do século XIX, desses métodos, contudo afirma que as bases desses saberes, relacionados à semiótica, têm origens bem mais remotas. Desde que o homem teve que caçar para sobreviver, desenvolveu-se um saber do tipo venatório, ou seja, um saber que, a partir de alguns elementos aparentemente negligenciáveis, é capaz de reconstruir uma “realidade complexa não experimentável diretamente” (Ginzburg, 1989, p. 152).

Toda a explanação apresentada pelo autor pretende demonstrar “como apareceu historicamente uma constelação de disciplinas centradas na decifração de signos de vários tipos, dos sintomas às escritas” (Ginzburg, 1989, p. 154), tais como a historiografia, a filologia, por exemplo. Entretanto, o autor adverte que esses saberes constituem-se diferentemente em relação ao paradigma galileano:

Ora é claro que o grupo de disciplinas que chamamos indiciárias (incluída a medicina) não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objetivo casos, situações e documentos individuais, enquanto individuais, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade... (Ginzburg, 1989, p. 156).

Desse modo, Ginzburg nos apresenta um modo de pensar os dados como elementos singulares e, justamente por isso, importantes para a compreensão do fenômeno em si. Assim, tal paradigma congrega, a nosso ver, as duas perspectivas teórico-metodológicas adotadas neste trabalho, sejam elas a psicanálise e a Análise do Discurso pecheutiana. Esta última, tomando como base de dados o discurso, a partir de sua materialidade nos textos, procura observar as marcas linguísticas que levam ao gesto de interpretação do sujeito. Partindo, portanto, de um objeto não passível de generalização, visto que os sentidos sempre podem ser outros e é justamente esse o ponto que nos interessa, podemos dizer que as áreas com as quais trabalhamos consideram que não há dado neutro, objetivo, mas que cabe ao analista descrever o gesto de constituição dos sentidos possíveis na descrição da linguagem em funcionamento no processo de constituição do(s) sujeito(s), tomando, para isso, a ideologia e o inconsciente como parte desse processo.

O dado em Análise do Discurso e em psicanálise se realiza a partir de indícios apontados em marcas linguísticas que se voltam ao processo discursivo, recortados e interpretados através do analista, que sempre trabalha no batimento entre descrição e interpretação (Orlandi, 2007)- instâncias que se colocam de forma complementar. Desse modo, a análise não se dissocia da teoria e a interpretação ocorre desde a seleção e a delimitação do *corpus* até o fechamento da análise. Desse ponto de vista, teoria e análise não são etapas distintas, colocam-se continuamente no processo de pesquisa. É o que procuraremos demonstrar no tópico a seguir, que traz alguns pressupostos fundamentais da Análise do Discurso. Tais elementos deixarão mais clara a vinculação da área ao paradigma indiciário.

3.2 Análise do Discurso Pecheutiana (AD)

Historicizar a Análise do Discurso (ou qualquer outra área ou disciplina- o problema começa já pela nomeação!) implica sempre correr vários riscos: risco (a nosso ver, inevitável) de fazê-lo parcialmente, sem dar conta do que a disciplina representa; risco de fazê-lo superficialmente, uma vez que as bases que tomamos são sempre releituras e revisões; risco de dizer o já dito, e apresentar o desnecessário; e, por fim, risco de afirmar o que não podemos saber, uma vez que a Análise do Discurso (daqui para frente AD) é uma área em construção, sobretudo quando falamos de sua história no Brasil. Desse modo, ainda que com todas essas ressalvas, optamos por trazer um pouco da história da AD e dos seus conceitos fundamentais, porque entendemos que é preciso dizer de que AD estamos falando, é preciso situar qual

fragmento de sua história e de seus conceitos estamos tomando por base para pensar o nosso investimento na linguagem. Iniciamos, portanto, com uma tentativa de nomeação e de circunscrição da área da qual partimos.

Sabemos que quando se fala hoje em AD aparecem diversas perspectivas. O que chamaremos neste trabalho de AD trata-se da AD de Michel Pêcheux, ou seja, a AD pêcheutiana. É importante mencionar, ainda, que a AD não é uma disciplina, pelo menos no sentido usual, tampouco um campo de investigação, menos ainda uma técnica de análise de dados de linguagem. Ela se colocou como uma área interdisciplinar, desde o início, no concurso de discussões oriundas da linguística, do materialismo histórico e de teorias do discurso - todas atravessadas pela psicanálise, como campo teórico que dá substrato para pensar a questão do sujeito. Localizada temporalmente na década de 60, na França, instituiu-se oficialmente com a publicação da *Análise Automática do Discurso* –AAD-69-, em 1969, de Michel Pêcheux (1993). Surge com o objetivo inicial de analisar discursos políticos, tendo em vista o contexto da França no final da década de 60. Nesse momento, destaca-se o auge do estruturalismo, movimento predominante entre as ciências humanas e que dá o tom do pensamento de toda uma geração de intelectuais franceses. No campo da política, o movimento de maio de 68¹⁶ produz deslizamentos e faz reaparecer discussões que tinham sido banidas pelo estruturalismo, como a questão do sujeito (DOSSE, 1993). Nesse contexto político e científico, a AD surge como uma intervenção, proposta revolucionária que tinha como pretensão modificar as ciências humanas e, sobretudo, a ciência linguística. Os discursos que surgiram em meio a esse contexto, de esquerda e de direita, passaram a suscitar uma análise que fosse além da análise linguística formal, e foi dessa demanda que Pêcheux e seu grupo partiram.

A história de surgimento e desenvolvimento da AD pecheutiana é apresentada de forma muito didática por Denise Maldidier (2003) e é a partir dela que pretendemos retomar alguns elementos importantes. A autora separa em períodos a história de Michel Pêcheux e a AD. Inicia pelo “tempo das grandes construções- 1969-1975” (2003, p. 19). A obra *Análise Automática do Discurso-AAD-69* marca o início das construções em torno da AD ao aliar o novo objeto, o discurso, ao dispositivo chamado de “máquina discursiva”, uma máquina capaz de ler e produzir uma reviravolta nas ciências sociais. O audacioso projeto reunia conhecimentos da informática, da linguística e uma teoria do discurso, a fim de construir um

¹⁶ Greve geral instalada na França, considerada maior greve geral da história. Também chamada de Comuna francesa, trata-se de um movimento contrário ao capitalismo, em auge no pós-guerra, promovido pela classe trabalhadora e pelos estudantes contra o governo gaullista.

dispositivo capaz de arrancar “a leitura da subjetividade” (Maldidier, 2003. p. 21), instrumento científico, portanto.

Podemos imaginar tal projeto a partir da ideia de um programa de computador ou máquina que poderia ler e identificar discursos a partir da organização sintática e escolha lexical. O projeto da AAD-69 era construir uma espécie de “máquina de ler”, com o objetivo de analisar automaticamente, como o próprio nome aponta, os discursos que circulavam. Entretanto, “a máquina de classificar de repente se enrola”, como diz o próprio Pêcheux (2009), ao mencionar as classificações trazidas pela semântica formal, do mesmo modo que a “máquina de ler” também tem suas problemáticas, a saber, a complexa organização (não fechada!) das formações discursivas, que iremos discutir na sequência.

A partir dessas formulações, preparou-se o terreno para a fundação da AD como campo teórico-metodológico, por Michel Pêcheux e Jean Dubois. Pêcheux (2003) trouxe para a área o conceito de condições de produção, usado na psicologia social. Tal conceito remete à consideração fundamental da AD de uma exterioridade relacionada à língua, na produção do discurso.

Ao tomar esse conceito das condições de produção, é pertinente considerar que o momento que faz surgir a AD está relacionado ao fato de as questões políticas tocarem nas questões semânticas, segundo Pêcheux (2009), daí a necessidade de postular uma teoria e método que dessem conta de considerar esses elementos. O contato com Althusser e sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1985) fez surgir uma reviravolta na organização da AD e trouxe o elemento que faltava para que Pêcheux pudesse propor uma teoria de constituição dos sentidos que fosse além dos níveis linguísticos colocados pelo estruturalismo: fonológico, morfológico, sintático e semântico, deixando claro que a semântica, como parte responsável pelo sentido, não pode ser tomada como mais um nível de organização do sistema linguístico. As noções de historicidade e de ideologia foram alicerces fundamentais para a teoria que iria propor em *Semântica e Discurso* (1975/2009). A esse tempo, o linguista Jean Dubois desenvolvia a análise de discursos políticos nas publicações da revista *Langages*. É dessa dupla fundação que surge a chamada AD francesa.

A partir dessa “virada” teórica, na junção das teorias linguísticas a uma perspectiva materialista, foram lançados os fundamentos para o surgimento de um conceito central na AD, o de interdiscurso. As bases do interdiscurso já haviam sido colocadas na AAD-69, entretanto o termo ainda não havia aparecido. Com *Semântica e Discurso* (2009) e a noção de pré-construído, que engendra a referência a um “já-lá” que sustenta os dizeres, ancorado em alguns conceitos tais como o de pressuposição, do lógico Frege, e a leitura lógico-pragmática

de Ducrot (Maldidier, 2003, p. 35) foi possível falar de interdiscurso, ao trazer relações entre a sintaxe e a semântica na produção da evidência dos sentidos.

Desse modo, a AD parte de contribuições de distintas áreas do conhecimento: o Marxismo, a Linguística, a teoria do discurso e a psicanálise:

- O materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias;
 - a linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
 - a teoria do discurso como teoria de determinação dos processos semânticos.
- Intervém uma quarta referência de “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (Maldidier, 2003, p. 38).

Da Linguística, a AD toma como elementos fundamentais a distinção entre *langue* e *parole*, de Ferdinand de Saussure (1916/2006), considerando a noção de língua (*langue*) como objeto próprio da linguística e levando em conta a não transparência da linguagem e o fato de a língua ter sua ordem própria, concepções fundamentais para os pressupostos da área (Orlandi, 2007).

Do mesmo modo, parte de algumas concepções do materialismo histórico, sobretudo no que diz respeito à consideração de um real da história que é determinante na relação com a língua e, por conseguinte, na produção de sentidos, já que “a história tem seu real afetado pelo simbólico” (Orlandi, 2007, p. 19). Ainda, a noção de ideologia será fundamental para pensar o funcionamento na língua em sua relação com a história (materialidade linguístico-histórica) e os sujeitos.

Essa materialidade linguístico-histórica da qual parte a AD também é atravessada pelo inconsciente, uma vez que os sujeitos da linguagem estão assujeitados à língua, à ideologia e ao inconsciente.

Todos esses elementos teóricos confluem para a constituição de um objeto, o discurso, a partir do qual as bases conceituais da AD vão se colocando.

3.2.1 A noção de discurso

Para chegar à noção de discurso, Pêcheux parte da dicotomia *langue versus parole*, não a fim de definir entre essas opções um objeto para a linguística, como fez Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1916/2006), tampouco para ver a língua como unidade ou de modo transparente, ao considerá-la como sistema. Pêcheux e Gadet na obra *A língua inatingível* (2004) fazem um histórico da linguística como ciência, discutindo os diversos

objetos que ela já definiu para estudar, e que, de certa forma, serviram para recobrir *o real da língua*, sempre incompleto, sempre inatingível, como o próprio título do livro aponta. A obra passa pela discussão do objeto de estudo da linguística histórica, as línguas; a definição da língua como sistema de signos, trazido pelo advento da linguística científica; os estudos enunciativos, as tendências sociologistas, formalistas, todas procurando dar conta de um real que sempre escapa. Embora reconheça todos esses elementos como constitutivos e importantes para a compreensão do funcionamento de uma língua, a AD propõe trabalhar com “*processos discursivos e de formações discursivas*, na perspectiva de uma análise materialista das práticas ‘de linguagem’” (Pêcheux, 2009, p. 25, grifos do autor). Desse modo, interroga a linguística em seu objeto no que diz respeito à relação com as formações sociais, partindo da perspectiva de que toda manifestação linguística é carregada de ideologia, marcada pela história e atravessada pelos processos inconscientes.

Pêcheux (2009) reúne todas as formulações em torno da língua em linguística em duas tradições: o *realismo concreto* (ou empirismo) e o *racionalismo idealista*. O realismo concreto estaria relacionado a uma tendência filosófica naturalista, com base nos estoicos, tal tendência parte do princípio da anomalia para compreender a organização linguística e a relação entre os signos e as coisas no mundo. Essa tendência dá origem a uma perspectiva sociologista da língua, que toma como seu real as variações e tem por base ou procedimento o empirismo. A outra tendência filosófica é o convencionalismo, que tem como preceptor Aristóteles. O princípio norteador dessa tendência em relação à compreensão da língua é o convencionalismo, segundo o qual o princípio da analogia é que rege a organização de um sistema linguístico. Desse modo, o real da língua para essa perspectiva é aquilo que faz unidade, a língua enquanto sistema unitário de convenções. Essa tendência dá origem ao que os autores vão chamar de racionalismo. O embate, portanto, segundo os autores, sempre foi entre uma tendência racionalista de ver a língua e uma tendência sociologista, ambas criticadas por Pêcheux e Gadet (2004) por não darem conta do que fica à deriva dessa relação.

Considerando todos os objetos definidos pelas várias correntes da linguística até hoje, e pelos estudos que envolvem a linguagem de um modo geral, Orlandi (2007) afirma que o objeto da AD já se colocava de modo não sistemático em diferentes épocas e abordagens distintas, possuindo significados diversos. Já dizia Saussure no *Curso de linguística geral* (CLG) (1916/2006) que “o ponto de vista é que cria o objeto” (p. 15), assim, a linguística passa por objetos bastante distintos, até chegar à definição do seu objeto como sendo a língua enquanto conjunto de signos organizados em um sistema abstrato, virtual, social (no sentido

de coletivo, compartilhado por uma comunidade linguística) e arbitrário (convencional). Nas palavras de Saussure, segundo a versão do CLG:

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo (Saussure, 2006, p. 21).

O conceito definido pela linguística, a partir de Saussure, entende a língua como uma unidade, conjunto homogêneo de regras e signos compartilhados por uma comunidade linguística. Para a AD, a língua enquanto sistema é entendida como condição de possibilidade do discurso, a “base comum de processos discursivos diferenciados” (Pêcheux, 2009, p. 81). Esse conceito é definido como um “sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas” (Pêcheux, 2009, p. 81, grifo do autor). Nesse sentido, a noção de discurso não se iguala à língua, nem ao conceito de fala (*parole*), tampouco pretende superar a dicotomia língua/fala. Segundo Malidier, “Michel Pêcheux constitui o *discurso* como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas” (2003, p. 22), pelo menos nas formulações iniciais coma AAD-69. Por conseguinte, o discurso estaria mais próximo da fala saussuriana, embora não possa ser confundido com ela, por não carregar sua característica de individualidade.

As teorias discursivas veem a língua não só como estrutura, mas como acontecimento (Pêcheux, 2008), promovendo, portanto, o discurso como ponto de articulação entre língua e ideologia (Malidier, 2003, p. 33). Ainda, o discurso não pode ser confundido “com o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (Malidier, 2003, p. 21). Textos são a materialidade empírica a partir da qual o discurso se materializa, mas um conceito não recobre o outro. O texto é a unidade de análise, enquanto o discurso é a unidade teórica (Orlandi, 2007, p. 69).

Segundo Malidier, o discurso, para Michel Pêcheux, sempre foi um “verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (2003, p. 15). Seu incômodo com a linguagem, a ideologia e seus efeitos nos sujeitos de linguagem parte do impacto de *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Louis Althusser (1985) e, portanto, o ponto que marca a noção de discurso é, efetivamente, sua relação com a ideologia e a história. Acontece que entre esses elementos a serem considerados ao se pensar o discurso como

objeto deve-se sempre levar em conta o real: real da língua, da história e, portanto, também do sujeito: “isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo).” (Pêcheux, 2008, p. 29). A grande questão aberta pela AD é, então, a (im)possibilidade de acesso à língua no seu todo, tarefa que a linguística sempre se propôs. Contudo, não há como abarcar o real pelo simbólico, afinal o real, nós não temos acesso, não o descobrimos, “pois o real, a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2008, p. 29).

Tendo em vista todos esses apontamentos do que não é o discurso, ele é conceituado por Michel Pêcheux (1993, p. 82), ao distanciar-se da teoria da comunicação, como “efeito de sentido” entre locutores, e não simples transmissão de informação de um ponto A para B. Além disso, é preciso considerar que “O processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio” (Pêcheux, *apud* Gadet & Hak, 1993, p. 77). Dessa forma, podemos compreender discurso como “processo”, como a língua em funcionamento, uso: “o discurso é onde se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2007, p. 17).

É nesse sentido, a partir dessa concepção de língua e de discurso, que a AD comparece como uma teoria possível para justamente criticar a unidade mulher-mãe, analisada neste trabalho, como uma categoria social ou unidade linguística. A noção de discurso aponta para uma historicidade/exterioridade que toca a língua, e é isso que procuramos trazer ao analisar os discursos sobre a mulher e sobre a maternidade nesta tese.

Desse modo, o conceito de discurso precisa sempre ser referenciado na relação com sua exterioridade ou condições de produção (CP), uma vez que, conforme Pêcheux (1993, p. 79), “*é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção...”. Essas designam inicialmente os sujeitos e o contexto imediato de produção discursiva: Em AAD-69, Pêcheux (1993) conceitua como um “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (p. 74). Entretanto, as “circunstâncias” de um discurso compreendem mais do que apenas o contexto imediato e os sujeitos. Segundo Orlandi (2007, p. 30), a memória (ou interdiscurso) também faz parte, bem como o contexto sócio-histórico e ideológico. Assim, segundo a autora, podemos separar as CP em sentido estrito e então devemos considerar as circunstâncias da enunciação; e em sentido amplo, quando incluiremos também o contexto social, histórico e ideológico que constitui o processo discursivo.

3.2.2 Formações ideológicas (FIs), formações discursivas (FDs) e Interdiscurso

Da releitura que Althusser vai fazer de Marx, sobretudo em sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1985), Pêcheux vai retirar as bases para uma teoria materialista do discurso, teoria essa que passa primeiramente pela consideração de um conceito fundante, o de ideologia.

Pêcheux vai dizer que a noção de ideologia não pode ser confundida com ideia, embora esteja na base da produção das ideias, mas deve ser compreendida como um conjunto de *forças materiais* que “constituem os indivíduos em sujeitos” (Althusser, apud Pêcheux, 2009, p. 120). A ideologia, portanto, organiza-se em formações ideológicas (doravante FIs), uma vez que, segundo Pêcheux, “a instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos do Estado), que ao mesmo tempo possuem um caráter “regional” e comportam posições de classe” (2009, p. 132, grifos do autor). Assim, as FIs revelam posicionamentos de classe, entretanto podem ser vistas como forças muitas vezes antagônicas que organizam os dizeres e as posições que os sujeitos (nunca tomados empiricamente) ocupam no discurso. Embora a ideologia se organize em FIs, ela pode ser compreendida em seu funcionamento geral, e “a ideologia em geral não tem história, na medida em que ela se caracteriza por ‘uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica’” (Pêcheux, 2009, p. 137). O conceito de ideologia em geral é o que permite pensar o homem em sua relação com a linguagem, como sujeito que se torna sujeito à medida que é interpelado ideologicamente.

A consideração, portanto, da relação da língua, do discurso e do sujeito na relação com a ideologia nos traz algumas afirmações decorrentes: não há língua sem ideologia; não há ideologia sem língua; da mesma forma, não há sujeito sem língua e sem ideologia. Considerando essas afirmações, o sentido só se produz na relação com a ideologia e com as condições de produção do dizer, de onde podemos afirmar que nenhuma palavra possui sentido *a priori*, afinal “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’” (Pêcheux, 2009, p.146). De tal modo que elas significam dependendo de quem as emprega, com relação às FIs. A materialização das FIs se dá a partir das formações discursivas (doravante FDs), termo emprestado de Foucault, segundo Pêcheux (2008, p. 56) e que pode ser entendido como: “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (...)” (Pêcheux, 2009, p. 147). É, portanto, o posicionamento do sujeito que diz em uma ou outra FD que permite que uma mesma palavra

ou expressão tenha sentido diferentes ou até opostos quando ditos em condições diferentes; ou mesmo que expressões literalmente distintas possam ter o mesmo sentido, no interior de uma FD dada.

Contudo, esse processo não é transparente para o indivíduo que faz uso da linguagem, de modo que “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*” (Pêcheux, 2009, p. 149, grifos do autor). Essa relação é que faz surgir o conceito de interdiscurso, talvez um dos mais significativos para a AD da segunda época (quando da publicação de *Semântica e Discurso*, em 1975). O interdiscurso talvez seja também o conceito menos “palpável” trazido por Michel Pêcheux. Parte da noção de pré-construído e diz respeito ao conjunto de discursos que circulam, o todo-discursivo que se organiza em FDs. Segundo Eni Orlandi (2007, p. 31), o interdiscurso pode ser tomado como memória discursiva, ou seja “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Sendo, então, o interdiscurso, esse eixo vertical de possibilidade dos dizeres, ou seja, da constituição, Pêcheux vai propor também o que chamou de intradiscurso, que designa “o funcionamento do discurso em relação a si mesmo” (2009, p. 153), ou seja, o eixo horizontal que se refere às formulações efetivamente construídas e sob as quais nós também relacionamos e construímos os nossos dizeres. Essa divisão nos dois eixos, da constituição (interdiscurso) e da formulação (intradiscurso) a partir da qual se organiza o funcionamento do discurso, contudo, é dissimulada pelo próprio efeito da ideologia: o sujeito, ao identificar-se com uma FD, “tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso” (Pêcheux, 2009, p. 154).

É importante mencionar, ao fim deste tópico sobre as FIs, FDs e interdiscurso, que Pêcheux, desde *Semântica e Discurso* (1975/2009) até *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/2008) postulou uma consideração do processo discursivo como não fechado, mas suscetível ao deslize, à falha e, portanto, à modificação. As FDs não são mais consideradas conjuntos fechados de discursos, como pareceu na AAD-69, mas conjuntos abertos, sempre em construção e alteração. Portanto, compreendemos, juntamente com Pêcheux (2008, p.56) que:

[...] só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo

um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (...).

Assim, os discursos não são somente reprodução. Uma noção importante, nesse sentido, é a de discurso-transverso, que Pêcheux traz ao falar sobre a tomada de posição, entendida como um efeito possível em uma FD:

(...) na verdade, a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar (Pêcheux, 2009, p. 160, grifos do autor).

O discurso transversal coloca-se como conceito fundamental para pensarmos a materialidade analisada neste trabalho, considerando que as notícias se voltam para um real ideológico-discursivo que atravessa o discurso vigente, preconizado pelas FDs em torno da maternidade.

Tendo em vista tal explicitação dos conceitos acima mencionados, é preciso considerar sempre que toda análise procura trabalhar na compreensão dos efeitos da ideologia, na identificação das FDs. Contudo, cada análise é também uma tomada de posição, e tais “efeitos de identificação” do próprio analista, como menciona Pêcheux (2008, p. 57) devem ser assumidos e não negados. É a partir dessa afirmação que passamos à discussão do conceito de sujeito para a AD.

3.2.3 Sujeito do discurso

Ao falar do sujeito do discurso, Pêcheux (2009) parte inicialmente da noção de ideologia que mencionamos anteriormente, uma vez que entende que é por um processo não subjetivo, o da interpelação ideológica, que os sujeitos se constituem. O sujeito, então, é entendido como um efeito ideológico, efeito da própria linguagem. Desse modo, a “ilusão” de ser fonte do dizer, pela qual é possível que o indivíduo se coloque como sujeito do seu discurso e possa afirmar, por exemplo, “eu acho que”, identificando-se como fonte daquilo que vem em complemento dessa afirmação, só é possível pela ação da ideologia, produzindo o “‘sujeito’ ideológico como ‘sempre -já-dado’” (Pêcheux, 2009, p. 121).

Desse modo, a AD coloca-se, como já postulado por Pêcheux (2009, p.123), como uma:

teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de “imposição/dissimulação” que constituem o sujeito, “situando-o” (significando para ele *o que ele é*) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa “situação” (esse *assujeitamento*) pela ilusão da autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito “funcione por si mesmo”.

Para explicar ainda essa interpelação, o mentor da AD parte da tese proposta anteriormente por ele mesmo, divulgada sob o pseudônimo de Thomas Herbert, segundo a qual “*a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos*” [...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto [livremente] sua submissão...” (Pêcheux, 2009, p. 124, grifos e colchetes originais).

O Sujeito com letra maiúscula, trazido nessa citação, seria análogo ao Outro lacaniano e seria uma espécie de “sujeito absoluto e universal” (Pêcheux, 2009, p. 124), compreendendo que o assujeitamento ideológico e, portanto, a um sistema linguístico e a uma ideologia, pressupõe um assujeitamento à dimensão inconsciente, já que, sem mais falar sobre o assunto, Pêcheux (2009, p. 124) menciona que “*o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos”.

Outro aspecto importante para a discussão que trazemos nesta tese é a produção, além do sujeito do discurso que mencionamos anteriormente, aquele da evidência de que “eu” sou eu (aquele que diz), a produção do sujeito de direito:

(...) há o processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio: “aquele que...”, isto é, X, o quidam que se *achará aí*, e isso sob diversas formas, impostas pelas “relações sociais jurídico-ideológicas”. O futuro do subjuntivo da lei jurídica “aquele que causar dano...” (e a lei *sempre* encontra “um jeito de agarrar alguém”, uma “singularidade” à qual aplicar sua “universalidade”) produz o sujeito sob a forma do *sujeito de direito* (Pêcheux, 2009, p. 145, grifos e aspas do autor)

Um postulado fundamental que coloca a AD em oposição a outras teorias linguísticas, como as teorias da enunciação, por exemplo, é a concepção de sujeito intencional, ou seja, consciente do que diz, dono de suas palavras. Tal noção é refutada pela AD pecheutiana, ao considerar o papel da ideologia no que chama de processo de “assujeitamento”, interpelação pela qual o indivíduo torna-se sujeito do discurso, mas, ao mesmo tempo, ilude-se pensando ser origem do que diz. Essa ilusão se organiza em torno do conceito de forma-sujeito, proposto por Pêcheux (2009), como dissemos antes. Podemos verificar a refutação de um sujeito intencional na própria noção de discurso transversal, já anunciada anteriormente.

Essa concepção da relação do sujeito com seu *próprio* dizer remete ao que Pêcheux explicou pela teoria dos esquecimentos, noção análoga ao conceito de recalque freudiano, que aquele autor divide em duas formas: o esquecimento nº 1 diz respeito ao esquecimento

ideológico pelo qual o sujeito pensa-se dono, origem do que diz; enquanto o esquecimento nº 2 refere-se ao “esquecimento pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina (...) *um enunciado, forma ou sequência*” (Pêcheux, 2009, p. 161). O primeiro esquecimento estaria sob a égide do inconsciente, e o segundo, do pré-consciente, conforme menção à primeira tópica freudiana. Assim, “o efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2” (Pêcheux, 2009, p. 165).

Essa noção de sujeito tão bem afirmada em *Semântica e Discurso* começa a ruir a partir de algumas leituras mais aprofundadas da psicanálise e de análises linguísticas tais como as de Jacqueline Authier (1990), com a qual Pêcheux entra em contato a partir de 1980. Considerar a interpelação ideológica como um mecanismo perfeito em que nada falha é justamente o que falha da leitura pecheutiana das noções de Ideologia e Inconsciente e a tomada, mesmo que sem afirmar completamente, das duas noções como equivalentes e recobertas pela noção de grande Outro, ou a própria linguagem. Desse modo, em seu texto *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, texto de 1983, publicado como adendo, junto ao volume de *Semântica e Discurso* dessa edição que utilizamos (2009), Pêcheux começa a propor uma retificação da noção de sujeito e de sua interpelação. O próprio mentor da AD critica o efeito de igualdade entre as noções de sujeito e ego na obra de 1975. Assim, segundo Pêcheux “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Verités de La Palice*” (2009, p. 276). A grande questão agora colocada é que “o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto” (2009, p. 276). Desse modo, a interpelação ideológica que produz o efeito-sujeito nunca é plena, algo sempre falha, escapa a essa interpelação e é precisamente isso que produz os deslizamentos de sentido e a concepção de um sujeito dividido, compreendido pela psicanálise.

Essa noção é particularmente importante para este trabalho na medida em que entendemos que as formulações das manchetes que tomamos como *corpus* e que trazem um efeito de sujeito assujeitado por uma posição dada- a de mulher e, por consequência, a de mãe- nunca se dá sem falhas, nunca se dá sem a consideração do contra exemplo, do elemento fora do conjunto que se coloca como sujeito dessas afirmações, ainda que sem um significante que o designe, a não ser sob a forma da negativa (a “não-mãe”; a “não-mulher”, ou ainda a “mãe-infanticida”, impossível linguístico sobre o qual discorreremos em momento posterior).

Depois de todas essas ponderações, podemos dizer acerca do sujeito do discurso que ele se configura, sim, a partir da interpelação ideológica, mas também a partir da interpelação do inconsciente que não permite que tudo se obture, que tudo seja recoberto pela instância ideológica, se não, não haveria sujeito pelo menos tal como entende a psicanálise, mas apenas ego, mas apenas o sujeito da linguagem, aquele que se pronuncia como “eu”. A dominação pelas FIs e FDs nunca é completa, sempre há espaço para o acontecimento, para o real da língua e da história que aparecem a despeito do sujeito, produzindo nessas relações de reprodução espaço para transformação.

3.2.4 Dispositivo analítico

É preciso dizer primeiramente que a AD não apresenta uma sequência de etapas de análise que sirva a todo e qualquer *corpus*. Contudo, podemos afirmar que toda análise discursiva parte da observação de um dispositivo teórico e de um dispositivo analítico, como já afirmou Orlandi (2007). Dispositivo teórico pode ser entendido como a própria teoria da AD, ou seja, todos os conceitos que um analista tem disponíveis para “olhar” seus objetos de uma “posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (Orlandi, 2007, p. 61). Dispositivo analítico, por sua vez, é a tomada individualizada do dispositivo teórico, ou seja, a construção de um dispositivo de análise a partir dos conceitos necessários e mobilizados pelo objeto de análise.

As etapas de análise vão se organizar em torno desses dispositivos. Quando compreendemos a noção de discurso como um conceito que vai além da materialidade linguística - embora parta dela, articulando elementos de sua exterioridade - consideramos que a constituição do *corpus* já é um primeiro passo na análise, um primeiro gesto de interpretação ou leitura (Orlandi, 2010). Os outros passos estão no batimento entre a descrição e a interpretação, que, conforme Pêcheux, não podem ser vistos como etapas distintas:

Desse ponto de vista, o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento de interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível (Pêcheux, 2008, p. 54).

A descrição compreende um momento inicial de levantamento das condições de produção imediatas, orientada por questões como: quem disse, o que disse, como disse, pra quem disse, onde disse, etc. Como sabemos que toda descrição já não é neutra, claro que já há

aí, como disse o próprio mentor da AD, um entrecruzamento entre as duas instâncias, que não são sucessivas. A interpretação é um movimento que ocorre em dois níveis: no sujeito que fala e no que analisa. O que chamamos de interpretação, portanto, é o desvelamento desses movimentos de interpretação até a produção dos sentidos.

O primeiro momento, então, de análise de um *corpus* definido é de passagem de uma superfície linguística, entendida como uma “sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. [...] um ‘discurso’ concreto, isto é, afetado pelos esquecimentos 1 e 2” (Pêcheux & Fuchs, 1975/1993) para um objeto discursivo, “resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão nº 2” (Pêcheux & Fuchs, 1975/1993, p. 180). O esquecimento nº 2, a que se referem os autores, é o da ordem da formulação, segundo o qual “esquecemos” que o que dizemos poderia ser dito de outro modo. Assim, um exercício nessa etapa é a formulação de paráfrases, ou seja, um levantamento de outras possibilidades de formulação nos mesmos “espaços do dizer” (Orlandi, 2007, p. 36). A paráfrase é “a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (Orlandi, 2007, p. 38). Ao mesmo tempo, é na consideração das relações parafrásticas que é possível perceber a não neutralidade da linguagem e os efeitos de sentido decorrentes de cada formulação. Também é nesse momento da análise que esse processo permite a consideração do dito com o não dito e com as possibilidades do dizer, fazendo intervir, portanto, o interdiscurso.

Isso leva à outra etapa que é a chegada ao processo discursivo, visto como “resultado da relação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies linguísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (Pêcheux & Fuchs, 1975/1993, p. 181). A chegada ao processo discursivo permite ao analista incidir sobre o esquecimento nº 1 que diz respeito à origem dos dizeres, isso pode ser feito por meio da identificação das FDs e ideológicas que regem esse dizer e o articulam no interdiscurso. Segundo as palavras de Orlandi, “passamos ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer” (2007, p. 67).

Por fim, o produto da análise deve ser a compreensão de como “um objeto simbólico produz sentidos” (Orlandi, 2007, p. 66), ou seja, mostrar o processo de constituição dos sentidos perpassados pela ideologia e pelo inconsciente, e isso se dá a partir de um constante retorno à teoria, ao *corpus* e à análise.

3.2.5 Discurso jornalístico

Já mencionamos em tópico anterior que o conceito de discurso da AD vai além da noção de discurso tal como é entendida pelo senso comum: uma fala específica produzida por um sujeito concreto. Também vai além da distribuição em tipologias discursivas, embora possamos falar delas.

São muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso. Uma das mais comuns é a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos então o discurso político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o médico, o científico. Com suas variáveis: o terapêutico, o místico, o didático etc. também as diferenças entre as disciplinas podem estar na base de tipologias: o discurso histórico, sociológico, antropológico, o biológico, o da física etc. Há ainda diferenças relativas a estilos (barroco, renascentista, etc.), a gêneros (narrativa, descrição, dissertação), a subdivisões no interior dos já categorizados (em relação ao político: neo-liberal, marxista, etc) e assim por diante. Não terminaríamos nunca de expor as ramificações de tipos e subtipos, variedades, etc. (Orlandi, 2007, p. 85).

É nesse sentido que podemos falar no funcionamento específico de alguns tipos de discurso, em função de suas regularidades e de seu funcionamento a partir de determinadas FDs. Assim, considerando as especificidades do nosso objeto de análise nesta tese, entendemos ser necessário apresentar algumas características do discurso jornalístico, no qual se enquadram as manchetes que tomamos como *corpus* de análise, bem como a relação com o discurso midiático- categoria maior que engloba o discurso jornalístico.

A mídia há muito vem se colocando como um veículo representativo, uma vez que funciona como um lugar em que se propaga o discurso ordinário/cotidiano, mas também um lugar de criação e divulgação de fórmulas discursivas genéricas (naturalizadas) que passam a organizar o discurso produzido na ordem do dia, constituindo-se numa via de mão dupla. Nesse sentido, tomamos a mídia como ambiente privilegiado para pensar os discursos na contemporaneidade, uma vez que, ao mediatizar qualquer acontecimento que seja, constrói discursos e subjetividades que toma lugar da/na realidade (Charaudeau, 2006). Segundo Navarro (2010, p. 84), “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos-pelo saber que detém sobre eles- e aquele que pode produzir os fatos na sua verdade e submetê-los à realidade- pelo poder que exerce na sociedade”. Bucci e Kehl (2004) falam do papel da mídia enquanto instância produtora de mitos na contemporaneidade, de modo que podemos compreender a mídia como um veículo multifacetado de informações que se constitui em um poderoso instrumento de produção e divulgação de conhecimentos.

Mas como podemos conceituar mídia? Quais são os veículos de comunicação que se colocam dentro dessa categoria maior? Quando dizemos que “a mídia manipula os sujeitos” ou “a mídia produz verdades a serem consumidas”, a quem estamos culpabilizando?

Segundo Briggs e Burke (2006), a palavra “mídia” passou a ser utilizada a partir da década de 20, do século XX, e apenas nos anos 50 começa a ser falado sobre uma “revolução na comunicação”. “Mídia” é uma adaptação da palavra “media”, originária do latim *media*, plural de *medium*, que significa “meio” ou “forma”. Inicialmente, mídia foi o termo utilizado para designar a grande imprensa, mas atualmente toma o sentido de todos os meios de comunicação. A mídia não é, necessariamente, algo novo, como pode nos parece à primeira vista, ao contrário, segundo os autores, os formatos midiáticos que temos hoje remontam a formatos existentes desde muito tempo:

Denúncias da nova mídia seguem um padrão semelhante, não importando se o objeto é a televisão ou a Internet. Elas nos remetem a debates antigos sobre os efeitos prejudiciais dos romances sobre os leitores e de peças teatrais sobre o público, nos séculos XVIII ou mesmo XVI, ao alimentar o ímpeto das paixões. (Briggs & Burke, 2006, p.12).

Devemos compreendê-la, então, como o conjunto de todas as formas de comunicação destinadas ao grande público, às massas, entendendo-a como um organismo sempre em modificação, uma vez que seus constituintes atualizam-se e se revezam em lugares de maior ou menor destaque. Talvez um elemento comum a todas as formas que constituem a mídia seja o uso da linguagem para fins de comunicação, a partir de vários veículos tais como rádio, televisão, textos escritos (literatura?), internet, jornais, publicidade, revistas, filmes, novelas, etc.

Pêcheux (1983/2008) discutiu a respeito do papel da mídia ao analisar o enunciado *on a gagné* como acontecimento discursivo que deslocou um enunciado do campo esportivo para o campo político. Nessa análise, o autor percebe o papel da mídia na construção de uma “univocidade lógica” em torno desse enunciado, fazendo com que ele fosse livrado de sua opacidade e passasse a ter valor de verdade (Gregolin, 2003, p. 11).

Ainda é preciso mencionar um conceito ligado ao discurso midiático que é a noção de espetacularização, à qual retornaremos em nossa análise. Rubim (2004), em texto emblemático sobre as noções de espetáculo e espetacularização, traz uma discussão acerca da relação entre espetáculo, mídia e política. O autor retoma a obra inaugural de Guy Debord (1997), a fim de apresentar os marcos inaugurais de uma discussão em torno da *sociedade do espetáculo*. A palavra, segundo o autor, tem origem no latim, *spetaculum*, que significa tudo que atrai o olhar e a atenção (2004, p. 192). Nesse sentido, pode estar relacionada a

representações teatrais, esportivas, artísticas, ou ainda, cenas ridículas ou escandalosas, trazendo um sentido pejorativo para o conceito. As características do espetáculo são a relação com o poder, geralmente associado à produção de espetáculos; seu caráter público; vinculação à esfera do sensacional, ou seja, o que é oposto ao cotidiano; acionamento do maravilhoso, através do exacerbamento dos elementos constituintes do ato ou evento; (Rubim, 2004, p. 193). Assim, podemos conceituar a espetacularização como o “processo através do qual, pelo acionamento dos dispositivos e recursos dados, produz-se o espetáculo” (Rubim, 2004, p. 199). O autor ainda distingue, em seu texto, as noções de midiaticização e espetacularização, deixando claro que “a midiaticização não pode ser tomada como processo correspondente ao de espetacularização. Mas a sociedade contemporânea ambientada pela mídia, em especial em seus espaços eletrônicos em rede, contém [...] uma potente tendência ao espetacular” (Rubim, 2014, p. 213).

Assim, midiaticização designa aquilo que é veiculado pela(s) mídia(s), enquanto a espetacularização, produzida ou não pela mídia, designa a passagem de um evento cotidiano para a dimensão do espetáculo, e é dessa ideia fundamental que vamos nos servir para analisar o papel da mídia na produção do espetáculo nas notícias e manchetes que analisamos neste trabalho.

Tendo apresentado algumas características do discurso midiático, faz-se relevante deixar claro que dentro dessa categorização existe uma gama enorme de veículos e outros tipos de discursos que funcionam diferentemente em função de suas condições de produção. O discurso jornalístico é uma categoria que possui algumas regularidades, mas também muitas diferenças em função do veículo em que se produz, dos destinatários, etc. Hoje em dia a palavra “jornal” designa o jornal impresso, de rádio, de televisão e via internet. O jornal se caracteriza pelo objetivo da transmissão de informações acerca de acontecimentos recentes, o imediatismo aparece, sobretudo, no jornalismo via internet (portais de notícias), que tem transmitido informações em tempo real. Segundo Hernandez (2006), o jornalismo parte de algumas “cláusulas” básicas tais como “dizer a verdade, separar fatos de opiniões e interpretações, ser objetivo e imparcial nos relatos, mostrar a realidade” (p. 18). Contudo, sabemos que conceitos como “verdade” ou “realidade” são bastante complexos, e a “verdade” aparece muito mais como efeito do discurso, segundo a compreensão da AD.

Pedro Navarro (2010), ao discutir sobre os discursos da mídia, em especial os jornalísticos, fala de uma prática que se organiza paradoxalmente entre descrição e interpretação do real. Segundo o autor, de um lado

localizamos uma prática de descrição do real, característica de determinados gêneros da atividade jornalística, a qual procura descrever os acontecimentos valendo-se do uso regulado de proposições e de evidências lógico-práticas, tais como: ilustrações, tabelas, números, mapas, gráficos, fotojornalismo; todos eles índices que remetem à construção de efeitos do real e às técnicas de produção da linguagem jornalística (Navarro, 2010, p. 80).

Esse lado coloca-se como descritivo; enquanto o outro lado dos discursos jornalísticos se organiza em torno de interpretações dos acontecimentos, mais visíveis em “comentários, editoriais, colunas assinadas, crônicas e matérias interpretativas” (Navarro, 2010, p. 81), embora presente em todas as outras modalidades. Ainda segundo o autor, a escrita jornalística “é um documento produzido por sujeitos historicamente determinados, que registraram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas” (Navarro, 2010, p. 82). Esse funcionamento abarca diversos gêneros, tais como: capas de revistas, manchetes, reportagens, artigos, etc.

Entendemos, entretanto, que o lugar da descrição e objetividade, apresentado por Navarro (2010), é um efeito do próprio funcionamento linguístico-discursivo dos discursos jornalísticos, afinal não há neutralidade e objetividade no uso da linguagem. Mas também compreendemos que o efeito de objetividade e verdade faz parte da constituição do próprio discurso jornalístico e, sobretudo, do gênero notícia. Assim, a vinculação a uma instância discursiva midiática supõe “um conjunto de regras coercitivas de controle de produção das matérias e das reportagens, que os jornalistas devem observar para que a sua enunciação seja considerada, pela própria instituição midiática, uma enunciação jornalística” (Navarro, 2010, p. 82).

Partindo desses pressupostos, compreendemos que o gênero notícia circula na mídia produzindo efeitos de transparência e evidência. Segundo Dolz e Schneuwly (1996), o gênero notícia pertence à ordem do relatar e, portanto, inscreve-se entre os gêneros, que são entendidos como “lugares discursivos mais ou menos estáveis” (Bakhtin, 1997), que produzem efeitos de verdade e objetividade, supostamente sem muita interferência do sujeito que produz.

A notícia é considerada a matéria-prima do jornalismo, uma vez que trata de acontecimentos socialmente relevantes que são levados ao conhecimento do público leitor/ouvinte. É vista como fonte de informação e trata-se de um texto efêmero, já que se volta a acontecimentos da ordem do dia e logo os conteúdos são substituídos por outros (Cunha, 2005).

As notícias podem ser veiculadas de forma oral ou escrita, contudo, de uma forma ou de outra, elas primam pela objetividade, pelo narrar de forma “neutra”. Respalgadas na

modalidade escrita de qualquer forma (uma vez que mesmo em formato oral, são ditas na variedade formal e escritas antes de serem oralizadas), as notícias produzem efeito de verdade, credibilidade. “O discurso que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito pela comunidade de leitores como discurso de verdade” (Navarro, 2010, p. 85).

Na organização do que deve ou não ser noticiado, precisamos considerar que “as razões ideológicas e de vendagem determinam também a produção de notícias, matérias e reportagens a partir de fatos e acontecimentos que merecem destaque” (Navarro, 2010, p. 83). Por esses aspectos também se determina o que deve aparecer como tópico, manchete, afinal essa é a parte do texto que fará ou não com que o leitor se interesse pela matéria.

Ao falar de notícias e de discurso jornalístico, não há hoje como não mencionar o papel da internet. Ela surge no final do séc. XX e pretende revolucionar a história das mídias (Briggs & Burke, 2006, p. 300). Todos os gêneros até então divulgados via mídia impressa ou televisiva passam a figurar também por meio da rede mundial de computadores. Os portais de notícias na internet passam a abarcar versões *online* dos principais jornais impressos e televisivos. No início, os portais não tinham como objetivo principal as notícias, entretanto, aos poucos elas foram ganhando espaço e o jornalismo ocupando a maior parte dos conteúdos dos portais, conforme afirma Hernandez (2006, p. 237).

Uma das características que diferenciam os portais de notícias dos outros formatos (televisivos ou impressos) é que o fluxo de notícias é muito mais intenso e rápido, sendo que, na maioria das vezes, elas vão para a rede enquanto os fatos ainda estão acontecendo, desse modo, as notícias vão sendo trocadas em intervalos muito curtos de tempo. “O recurso de apresentar ‘notícias’ para dar impressão de atualidade a um site ou portal virou lugar comum na rede quando se percebeu seu potencial” (Hernandez, 2006, p. 238). Outro aspecto interessante é a possibilidade da interatividade do público leitor, o qual tem espaço para postar comentários, fazer críticas, colocações, etc. Ainda, o portal se organiza como um hipertexto, já que, dentro de um mesmo texto, há a possibilidade de o leitor “clicar” em outros *links* e migrar para outros textos disponíveis, fazendo seu próprio caminho de leitura. Contudo, é preciso considerar que “o caminho hipertextual realizado pelo internauta também é consequência de uma estratégia enunciativa que tenta organizar e tirar proveito da passagem do usuário pelas páginas, dentro da busca de audiência” (Hernandez, 2006, p. 244). O conteúdo das notícias nos portais também é bem mais plástico do que nos telejornais, por exemplo, tendo em vista a tentativa de agradar os diversos tipos de público.

Considerando a especificidade da notícia trazida nos portais da internet, um elemento fundamental a se considerar é a manchete, afinal é ela que vai definir se o leitor vai ou não ler o texto ou partir para outro conteúdo. Sendo a porta de entrada do texto, a manchete deve ser ao mesmo tempo convidativa, atraente, mas também deve resumir o conteúdo da notícia. As manchetes são organizadas em frases geralmente curtas que resumem uma informação, muitas vezes fazendo com que o leitor deixe de ler o texto por já ter “toda” a informação apenas a partir dela. São compostas por orações curtas, em ordem direta, verbos no presente e geralmente sem rebuscamentos e/ou inversões sintáticas. Outra característica das manchetes é a ausência de ponto final, indicando a continuidade do texto. A pontuação só aparece em casos em que a manchete se apresenta em formato de pergunta ou então aparece nos *leads*, logo após a manchete. O *lead* é o texto logo após a manchete que responde a perguntas do tipo: Quem? Quando? Onde? Como? Por quê? (Corrêa, 2002).

Sendo assim, entendemos que as manchetes podem se organizar como genéricos discursivos ou ao menos trazer em suas formulações esses genéricos, na medida em que partem de conteúdos previamente formulados e são discursivizadas em fórmulas curtas. Como a noção de genérico é fundamental ao nosso percurso, destinamos a ela, no próximo tópico, um espaço, de modo que possamos compreender a relação da notícia com a estrutura de funcionamento do genérico discursivo.

3.3 Genéricos discursivos

O termo genérico discursivo foi apresentado inicialmente por Tfouni (2004, 2005) a partir da noção de pré-construído e interdiscurso de Michel Pêcheux (2009), tendo em vista a análise de narrativas e outras materialidades em que a argumentação se colocava a partir de provérbios, máximas, pequenas frases que produziam efeitos de naturalização/universalização, de tal modo que se sentiu a necessidade de pensar em um conceito mais específico para dar conta do funcionamento desses enunciados. Assim, os genéricos discursivos podem ser compreendidos como fórmulas fixas que tendem a incluir algo particular e torná-lo genérico, universal. Conforme caracterização de Tfouni: “Trata-se de provérbios, *slogans*, máximas, rezas, ‘fórmulas encapsuladas’ (conforme Lemos, 1984), resumos historicamente constituídos de experiências e atividades do homem sobre o (no) mundo. [... os genéricos discursivos] codificam valores e crenças” (2004, p. 79). A autora ainda afirma que o genérico discursivo “tem o poder de apagar as marcas da enunciação, dando a ilusão da objetividade e de verdades completas” (Tfouni, 2004, p. 78), proporcionando um fechamento à interpretação, postulando

um sentido único (Tfouni & Tfouni, 2007, p. 298). Desse modo, os enunciados tornam-se verdades incontestáveis, produzindo um efeito de sentido estabilizado, “sempre-já-lá”.

Assim, o sentido do genérico discursivo “aparece como algo natural, não-social e historicamente construído, justamente por um mecanismo ideológico que silencia uma qualidade contrária nessa constituição” (Tfouni, 2005, p. 136). São formulações reiteradas e trazidas pelo interdiscurso e que se colocam em situações específicas de produção, de modo a produzir efeitos diversos nos sujeitos e na rede discursiva.

Baseando-nos nesses aspectos, os genéricos discursivos se configuram como lugares privilegiados de observação do discurso sobre a mulher, e fazendo parte da constituição identitária desse sujeito. O trabalho desenvolvido por Chiaretti (2008), ao analisar recortes de revistas femininas, aponta para os genéricos como um lugar de homogeneização que abarcaria, de maneira ilusória, a forma universal mulher, como um conjunto homogêneo e “natural”.

Podemos afirmar que os genéricos discursivos estão relacionados à noção de forma-sujeito proposta por Pêcheux, momento em que “coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido” (2009, p. 243), responsável, portanto pela construção dos efeitos de sentido e pelas identificações generalizadas que circulam na sociedade, como a de mulher como mãe. Sabemos, porém, que mais tarde, no texto *Só há causa daquilo que falha*, texto de 1981, apensado a *Semântica e Discurso* (2009), da edição que utilizamos neste trabalho, Pêcheux vai propor uma retificação a essa noção de interpelação, baseada nos pressupostos de Althusser, dizendo que ela “produz um estranho ruído” (Pêcheux, 2009, p. 271), ao tocar no impossível de uma forma-sujeito na qual nada falha.

Ainda assim, o efeito de homogeneidade e o de interpelação completa são próprios dos processos imaginários, como diria a psicanálise, e que permite a obviedade de alguns genéricos que percebemos circulando sobre a mulher nas mais diversas instâncias discursivas, tais como: “Mulher é um sexo frágil”; “Toda mulher tem um instinto maternal”, “A mulher é delicada, bondosa, meiga”, “Toda mulher é mãe”; “Amor de mãe é para sempre” “Ser mãe é padecer no paraíso”, “Ser mãe é uma missão”, entre outras derivações possíveis. O genérico funciona a partir de estrutura sintática que organiza um processo silogístico. Desse modo, ao juntar duas premissas tais como: Toda mulher é mãe + toda mãe tem instinto maternal, temos: “toda mulher tem instinto maternal”.

Esses enunciados funcionam produzindo efeitos nos e para os sujeitos, inclusive no que se refere ao processo de constituição: “forma-sujeito/mulher”. A partir deles, temos a ilusão (efeito ideológico) de que todas as mulheres teriam as características imputadas nos predicados das fórmulas mencionadas, excluindo-se outros sentidos possíveis.

Tal efeito é possível pela ação da ideologia, que faz com que o sujeito concreto individual seja abarcado e anulado pelo universal, que, segundo Pêcheux (2009, p. 117, grifo do autor), parte de um “*mito continuísta empírico-subjetivista* que pretende que, a partir do sujeito concreto individual ‘em situação’ (...), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum”. Para explicar esse processo, Pêcheux (2009, p. 117) recupera um quadro elaborado por Fuchs que traz as seguintes categorias:

	1	2	3	4
Categorias lógico-gramaticais de referência	Origem	Discrepância	generalização	Universalização
	Eu	tu (você)/eu	Ele, x/eu	todo sujeito
				(cada um, quem quer que seja)
	Ver	Dizer	dizer	pensar
	Presente	Passado	passado	sempre em toda parte
	Aqui	em outro lugar/ aqui	em outro lugar/ aqui	
Forma de base do enunciado	(eu digo que)	tu me disseste	disseram-me	
	eu vejo isto	que ... (você me disse que...)	que ... foi constatado que...	é verdade que...

Na coluna da origem está a primeira pessoa, o sujeito individual, concreto, “em situação”, da ordem da produção/enunciação, que se coloca no tempo presente e se localiza pelo dêitico “aqui”. Na segunda coluna, temos a segunda pessoa, o tu, a quem se dirige o interlocutor, categoria na qual temos o tempo passado e a localização coloca-se “em outro lugar”. A terceira coluna traz a dimensão da generalização, pela qual se fala de um “ele”, elemento de terceira pessoa. Por fim, passa-se, na quarta coluna, à universalização, processo pelo qual o “ele” torna-se “todo sujeito”, o lugar refere-se a “toda parte” e é possível enunciar: “é verdade que”.

É pelos processos de generalização e universalização é que é possível considerar o que se chama de sujeito de direito, lugar onde se produz o sentido único, pela vinculação a uma FD. Também produz-se o sujeito da lei (Monte-Serrat & Tfouni, 2012), onde cabem todos os sujeitos e nenhum. O exemplo trazido por Pêcheux de efeito de homogeneidade, ao falar do sujeito de direito, é o seguinte:

“Um soldado francês não recua”, significa, portanto, “*se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar [...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.*” (2009, p. 146).

É pelo mesmo funcionamento, então, que podemos compreender a interpelação-identificação de um indivíduo do sexo feminino no lugar homogêneo compreendido pela categoria “mulher”, e que toda mulher, objeto compreendido dentro desta categoria, também se organiza em torno de outra evidência constitutiva do que é ser mulher: que é a maternidade e todos os atributos que “todo mundo sabe” em torno disso. Assim, se você é mulher, você é/deve ser mãe.

Podemos falar, portanto, que os genéricos são uma especificidade que pode ser depreendida da noção de pré-construído de Pêcheux (2009), conceito proposto na verdade por P. Henry (citado por Pêcheux, 2009, p. 89), na medida em que este se organiza sob a forma de uma evidência. O pré-construído pode ser entendido como “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático” (Pêcheux, 2009, p. 89). Assim, na construção dos enunciados que utilizamos parte-se de um elemento já dado, o “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece- impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 2009, p. 151).

Pêcheux (2009) trata dos processos semânticos - desde a semântica formal e sua relação com a lógica - para explicar os processos de passagem do determinado (do nome próprio, por exemplo) ao indeterminado, de modo que “*aquele que se torna equivalente de qualquer um que, e o que se torna o equivalente de tudo o que ou qualquer coisa que*” (Pêcheux, 2009, p. 97). Esse processo engendra a formação das noções gerais que estão na base dos enunciados científicos que produzem efeito de lei, e mesmo dos provérbios, que produzem efeito de universal.

Partindo de um exemplo de Frege, Pêcheux (2009, p. 99) explica esse processo lógico-sintático-semântico a partir da fórmula: “(Tudo) o que é *a* é *b*. Assim, em uma premissa tal

como: “O gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”, podem ser derivadas três premissas anteriores:

- 1) “O gelo tem um peso específico inferior ao da água.
- 2) Se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.
- 3) O gelo flutua sobre a água”. (Pêcheux, 2009, p. 100).

Na verdade, o que se mostra nesse exemplo é a construção sintática da oração relativa explicativa que tem em sua base algumas afirmações pré-existentes, ou seja, assenta-se no pré-construído para articular suas asserções e produzir efeito de lei, de universal. Em outro exemplo também emprestado de Frege por Pêcheux (2009, p. 106), “O homem que é racional é livre”, a ambiguidade se coloca a partir da conceitualização de homem, enquanto conjunto dado anteriormente aos falantes. Desse modo, é possível compreender a afirmação “que é racional” como algo inerente ao conjunto dos homens, ou como oração restritiva que separa e prevê a existência de elementos não racionais dentro desse conjunto. Assim, todo constituinte linguístico tem em sua base um elemento conceitual que lhe é anterior e que permite que possamos fazer afirmações com base nesse pré-construído.

A passagem do particular para o universal, um genérico, como já dissemos, produz um efeito de lei, fórmula, tal como coloca Krieg Planque (2010)¹⁷, mas não nos deteremos nesta noção. Apenas salientamos que a noção de fórmula trazida pela autora surge de análises de textos midiáticos, políticos e institucionais, e vem sendo utilizada em terras brasileiras, sobretudo no que se refere à análise de discursos que circulam na internet. Algumas das características do que a autora entende como fórmulas são: seu caráter de enunciado cristalizado, isto é, que se reitera em diferentes contextos de utilização; seu caráter discursivo e de referente social, ou seja, trata-se de um elemento da língua em circulação, reconhecido pelos falantes como usual, comum, em um determinado momento; e seu caráter polêmico, uma vez que a fórmula, embora cristalizada pelo uso, não possua significado homogêneo.

Apesar de considerar, portanto, a existência de tal conceito e sua importância em alguns segmentos da Análise do Discurso, preferimos lançar mão do conceito de genérico discursivo, desenvolvido em período anterior por Leda Tfouni (2004, 2005) e utilizado em diversos artigos, teses e dissertações sob sua orientação. Considerando ainda as características apresentadas para a designação de fórmula trazida por Krieg-Planque (2010), cremos que a

¹⁷ Sobre a noção de fórmula postulada pela autora mencionada ver o texto: KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010

noção de genérico seja mais ampla, aplicando-se a uma rede mais vasta de enunciados, de modo que parece ser mais pertinente quando olhamos para o *corpus* que tomamos como objeto de análise nesta tese.

Uma noção que consideramos pertinente, entretanto, para fazer a leitura dos genéricos em torno da maternidade é a utilização do quadrado lógico aristotélico, tal como tem sido discutido numa articulação entre a psicanálise e a AD por Fábio Tfouni (2010; 2013). Nos textos que referenciamos, alguns dos trabalhos do autor a esse respeito, ele discute a questão da função do silêncio e do interdito como fundadores da linguagem e do discurso. O quadrado é composto pelos seguintes itens que organizam as proposições: universal afirmativa, universal negativa, particular afirmativa e particular negativa.

18

A representação do quadrado traz as relações entre uma universal afirmativa (A), universal negativa (E), particular afirmativa (I) e particular negativa (O), que, em relação à questão do silêncio e à linguagem, podem ser consideradas a partir das seguintes proposições: *tudo se diz* (A); *nada se diz* (E); *algo se diz* (I) e; *algo não se diz* (O) (Tfouni, 2010, p.p.348-349). Duas posições universais são contrárias quando não podem ser ambas verdadeiras, mas podem ser ambas falsas, como é o caso de A e E. No caso das particulares, ambas podem ser verdadeiras, mas as duas proposições não podem ser falsas, condição essa perfeitamente satisfeita quando verificamos as posições I e O.

Tomando as proposições ditas acima em um diálogo com o objeto desta pesquisa, podemos dizer que a formulação e circulação dos genéricos acerca da maternidade se dão a partir das proposições que podem ser compreendidas via quadrado lógico. Vejamos: No lugar da universal afirmativa (A) teríamos “Toda mulher é mãe”; na universal negativa (E) teríamos “Toda mulher não é mãe”. Colocando as duas proposições à prova da realidade, vemos que

¹⁸ Figura retirada de Tfouni (2013, p. 43), recuperada em 17. fev. 2015 de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982013000100003&script=sci_arttext

ambas são falsas, afinal, nem toda mulher é mãe, e também não podemos dizer que todas as mulheres não são mães. Em relação às particulares, teríamos no lugar de I, a particular afirmativa “Algumas mulheres são mães”; e na particular negativa (O) “Algumas mulheres não são mães”, de modo que ambas as proposições são verdadeiras e nenhuma delas é falsa.

Do quadrado lógico, é possível derivar ainda o quadrado modal com as quatro modalidades aléticas da lógica aristotélica: o possível e o impossível, o necessário e o contingente. Considerando essas modalidades, teríamos as seguintes proposições:

Necessário: Toda mulher é mãe;

Impossível: Toda mulher não é mãe;

Possível: Algumas mulheres são mães;

Contingente: Algumas mulheres não são mães.

Tendo em vista essas relações, este trabalho, ao partir dos genéricos sobre a maternidade, teria em vista o que está ao lado do “necessário”, premissa universal afirmativa. Contudo, ao mesmo tempo dialoga com o que se coloca como contingente, ao tomar como objeto o discurso sobre as mulheres-mães infanticidas, mulheres essas que se colocariam ao lado da premissa “Algumas mulheres não são mães”. Discutiremos mais a esse respeito na análise dos enunciados, no capítulo 5.

3.4 Construção do *corpus*

Tomando por base, então, o paradigma indiciário, que abarca a AD e a psicanálise, e os conceitos até então discutidos, trabalhamos na investigação do discurso sobre a mulher-mãe, a partir de marcas, indícios, pistas que levassem ao processo discursivo, considerando, sobretudo, a relação com os genéricos coletados na formação do nosso *corpus*.

Conforme Courtine (2009), um *corpus* discursivo deve ser entendido como “conjunto de sequências discursivas estruturado segundo a articulação, o cruzamento o a *composição* de dois planos de determinação (Courtine, 2009, p. 114). Sejam eles: “o plano de determinação das condições de produção de uma sequência discursiva (...); o plano de determinação das condições de formação de um processo discursivo no seio de uma formação discursiva de referência” (Courtine, 2009, p. 114). Tal concepção de *corpus* discursivo pressupõe uma

dimensão dinâmica, ou seja, não consideração do *corpus* como um conjunto fechado de dados, mas entendido como um:

[...] *Conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise: conceberemos aqui um procedimento de AD como um procedimento de interrogação regulado por dados discursivos, que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpus ao longo* do próprio procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo só possa estar perfeitamente acabada no final do procedimento (Courtine, 2009, p.115).

Assim, tal procedimento prevê a construção contínua desde o início do contato com a materialidade discursiva, por meio da entrada em campo através de um tópico discursivo, mas prevê também o retorno constante a essa totalidade, até que a análise seja concluída.

O conceito de *corpus* apresentado por Courtine remete-se ao introduzido por Pêcheux, já em seus primeiros escritos em AAD-69 e em *Semântica e Discurso* (1975/2009). Segundo Madidier (2003/2011), Pêcheux coloca as condições de produção como o elemento organizador da construção do *corpus*. Afirma que as CP têm um valor operatório, já que “presidem a seleção das sequências que formam o espaço fechado do *corpus*. O discurso é um *objeto construído*, distinto do objeto empírico, do encaixamento de frases produzido por um texto ou por um sujeito” (Maldidier, 2011, p. 45).

Partindo dessas considerações sobre discurso e materialidade linguística na construção do *corpus*, interessávamos desde o início de nossas pesquisas (é preciso levar ao gesto de leitura que permitiu chegar a esse objeto teórico-discursivo) pelo discurso que circulava sobre a mulher, e ele poderia aparecer em diversas materialidades. Percebemos que muito do que se dizia sobre a mulher estava colado à maternidade, como demonstramos a partir da retrospectiva histórica que trouxemos no início deste trabalho. Dessa relação, surgiu o binômio mulher-mãe, como um significante representativo dos discursos que circulam em torno da mulher e da maternidade. A observação e o trabalho a respeito dos discursos sobre a maternidade levou ao estranhamento acerca de um acontecimento discursivo, que foram as notícias que passaram a surgir com bastante frequência na mídia sobre casos de mães que abandonaram ou mataram seus filhos recém-nascidos ou pequenos. O estranhamento ocorreu justamente pelo fato dessas materialidades irem na contramão do discurso vigente em torno da mulher e da maternidade. Assim, desse processo discursivo, passamos à definição de um recorte possível e representativo desse fenômeno discursivo. Da leitura de muitas notícias durante um período em que apareceram com mais frequência, foi possível definir algumas notícias disponibilizadas na internet.

A partir disso, o contato com a noção de genérico discursivo e do modo como atuam como fórmulas pré-existentes e constituintes dos discursos e dos efeitos de sentido que possibilitam, optamos por trabalhar com as manchetes, levando em conta que elas resumem o texto da notícia e trazem em seu enunciado, em uma fórmula curta, a menção aos genéricos. Isso produz o estranhamento em relação aos contra-exemplos que apresentam, mas materializam também a possibilidade de dizer sobre isso, de trazer para a materialidade linguística o que está fora do conjunto preconizado socialmente para as mulheres-mães. A manchete traz ainda um efeito retórico relacionado ao seu modo de construção sintática, à semelhança dos genéricos, produzindo efeitos de verdade.

Essa operação de escolha do *corpus* analítico, obviamente, conduz a alguns ganhos e perdas. As perdas estão relacionadas, por exemplo, à riqueza dos dados que estão sendo deixados de lado quando não tomamos como objeto de análise o conteúdo da notícia em sua totalidade, ou quando igualmente não consideramos os comentários e interações dos leitores. Por outro lado, os ganhos relacionam-se à possibilidade de recorte e fechamento da análise e ao aprofundamento em relação à análise empreendida no texto das manchetes, considerando sua coerência em relação aos próprios objetos teóricos mobilizados.

Desse modo, tomamos a noção de recorte trazida por Orlandi (1984, p. 14) como “uma unidade discursiva de fragmentos correlacionados de linguagem e situação”, ou seja, como elementos linguísticos, recortes de textos, que sejam representativos e materializem linguisticamente uma situação enunciativa e um processo discursivo. Assim, os recortes que fizemos procuram representar um acontecimento discursivo relacionado à maternidade e também acompanham um percurso teórico que diz de uma “leitura” em torno desse acontecimento.

Nesse sentido, o *corpus* de análise foi delimitado por meio do recorte de alguns textos midiáticos do gênero notícia, divulgados entre 2010 e 2013, em portais na internet, sejam eles: Portal R7.com, O Estadão, G1- Globo, Folha.com, Terra e Uol. Esses portais foram escolhidos em função de sua popularidade, por serem os mais acessados e, portanto, terem mais potencial de divulgação de notícias, entretanto, esses portais também levaram ao encontro de notícias divulgadas em outros ambientes menos acessados - versões online de jornais regionais, mas que traziam notícias bastante representativas do acontecimento discursivo que estávamos procurando mapear. Desse modo, as notícias selecionadas partiram das seguintes fontes: quatro do portal R7; duas do portal G1; uma do Uol; Uma do Terra; uma da versão online do Estadão; uma do Branotícias; uma do Meio Norte; e uma do Tribuna Hoje.

Durante a busca nesses ambientes virtuais, foram selecionadas notícias que discursivizassem acontecimentos relacionados a abandono e/ou infanticídio realizado por mulheres-mães. Depois, na etapa da descrição da materialidade discursiva, procuramos observar no *corpus* constituído marcas linguísticas, indícios que pudessem levar à observação dos genéricos discursivos sobre a mulher-mãe para, na sequência, investigar se tais materializações discursivas poderiam se configurar como elementos indiciários da tentativa de contornar a formulação lacaniana de que *A mulher não existe*, denunciando aspectos singulares fora do conjunto “A mulher”.

O *corpus* desta pesquisa partiu de uma seleção que se organizou em torno de um *acontecimento*, no sentido discursivo (Pêcheux, 2008) que começou a se propagar no ano de 2006, a partir da notícia de um bebê encontrado na Lagoa da Pampulha, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. O episódio, que ganhou proporções descomunais na mídia televisiva e impressa, detonou uma série de notícias que passaram a ser divulgadas, mais ou menos com o mesmo conteúdo.

Salientamos que a noção de acontecimento, conforme Pêcheux (2008), que está sendo trazida para caracterizar o advento dessas inúmeras notícias e manchetes diz respeito não a uma ruptura no real da história e do discurso, tampouco produz efeito de “novo” do discurso transversal (Pêcheux, 2009), mas diz respeito a uma ruptura em termos de simbolização: se até então os acontecimentos sobre o abandono ou infanticídio cometido pelas próprias mães sempre existiu, ele não podia ser falado na esfera pública. Nesse sentido, a possibilidade de dizer sobre isso é que se configura como um acontecimento, no sentido pecheutiano do termo.

É desse conjunto de formulações que emerge o nosso *corpus* de pesquisa, abrangendo notícias que circularam entre 2010 e 2013. De todas as notícias do período, selecionamos doze (12), considerando como critérios de seleção: 1) notícias divulgadas em ambientes virtuais de notícias brasileiros, divulgados na rede mundial de computadores; 2) notícias escritas em língua portuguesa; 3) terem sido divulgadas dentro do período mencionado- 2010 a 2013; 4) apresentar enunciados relacionados explicitamente a infanticídio, tentativa de infanticídio ou abandono praticado por mães em relação a seus filhos pequenos. As notícias, ordenadas por data de publicação, encontram-se em anexo, no final desta tese. Seguem as manchetes selecionadas para análise:

- 1) Estudante dá à luz e joga bebê na lixeira de prédio no Rio
- 2) Mãe que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê
- 3) Mulher que abandonou o bebê no lixo, tem ao todo dez filhos

- 4) “Ela não tem sentimento”, diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro
- 5) Mulher joga filhos de 4 e 7 anos do 15º andar e alega que estava de 'saco cheio' das crianças
- 6) Mulher deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo
- 7) Mãe foi quem matou a tesouradas e jogou filho recém-nascido no lixão, diz polícia
- 8) Mãe joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia
- 9) Delegado diz que mãe confessou ter cortado filho ao meio no Piauí
- 10) Cachorro devora bebê recém nascido em Guarapuava
- 11) RO: irritada com choro, mulher mata e joga a filha em caixa d'água
- 12) Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas

As manchetes selecionadas foram compreendidas, portanto, como materialização discursiva de casos que, mesmo estando presentes na história, colocam-se como exceção e, justamente por conta disso, causam estranhamento, repúdio e diversos outros efeitos decorrentes daquilo que, conforme a psicanálise, não faz Um e, portanto, não faz sentido, está fora do conjunto.

Considerando esse aspecto do nosso *corpus* de análise, o próximo capítulo trata dos sujeitos que ocupam o lugar de tópico dessas manchetes, as mulheres que matam ou abandonam seus filhos. Apresentamos algumas possibilidades interpretativas, que se seguem ao nosso gesto de análise, com vistas a tentar compreender que lugar discursivo é esse, ainda sem nomeação, que ocupam os sujeitos de enunciados que se revelam indiciários do processo discursivo objeto de interesse neste trabalho.

CAPÍTULO 4 - MULHERES QUE MATAM OU ABANDONAM SEUS FILHOS: UM LUGAR VAZIO DE SIGNIFICANTES?

Ai de mim! Sofro, desventurada, sofro, e não posso conter os meus gritos de dor. Malditas crianças de mãe odiosa, morram com seu pai! Que toda a nossa casa pereça! (EURÍPEDES, 1972)

Em janeiro de 2006, a imagem do bebê no saco plástico jogado na Lagoa da Pampulha (Belo Horizonte-MG) percorreu todos os noticiários e tornou-se um viral¹⁹ na internet, com diversas manifestações de repúdio ao ato. Relembremos a notícia por meio de um dos portais que a divulgou:

A criança foi encontrada boiando na lagoa da Pampulha no dia 28 de janeiro de 2006. Ela estava dentro de um saco plástico preto, que se encontrava preso a um pedaço de madeira. A menina, prematura e que ficou internada desde seu nascimento, foi localizada poucas horas depois de ter recebido alta médica.

Seu choro foi ouvido por um casal que passeava na orla e pediu socorro. Com a ajuda de um pedaço de madeira, um homem conseguiu retirar o saco da água. Inicialmente, segundo a polícia, eles confundiram o choro da bebê com miados e pensaram tratar-se de um gato.

Um casal que aguardava para adotar uma criança foi designado, no início de fevereiro de 2006, para receber a menina. A decisão foi tomada pela juíza Neuza Maria Guido, da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte (MG).²⁰

A imagem seguinte circulou em muitos jornais impressos e o vídeo que deu origem à imagem também, causando todo tipo de manifestação:

¹⁹ Termo utilizado para se referir a conteúdo (vídeo, texto escrito ou imagem) que se dissemina na internet e nas mídias em geral.

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u130758.shtml>>. Acesso em 26 abr.2014.

²¹ Imagem do extra.com. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=caso+lagoa+da+pampulha&espv=2&es_sm=122&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=Od1bU6KXCIbLsAT414GYCA&ved=0CAYQ_AUoAQ&biw=1366&bih=624#q=m%C3%A3e+jogou+filha+na+lagoa+da+pampulha&tbm=isch&facrc=_&imgdii=_&imgsrc=jU_kkkKoVnF8BM%253A%3B0NH11rYP1spUwM%3Bhttp%253A%252F%252Foglobo.globo.com%252Ffotos%252F2007%252F01%252F16%252F16_MHG_pais_bebe_Pampulha2.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fextra.globo.com%252Fnoticias%252Fbrasil%252Fmae-que-jogou-filhas-em-cisterna-diz-ter-depressao-724276.html%3B720%3B460>. Acesso em 26.abr.2014.

Um primeiro aspecto que chama a atenção é a ausência da menção à mãe no texto da notícia que é veiculada. Só se sabe (pressupõe-se) que há uma mãe (viva), por que são trazidas informações relacionadas ao fato de o bebê ter nascido prematuro. De qualquer forma, não há na notícia nenhuma palavra sobre quem teria abandonado o bebê, prefere-se utilizar a forma passiva, sem a indicação do agente: “a criança foi encontrada”. Ainda assim, muitas manifestações de repúdio foram imediatamente dirigidas à mãe do bebê, mesmo sem saber, de fato, no início da divulgação da notícia, se havia sido ela que havia colocado o bebê em um saco plástico e “jogado” na lagoa.

Ainda que tomássemos como verdadeira essa suposição, seria necessário considerar alguns detalhes: o bebê estava bem vestido, com roupa e adorno no cabelo, inclusive, quase embalado “para presente”. Contraditoriamente, foi colocado em um saco plástico, desses utilizados para jogar lixo, mas também foi aparentemente anexado de propósito um pedaço de madeira que serviu para que o bebê boiasse nas águas (impossível não lembrar da história de Moisés, mas essa discussão não cabe nesse momento).

Temos no texto uma rede de metáforas no modo de nomear o ser que foi encontrado: “criança”, “menina”, “bebê” e, finalmente, “gato”, tendo em vista que foi confundido com esse animal pelo som que emitia. O efeito de horror produz-se, entretanto, por vários aspectos que ligam discursivamente o bebê a um lugar do discurso não esperado: o de lixo e de animal.

O caso, por si só, poderia ser analisado de vários ângulos: pela ótica da mãe que o abandona (e o pai, pelo qual ninguém pergunta!), pela ótica da imprensa, da lei, da ética, dos direitos humanos, etc, enfim, a partir de diversas FDs. Interessa-nos neste trabalho, contudo, o caráter deflagrador que essa notícia/fato discursivizado pela mídia proporcionou. A partir dela várias outras notícias de teor parecido ganharam a grande mídia, produzindo alguns questionamentos que revelam o modo como interpretamos esses acontecimentos midiáticos: por que estão acontecendo, nesse momento histórico, tantos casos de abandono e infanticídio? Por que a mídia tem divulgado tantos casos de abandono e infanticídio provocado por mães? Quem são essas mães que têm abandonado seus filhos?

Desse modo, notícias como essas - destacadas em manchetes chamativas e escandalosas- produzem nos leitores efeitos diversos, mas todos passam por um questionamento em torno desse sujeito noticiado: afinal que mulher é essa, ou que mãe é essa (se é que podemos chamar de mãe, como se diria no senso comum) capaz de abandonar e/ou tentar matar um bebê nascido do seu próprio ventre?

Não pretendemos responder a esse questionamento, sobretudo porque ele diz respeito, conforme uma das hipóteses desse trabalho, à ordem da singularidade e da especificidade da

investigação que se voltaria para o sujeito empírico. Nosso objetivo centraliza-se em compreender de que modo se organiza o discurso em torno desses casos e a relação com as afirmações generalizadas discursivamente em torno da maternidade. Ainda assim, procuraremos apontar algumas possibilidades de compreensão do fenômeno à luz de perspectivas encontradas na literatura existente acerca da questão. Para tanto, apresentaremos, na sequência: a) de que modo a legislação compreende esses casos, no Brasil; b) como a questão tem sido tratada pelo discurso científico; c) o que a psicanálise pode contribuir para a compreensão da questão e; d) quais são as possibilidades diagnósticas quando pressupomos nesses casos alguns tipos de transtorno mental; e d) como vai sendo construída a figura do “monstro” que depois veremos discursivizada na mídia.

4.1 O que diz a legislação?

Apesar de este estudo centralizar-se nos discursos que são produzidos em torno da maternidade na mídia, tendo como via de acesso o que se produz discursivamente sobre a figura da mãe que abandona ou mata o seu filho recém-nascido, é pertinente discutir de que modo a lei brasileira outorga direitos à mulher e ao bebê nesses casos e de que modo legisla acerca das condições e do estabelecimento de crimes relacionados à gestação e à responsabilidade acerca de um filho recém nascido. É importante mencionar, nesse sentido, que o discurso da lei coloca-se como uma das FDs a partir das quais podemos visualizar os discursos sobre o infanticídio e sobre a mulher que pratica infanticídio, de modo que a discussão intercepta, portanto, nosso gesto de análise.

O Código Penal Brasileiro (doravante CPB), no seu capítulo I, menciona os “crimes contra a vida” e, no artigo 123, especificamente, trata do infanticídio, caracterizando-o como:

Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento. (Brasil, CPB, art. 123, 2008).

E ainda, no artigo 124, temos: “Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos. Aborto provocado por terceiro”. (Brasil, CP, art. 124, 2008).

Percebemos que no CP, tanto o infanticídio “sob influência do estado puerperal, durante o parto ou logo após”, como o aborto provocado pela própria gestante ou com seu consentimento têm o mesmo peso perante a lei, e a pena é relativamente amena, se considerada em relação às

outras formas de homicídio. A partir disso, podemos concluir também que o feto e o bebê têm o mesmo *status* perante a lei.

A respeito da condição do bebê, Le Breton (2003) afirma que:

Identificar o momento em que o embrião adquire sua carga de humanidade escapa a qualquer critério científico e sugere, antes, uma metáfora metafísica, um juízo de valor, uma questão infinita com mil respostas. Segundo as legislações, o embrião é desigualmente protegido- o prazo para interrupção voluntária da gravidez variando de 10 semanas na França a 28 semanas no Reino Unido. O embrião oscila da qualidade de coisa indiferente à de pessoa em uma posição desconfortável, que deixa o pensamento insatisfeito nos dois casos (Le Breton, 2003, p. 85).

A discussão inicia pelo nome que se dá: embrião, feto, nascituro, recém-nascido, bebê? A dificuldade em nomear diz da dificuldade em classificar/categorizar essa unidade humana dentro do conjunto de elementos da natureza e da sociedade. Geralmente, o termo utilizado para o homicídio de filhos bebês de um dia até um ano de idade é “infanticídio”, enquanto o “neonaticídio” seria o termo caracterizador do homicídio de bebê nas primeiras 24 horas de vida; já o termo “filicídio” se refere a crianças maiores. Optamos, entretanto, neste trabalho, por manter indiscriminadamente o termo “infanticídio”.

Ainda, no que diz respeito ao abandono de filho recém-nascido, a legislação inclui esse aspecto no capítulo do CPB referente à periclituação da vida e da saúde, mais precisamente no Art. 123:

Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria:

Pena- detenção, de seis meses a dois anos.

§ 1º- Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena- detenção, de um a três anos.

§ 2º- Se resulta a morte:

Pena- detenção, de dois a seis anos. (Brasil, CPB, art. 123,2008).

Vejamos que, mais uma vez, nos casos de abandono, a ação é relacionada ao ocultamento da “desonra própria”, o que por si só já caracteriza uma justificativa.

Tomando por base essa categorização incutida na legislação, podemos dizer que ela reflete um posicionamento que é historicamente construído (a partir de diversas FDs, como mencionamos no capítulo um, em que tratamos da construção da maternidade). As mulheres que abandonam ou matam seus filhos recém-nascidos podem ser compreendidas como “rés” ou “vítimas”, dependendo do modo como o filho foi gerado e todo o contexto que envolve a concepção e o nascimento do bebê. De qualquer forma, há um abrandamento, se é que assim podemos dizer, no que se refere às atitudes cometidas por mulheres nesses casos, sobretudo no período puerperal. O

homicídio, nesses casos, apesar de sempre culposos, é sempre já justificado, tendo em vista a dificuldade de se comprovar a (não) influência do estado puerperal como deflagrador da ação. Assim, todos ou a maioria dos casos de infanticídio são julgados perante a consideração desse elemento da nossa jurisprudência.

Todos esses dados nos levam ao estabelecimento de algumas conclusões importantes, mas ao mesmo tempo antagônicas: 1) a manutenção da naturalização em torno da maternidade como um processo inerente à mulher em estado psicológico considerado normal; assim, aquela que não responde à situação do modo esperado, cuidando como se deve de seu filho e aceitando com alegria o destino da maternidade, é compreendida no campo da patologia; 2) o discurso da sociedade, de um modo geral, apoiado no mesmo argumento do estado “natural” da maternidade para todas as mulheres direciona para o efeito de horror e culpabilização do indivíduo agente, ou seja, a mulher que mata ou abandona seu filho. Torna-se ela, então, o “monstro moral”, de que fala Foucault (1974-75/2001), e do qual trataremos adiante; 3) por outro lado, o abrandamento em torno do julgamento dessas mulheres está ligado ou à consideração do estado patológico do puerpério ou à coerção social a que estão submetidas essas mulheres, de modo que estariam procedendo de acordo com a moral, ao tentar esconder um filho ilegítimo, por exemplo.

Assim, hipóteses de loucura, coerção social ou pura maldade são elementos possíveis para caracterizar essas (poucas?) mulheres, capazes de tal atrocidade: “loucas”, “más”, “selvagens”, “primitivas”, entre outras expressões mais ofensivas, são alguns dos significantes que frequentemente são utilizados para descrevê-las. Por fim, é preciso pontuar ainda que o texto da lei considera apenas a mãe como responsável pelo bebê, não há menção ao pai em nenhum momento, o qual só se torna responsável a partir de registro efetuado, atestando a paternidade.

O discurso instituído pela lei, como se pode observar, recupera o sujeito de direito, do qual falamos no capítulo anterior, aquele que se produz na própria linguagem e que pode ser tomado como universal, ao passar pelo processo das categorias da enunciação visualizadas no quadro apresentado por Pêcheux (2009, p.117). O sujeito mencionado no texto da lei é o sujeito universal, homogeneizado, que se coloca diferentemente do sujeito jurídico, que está sujeito às falhas de todo funcionamento discursivo (Monte-Serrat & Tfouni, 2012). Assim, quando se toma o caso a caso no julgamento, por exemplo, aplica-se a lei, que serve para todos os sujeitos, mas produz-se aí o sujeito jurídico, de onde é possível “escapar” ao homogêneo da categorização produzida pela legislação. É o que passaremos a observar em alguns estudos que relatam como em várias situações específicas, não por acaso, obviamente, a lei é “branda” com algumas mulheres que praticaram infanticídio.

4.2 O que diz a academia acerca do infanticídio?

Na busca por compreender o objeto de estudos desta pesquisa, tão importante como analisar a forma como a legislação concebe os casos de infanticídio, situa-se a necessidade de considerar as produções recentes acerca do tema. A maioria dos estudos encontra-se nas áreas do direito, da psicopatologia, da antropologia e da história. Parte dessas pesquisas aponta elementos relacionados à representação do infanticídio no meio social, na legislação e na mídia. É preciso considerar, entretanto, que, além de se situarem em campos discursivos específicos, esses estudos ainda se colocam a partir da FD da ciência, com suas características próprias de funcionamento. Desse modo, selecionamos alguns textos que tinham relação mais direta com esta pesquisa, a fim de colocarmos em discussão de que modo a academia tem produzido questões sobre o infanticídio.

O artigo *As manias esquisitas de Casemira* (Plem, 2003) narra um caso de julgamento de infanticídio ocorrido no ano de 1954, na cidade de Ponta-Grossa-PR. Não queremos com ele discutir as questões legais que envolvem as práticas abortivas e de infanticídio em nosso país, mas discutir o pré-construído que embasa essas questões, atentando para o fato de que casos como esse funcionam como elemento singular, na contramão de tudo que se organiza discursivamente em torno da maternidade. É o que podemos observar no fragmento a seguir:

Neste sentido, os “desvios” da representação de uma mãe ideal, ou seja, a negação ao papel social de mulher-mãe praticado por Casemira, passou a possuir singular importância. Como poderia uma mulher normal não querer ser mãe, e mais, como poderia matar o filho depois do parto? Depois que já havia sentido a criança mexer em seu ventre, depois de já ter passado o “choque inicial” de estar grávida e ainda solteira, depois de já ter olhado o rosto da criança, de a ter ouvido chorar...como poderia uma mulher normal praticar um infanticídio? (Plem, 2003, p. 54).

A pergunta que surge a partir da análise de um caso como o de Casemira (e o de tantas outras casemiras noticiadas hoje em nossos veículos midiáticos) é: essas mulheres estariam fora do lugar preconizado socialmente de mãe amorosa e zelosa de seus filhos? Ou justamente estariam essas mulheres tentando pertencer a esse grupo social de mulheres aceitas socialmente, e seria a gravidez um impedimento para esse pertencimento? O questionamento é pertinente quando verificamos algumas das constatações dos artigos acerca da temática, que apontam para a seguinte afirmação: “a vergonha maior não era matar, mas assumir uma criança ilegítima fruto de uma relação clandestina” (Plem, 2003, p. 59). A autora desse artigo, em sua dissertação de mestrado (Vásquez, 2005), ao analisar 20 processos-crime e inquéritos policiais, afirma que a maioria dos casos de infanticídio ou aborto dessa época (final do século XIX, início do século XX) na região dos Campos Gerais (PR) foi arquivada,

prescreveu ou as rés foram absolvidas, do mesmo modo que ocorreu com Casemira. Esses dados revelam não uma permissividade em relação a esses casos, mas a consideração de que o crime maior era realmente um crime social, um crime da ordem das relações e que se estendia à família, ao pai da criança- que não assumiu a relação e menos ainda o filho- e, sobretudo, às mulheres, que também eram vítimas. É preciso entender, entretanto, voltando à observação que fizemos acima, que essas conclusões são “evidentes” apenas no discurso científico, não podemos dizer de forma alguma que esse mesmo efeito oriundo de estudos como os mencionados produz-se no âmbito do senso comum. Nessa esfera a culpabilização da mulher era e ainda é o elemento que se sobrepõe.

A prática do infanticídio está relacionada em grande parte dos casos à loucura, entretanto o que se esquece é que estão em jogo variáveis econômicas, sociais, culturais e de gênero, já que é um crime praticado quase exclusivamente por mulheres. Como vimos, é considerado um crime *honoris causa*, ou seja, em defesa da honra. Somado a isso, o fato de estar relacionado a estados patológicos trazidos pela própria gravidez ou pelo período puerpério faz com que o infanticídio seja considerado um crime menor (em relação ao homicídio) quando praticado por mulheres em relação a bebês, havendo atenuação da pena. Estamos aí na FD jurídica.

Sobre esse aspecto é preciso considerar, além dos casos que já mencionamos, inclusive no capítulo um, em relação à prática de abandono, aborto ou assassinato de filhos, o elemento cultural, a fim de não cairmos nas malhas do efeito estabilizado de um mesmo contexto sócio-histórico. Buscando nossas origens indígenas, para trazer uma referência mais próxima, há registros de que alguns povos da Amazônia, assim como diversos outros povos indígenas, têm como prática o assassinato de bebês que, tendo nascido com alguma deformidade (em alguns casos até gêmeos são considerados anomalias ou resultados de práticas sexuais ilícitas ou não-humanas), são sacrificados, geralmente enterrados vivos, tendo em vista a consideração de seu caráter não humano. O infanticídio pode ser justificado, ainda, por razões sociais, como filhos fora do casamento ou originário de relações não aceitas socialmente (Santos-Granero, 2011). A discussão sobre o infanticídio indígena tornou-se acalorada no ano de 2014, quando a mídia “denunciou” os casos das crianças que eram enterradas vivas, causando muita discussão em torno da temática²².

²² Sobre isso ver documentário *Quebrando o silêncio: infanticídio em aldeias indígenas* (2013). Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=V5F9HjSnmw> em 27.jan.2015. Ou ainda o documentário *Hakani: uma voz pela vida* (2011). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=FFWTEPUvpzs> em 27. Jan.2015.

Desse modo, se buscarmos dados referentes a práticas seletivas de infanticídio, perceberemos que elas são/foram comuns e aceitas em algumas culturas indígenas e também em outras culturas/sociedades, como na Índia ou na China, em que elementos como o controle de natalidade exercido pelo Estado, somado à preferência por um filho homem, contribuem para o aborto ou infanticídio de bebês nascidos do sexo feminino.

Outras justificativas relativamente aceitas para a compreensão do infanticídio estão entre aquelas que consideram estados de adoecimento da mulher. Sendo a gravidez entendida como um período diferenciado (em termos biológicos) na vida de uma mulher e que, portanto, pode causar alterações significativas, sobretudo relacionadas a algum tipo de adoecimento psíquico, ela pode justificar condutas não esperadas, como o infanticídio ou o abandono por falta de cuidados etc.

Assim, considerando todas essas evidências históricas, podemos destacar algumas possibilidades de interpretação acerca do infanticídio, todas elas relacionadas a algum tipo de ruptura com a normatividade da maternidade. Corroborando neste sentido, o texto de Maia e Pereira (2009) apresenta uma discussão em torno do infanticídio e o analisa a partir de autos e processos-crime da década de 70 em Montes Claros, Minas Gerais. A pesquisa também relaciona as repercussões na mídia local, seja ela o jornal impresso *Diário de Montes Claros*, que noticiou nessa época 12 casos de infanticídio. Nesse período, no Brasil, conforme as autoras, apesar da recente divulgação de métodos contraceptivos e do surgimento da pílula anticoncepcional, a partir da década de 60, o número de aborto e infanticídios era bastante grande, sendo que a maioria não era nem se quer levado a público e menos ainda a julgamento pela justiça. Uma explicação para isso está relacionada ao fato de que “a negação da maternidade pelo aborto ou infanticídio pode ser percebida não apenas como uma ‘monstruosidade’ ou um delito criminal, mas principalmente, como uma subversão de códigos patriarcais instituídos” (2009, p. 62).

Assim, a pesquisa mencionada também nos ajuda a compreender que, junto com a valorização da maternidade, veio a valorização da virgindade e da manutenção da “honra” da mulher e da família, fruto de uma sociedade que se organizava em torno de valores patriarcais. Nesse sentido, o infanticídio era compreendido muitas vezes em instâncias judiciais e sociais (não todas, obviamente) como um tipo de violência não somente da mulher contra a criança, mas uma violência de gênero da sociedade contra a mulher, que precisava cuidar da sua honra e ainda assumir sozinha as responsabilidades pela criação de um filho.

O artigo de Maia e Pereira (2009) afirma, juntamente com as outras produções encontradas, que na investigação de crimes relacionados a infanticídio há certo “afrouxamento” da lei, e a relação do ato com perturbações psíquicas (momentâneas ou não) é sempre um elemento a ser considerado. Esse fator traz em seu bojo a consideração do

discurso da “natureza”, do instinto materno, e da tomada desses casos como aberrações de ordem individual, e não como um sintoma social. Mesmo na defesa das acusadas (vítimas?) percebe-se que:

Nesses discursos, as mulheres tendem a ser homogeneizadas, pensadas e tratadas como “idênticas”, por isso partilham as mesmas experiências e dramas, vitimadas pelas mesmas circunstâncias. Elas são assim descritas como pobres indefesas, ingênuas ou ignorantes, aspectos que reforçam ou traduzem as construções e os papéis de gênero. (Maia & Pereira, 2009, p.79).

Desse modo, a tendência do discurso jurídico é abonar a falta das mães infanticidas, de modo que, em nenhum dos casos investigados (Maia e Pereira, 2009), houve condenação, conforme previsto na constituição. Por outro lado, o jornal investigado atua como culpabilizador dessas mulheres, acentuando um discurso da “moral e dos bons costumes”, do afeto materno como natural e do entendimento dessas mulheres como cruéis, capazes de crimes premeditados por pura maldade, sem considerar as condições de desamparo às quais estavam submetidas. No embate entre o que prega o discurso da lei e o discurso da mídia, há um contraste que pode ser causado, principalmente, pelos objetivos do texto midiático que, dependendo do gênero ou da seriedade do veículo apenas *espetaculariza* (Rubim, 2004) o caso ao torná-lo notícia. Tal prática, além de “perigosa” (tomemos o crime recente no qual uma mulher foi assassinada pela multidão, no Guarujá, confundida com uma sequestradora de crianças²³), não contribui para a “cura” social dessas mulheres e ainda maximiza essa ideia de culpa, promovendo um julgamento de outra ordem, cujos danos, frutos de uma *vigilância da mídia*, são superiores aos causados pelos *mecanismos punitivos* da lei (Foucault, 2009).

No texto *Hediondo infanticídio: problematizando os discursos da justiça na Paraíba*, Gilmária Salviano Ramos (2010) apresenta um caso de infanticídio noticiado em um jornal impresso que vai na contramão da grande parte dos outros, que envolvem na maioria das vezes mulheres e homens pobres, com baixa escolaridade. Trata-se de um caso de 1970, registrado no jornal *O Norte*, que se refere a um infanticídio cometido pela mãe, a doméstica Julieta da Silva, de 21 anos, a qual dizia ter matado o filho porque o pai da criança, homem “de família importante”, a havia abandonado. O periódico, com a manchete “Matou o filho recém-nascido e jogou o corpo na lata do lixo”²⁴, trazia a foto do bebê coberto de sangue e misturado a resquícios de lixo do depósito onde foi abandonado. Em outra manchete, aparecia a foto da mãe que havia praticado o terrível ato. Embora condenada pelo tribunal do júri a

²³ Notícia recuperada de < <http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-foi-espancada-ate-a-morte-no-guaruja-por-causa-de-boato-na-internet-07052014>>, em 20.ago.2014.

²⁴ *O Norte*, 2 de agosto de 1970, nº 4.884, .4

dois anos de prisão, Julieta teve sua punição abrandada pelo juiz que permitiu que a ré cumprisse a pena em liberdade, apenas sob vigilância do Estado e da Justiça.

O que o referido estudo traz em contribuição à discussão empreendida neste capítulo é a produção de uma análise que explicita, a partir do caso apresentando, pelo menos três fontes discursivas, oriundas, igualmente, de FDs diferentes: 1) a mulher, que alega ter sido seduzida, abandonada e invoca, assim, um discurso da moral e da cultura da época; e ainda mostra arrependimento, tomando como base um discurso religioso de efeito argumentativo muito forte nesse momento histórico; 2) o juiz, que de seu lugar privilegiado convoca discursos da ordem social e da medicina para justificar sua sentença, trazendo como pressuposto certa fragilidade (natural?) da mulher e a possibilidade de ter agido de modo inconsciente, dadas as circunstâncias; 3) e, por fim, o jornal, que dentre as possibilidades de noticiar o crime, opta por certa parcialidade em relação à mãe infanticida, o que pode ter relação com o lugar social ocupado pelo possível co-autor do crime, o pai da criança.

O episódio narrado e analisado nos faz lembrar a notícia da Lagoa da Pampulha, mencionada no início deste capítulo e tantos outros casos relatados e noticiados antes e após esse caso emblemático. Ambos os eventos causaram grande repercussão e figuram como acontecimentos: jornalístico, jurídico, moral e discursivo acerca da questão do infanticídio (ou tentativa dele), causando efeitos de choque, estranhamento, horror e até defesa, principalmente ao articular elementos discursivos de ordens diferentes, o que podemos verificar na construção de um mesmo tópico/comentário com o uso de palavras como “bebê” e “lixo”.

Ainda na esteira dos casos de mulheres que abandonam ou matam seus bebês, Vera Iaconelli (2013), em tese defendida sobre infanticídio, apresenta e discute à luz da psicanálise, um de caso de tentativa de infanticídio, a partir da noção de função materna. O caso também apresenta essa relação não evidente entre “bebê” e “lixo”. A mulher nomeada na tese como Carla, de 18 anos, deu entrada no hospital com dores abdominais, teve seu filho no banheiro do hospital e deixou-o ali mesmo, na lixeira do banheiro. Tal fato é discutido na tese a partir da literatura psicanalítica, e também partindo do relato de intervenção, que fez acionar, na mulher, a função materna. Desse modo, a pesquisadora apostou na contribuição da clínica para a compreensão da plasticidade da construção da maternidade. Sobre a assunção da função materna, a autora aponta que:

ainda que a experiência biológica da gravidez tenda a ser erogeneizada pela gestante, que o desejo de vir a ser mãe opere desde o Édipo da mulher e que a valorização social da maternidade possa agir como pressão para sua consecução, nenhuma dessas condições chega a ser suficiente, embora todas sejam necessárias (Iaconelli, 2013, p. 115).

A tese mencionada (Iaconelli, 2013) trata de um caso de tentativa de infanticídio frustrado, que resultou, felizmente, na organização dos elementos necessários para que a função materna se estruturasse nessa mulher. E o que dizer das situações em que isso não ocorre? Discutiremos mais sobre como a psicanálise pode contribuir para a compreensão do infanticídio no tópico a seguir.

4.3 E o que a psicanálise tem a dizer sobre o infanticídio?

A literatura psicanalítica aponta para a importância fundamental das primeiras experiências do bebê com seu principal cuidador (que é geralmente a mãe) ou cuidadores. Chodorow (2002, pp 81-82) explica que “a sobrevivência mental e também física do bebê depende desse ambiente e relacionamento social”. No desenvolvimento desta ideia, a autora aponta ainda alguns casos clínicos de mães e filhas (relatados por Flies, Balint e Olden) de quadros psicopatológicos resultados, aparentemente, da relação das mães e filhas. Há poucos estudos relacionados às experiências iniciais entre mães e filhos homens, de onde se pode supor que essa transmissão da maternação se dá de modo mais evidente entre mulheres.

Desse modo, será que poderíamos dizer que há algo na base dessa organização psíquica do sujeito, que o coloca em posição de realizar um ato como o que estamos mencionando, advindo, portanto, de sua própria (má) experiência com seu cuidador principal, em uma infância precoce? Dificilmente poderíamos responder a essa pergunta e nem se trata do objeto dessa pesquisa, estamos na verdade, preocupados em compreender os efeitos de todas essas materialidades discursivas que se organizam em torno do que se (re) produz sobre a maternidade, e o modo como esses discursos se revelam sintomáticos.

O fato é que poucos trabalhos se voltam para a análise do infanticídio, sobretudo a partir do lugar daquela que o pratica (no caso das mães, embora também possa ser realizado por pais). O único estudo que encontramos que traz uma leitura psicanalítica acerca do infanticídio cometido pela mãe é o já mencionado, escrito por Iaconelli (2013), que analisa um caso de tentativa de infanticídio, seguido de desenvolvimento da função materna.

Outras investigações (Maltz et al, 2008) apresentam algumas discussões relacionadas às crianças e seu lugar de dependência em relação aos cuidadores, centralizando o estudo no poder parental e repercussões no desenvolvimento dos sujeitos. Um elemento bastante importante a se considerar na relação de poder que tem a mãe sobre o filho recém-nascido é que o infanticídio pode ocorrer por ação (realizar ato violento com o objetivo de ceifar a vida do neonato) ou por omissão (deixar de amamentar, de apresentar os cuidados básicos para a

vida do bebê) e aí entram os casos de abandono da criança em lugar pouco provável de ser encontrado, sem condições de sobrevivência, entre outras possibilidades mais ou menos intencionais.

Elisabeth Roudinesco (2003) fala da mulher como representante da natureza e, a partir disso, trata dos fundamentos da misoginia em torno do aspecto selvagem da mulher que a colocaria “fora” da lei. A maternidade seria uma via de “domesticação” do feminino, conforme podemos constatar no seguinte fragmento:

A ordem familiar econômico-burguesa repousa portanto em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos. Mas, ao se outorgar à mãe e à maternidade um lugar considerável, proporciona-se meios de controlar aquilo que, no imaginário da sociedade, corre o risco de desembocar em uma perigosa irrupção do feminino, isto é, na força de uma sexualidade julgada tanto mais selvagem ou devastadora na medida em que não estaria mais colada à função materna. A mulher deve acima de tudo ser mãe, a fim de que o corpo social esteja em condições de resistir à tirania de um gozo feminino capaz, pense-se, de eliminar a diferença dos sexos (2003, p. 38).

Assim, o feminino é compreendido pela psicanálise, em consonância com a discussão que trouxemos e que Lacan promove, sobretudo a partir do seminário 20, como aquilo que fura a homogeneidade. A maternidade, por sua vez, coloca-se paradoxalmente como forma de domesticação e legitimação de um lugar de poder outorgado às mulheres. Lacan, no seminário 20 (2008b, p. 97), ao falar da relação entre o saber e a verdade, cria o neologismo “hainamouration”²⁵ para falar de um “amoródio” ou “amódio” ou ainda “ódiomoramento” que organiza os sujeitos. Assim, sendo a mulher caracterizada pelo amor, que a faz declinar do complexo de Édipo e assumir a feminilidade, voltamos a Lacan, quando nos diz que “o verdadeiro amor desemboca no ódio” (2008b, p. 157), lembrando a proximidade da pulsão de vida e da pulsão de morte, postuladas por Freud (1922, 1923/2006c). “A amor”, como menciona, estando totalmente do lado feminino, estaria organizado em torno, então, dessa ambivalência. Tal noção nos permite compreender o investimento da mãe em relação a seus filhos, o que poderia explicar a ambivalência de sentimentos de uma mãe que tem um filho recém-nascido.

Uma possibilidade seria apontar para a perversão, como estrutura psíquica em que o infanticídio seria compreendido como possível, já que haveria uma negação da Lei, embora saibamos que tanto em Freud quanto em Lacan não haveria estrutura perversa na mulher, já que esta não pode desmentir a castração (Barros & Mendonça, 2013). Roudinesco afirma que

²⁵ Neologismo criado por Lacan, juntando as palavras *haine*, que significa “ódio”, e *enamoration*, que significa “enamoramento”, formando uma só palavra para designar um “amor-ódio”.

“a perversão não existe, em outras palavras, se não como uma extirpação do ser da ordem da natureza” (2008, p. 12). Configurar-se-ia, desse modo, como um registro que se organiza em torno de um modo de lidar com a lei, e, portanto, com a linguagem e com a diferença sexual:

A perversão, portanto, é um fenômeno sexual, político, social, psíquico, trans-histórico, estrutural, presente em todas as sociedades humanas. E se todas as culturas partilham atitudes coerentes- proibição do incesto, delimitação da loucura, designação do monstruoso ou do anormal-, a perversão naturalmente tem seu lugar nessa combinatória. (Roudinesco, 2008, p. 12).

A leitura freudiana fala da perversão como um traço inerente ao humano, considerando “o caráter selvagem, bárbaro, polimorfo e pulsional da sexualidade perversa” (Roudinesco, 2008, p. 102). Ao falar ainda da estruturação tripartite do funcionamento psíquico humano, o mentor da psicanálise coloca a perversão ao lado da psicose e da neurose, entendendo-a como uma forma de renegação da castração e uma fixação na sexualidade infantil.

A mulher histérica foi vista durante muito tempo como perversa, “na medida em que, pela loucura que tomava seu corpo, ela se excluía da ordem procriadora” (Roudinesco, 2008, p. 92). Lacan também aproximou a mulher da perversão ao afirmar sua relação pré-edipiana com o objeto como fetiche. “Neste caso, é importante frisar, a mãe está no lugar do sujeito masculino - adotando o quadro das fórmulas da sexuação de Lacan (1972-1973/2008b) - do sujeito desejante que busca o objeto do seu gozo (a criança). E se o lado mulher não fizer limite à mãe todo-fálica, essa mãe pode fazer do seu filho objeto da sua perversão” (Barros & Mendonça, 2013, p. 224). Considerando esses aspectos e, sobretudo, levando em conta que o sexo anatômico não é determinante do lugar que ocupa um ser em relação à linguagem (feminino ou masculino) uma mulher pode, segundo mencionam Barros e Mendonça (2013, p.224), ser perversa. Desse modo, o filho pode se colocar como causa do desejo perverso da mãe, ou ainda, colocar-se como objeto de seu desejo perverso, fetichizado. Tal noção ilustraria a versão do pai, a *père-version*, “responsável por barrar a mãe (assegurando a não existência d'A mulher nem da *mãe-toda*) e vincular os três personagens edipianos” (Barros & Mendonça, 2013, p. 224).

26

²⁶ Quadro retirado de Barros & Mendonça (2013, p. 224).

Conforme a fórmula acima, do mesmo modo que o homem coloca-se como objeto de desejo e desejante da mulher, “a mulher não será jamais tomada senão *quoad matrem*. A mulher só entra em função na relação sexual enquanto *mãe*” (Barros & Mendonça 2008, p. 40, grifos das autoras). Desse modo, ela terá no filho o objeto *a*.

Considerando todos esses apontamentos, a perversão poderia ser tomada como um modo possível de compreender um fenômeno como o infanticídio, já que a Lei aí entraria a partir de uma outra versão, como vimos anteriormente, indiciando um funcionamento psíquico que sabe da existência dos interditos, mas mesmo assim os nega.

Tendo apresentado mesmo que brevemente algumas leituras possíveis da questão do infanticídio praticado por mães pela ótica da psicanálise, passamos a outras hipóteses diagnósticas que têm sido consideradas nesses casos e valem ser discutidas, tendo em vista que produzem efeitos no discurso midiático e jurídico, principalmente.

4.4 Algumas hipóteses diagnósticas

Uma primeira hipótese para compreender a mulher que pratica infanticídio seria a consideração do conflito entre elementos da ordem social que, por um lado, impelem a mulher à maternidade e, por outro, cercam-na de regras em torno de como deve ocorrer esse processo. Sobre isso, discorreremos anteriormente acerca do que a academia tem a dizer sobre o infanticídio. Obviamente compreendemos que os diagnósticos também fazem parte de um discurso acadêmico, entretanto, optamos por mantê-los em um tópico separado.

Em uma primeira hipótese, teríamos mulheres neuróticas que, em conflito com as demandas sociais em torno da mulher, da maternidade e da relação para com o filho, acabam cometendo infanticídio ou porque não se sentem preparadas psiquicamente para assumir tal função, ou porque não têm condições sociais que consideram mínimas para o exercício da maternidade: que podem estar relacionadas à idade, à paternidade do bebê, à relação que deu origem à gravidez ou mesmo a condições de natureza econômica para criar um filho.

Outro aspecto que precisamos considerar é que o parto para uma mulher é um momento de tensão extrema, que vai ser amenizado ou acentuado a depender das condições contextuais que o englobam. Alguns autores entendem a gravidez como um período de crise, tal qual outras fases da vida, como a adolescência, por exemplo (Maldonado, 1997). Desse modo, são trazidos pela psiquiatria e pela psicologia alguns transtornos relacionados ao período puerpério (Andrade; Viana & Silveira, 2006; Szejer & Stewart, 1997). O transtorno mais leve associado a esse período na vida de uma mulher é o *baby blues*, *maternity blues*,

“tristeza do pós-parto” ou ainda chamado de “disforia puerperal”, categorizado como uma alteração de humor em que transparece um quadro de hipersensibilidade da mulher com crises de choro e labilidade emocional. Esse quadro de alteração de humor inicia-se no primeiro dia depois do parto, seguindo até o décimo dia, mas sem causar prejuízos para o desempenho da maternidade, sendo que alguns obstetras até o “integram no quadro normal de um parto” (Szejer & Stewart, 1997, p. 40).

O outro transtorno caracterizado como próprio do período pós-parto, entretanto diferente do *baby blues*, embora possa apresentar os mesmos sinais no início, é a depressão pós-parto. A depressão pós-parto apresenta os mesmos sintomas da depressão em outras fases da vida, caracterizando-se por tristeza profunda, sentimentos negativos, falta de interesse em relação ao bebê, o que pode acarretar dificuldade na formação do vínculo mãe-bebê. Diferentemente do *baby blues* em que a tristeza é episódica e a mãe consegue desempenhar suas funções normalmente, na depressão pós-parto isso se torna mais difícil e, por vezes, inviável. Em casos mais graves, pode haver ideação suicida (Andrade; Viana & Silveira, 2006), contudo “às vezes é difícil determinar a linha divisória entre a normalidade e a patologia, no caso da *depressão pós parto*” (Maldonado, 1997, p.90). Os dois transtornos apresentados são casos discutidos pela literatura como menos graves e geralmente não associados ao infanticídio (Cantilino, Zambaldi, Solgey & Rennó Jr, 2010).

O transtorno pós-parto mais grave e reconhecido clinicamente e pela literatura psiquiátrica é a chamada psicose puerperal, entendida como aquela que se dá durante ou logo após o parto (até 45 dias). Caracteriza-se, diferentemente da depressão pós-parto, por exemplo, como um estado de confusão extrema, que inicia de forma brusca e tem como características principais a rejeição do bebê, alterações de ordem cognitiva, delírios e alucinações relacionadas ou não ao bebê e ideias infanticidas (Arrais, 2005). O infanticídio, nesses casos, geralmente está associado a alucinações com conteúdos de comandos para matar o bebê (Andrade; Viana & Silveira, 2006). As psicoses puerperais são casos raros, entretanto é comum ocorrer uma reativação de transtornos psicóticos, deflagrados em função justamente da gravidez e/ou do nascimento do bebê ou ainda episódios psicóticos em mulheres que têm histórico de psicose puerperal e/ou outros transtornos.

Como vimos nas diversas possibilidades interpretativas que a psiquiatria e a psicanálise podem trazer, no auxílio da compreensão da prática do infanticídio por mulheres, as explicações vão de mulheres neuróticas que, por pressões sociais, em torno do seu lugar na sociedade, acabam por matar ou abandonar seus filhos; até mulheres que passam por um episódio depressivo ou ainda de psicose puerperal. A outra possibilidade colocaria esta

mulher em outro registro - o da perversão-, tendo em vista o não reconhecimento da Lei e, portanto a transgressão, a partir da execução de atos criminosos como esse.

Ocorre que todas essas classificações se baseiam em processos de homogeneização. Se tomarmos a discussão que trouxemos nos tópicos anteriores sobre a questão no âmbito da legislação e da academia, podemos dizer que todas as instâncias discursivas apontam para a generalização e naturalização da figura do excluído social, do doente ou do fora-da-lei.

Quando os casos passam para o patológico não se trata mais da lei da ordem judiciária, mas quem passa ao domínio do discurso de saber-poder é a medicina, nesse caso, mais especificamente a psiquiatria. A mídia figura ainda como elemento fundamental na divulgação/naturalização dessas categorias. É dessa condição do anormal, do doente e do monstro que trataremos na sequência.

4.5 A construção da mulher-mãe-monstro

Todas as possibilidades mencionadas acima são apenas classificações, como afirmou Courtine (2013), classificações nosológicas psíquicas para explicar comportamentos não explicáveis dentro do parâmetro que tomamos como da “normalidade”. A equiparação de qualidades (sejam elas físicas ou psíquicas) concorre para a produção de categorias, como a que reúne o aparato biológico da mulher e as características do exercício da maternidade.

Para desenvolver essa questão, que nos parece central na organização dos discursos que perpassam o objeto desta tese, passamos a discutir a relação do normal/anormal/patológico a partir de quatro textos fundamentais: *O normal e o patológico*, de Ganguilhem (2009); *Os anormais* (2001) e *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1991), ambos de Michel Foucault; e *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*, de Courtine (2013)²⁷.

Foucault (1974-75/2001), em seu curso *Os anormais*, traz-nos uma genealogia da anomalia no século XIX, passando pela discussão no âmbito do discurso jurídico, até haver um deslocamento para o campo da psiquiatria. Na primeira aula do curso, fala do papel da psiquiatria na produção do laudo psiquiátrico em casos de imputabilidade penal, de onde surge a figura do “delinqüente”, tendo o exame uma função de corroborar para a definição do caráter fundamentalmente criminoso da personalidade do réu, que passa diretamente à

²⁷ Os textos foram sugeridos na ocasião da qualificação pelo prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira. Inicialmente, tínhamos a pretensão de tomá-los como leituras verticais para compor a análise dos enunciados, mas entendemos que seria necessário formular algumas questões teóricas a partir deles para que essas questões pudessem ser recuperadas em outros momentos do texto, sobretudo na análise.

categoria de condenado. Nessas condições, os papéis do médico e do juiz e dos discursos médico e jurídico confundem-se. Cria-se uma área limítrofe para dar conta dos crimes em que não havia explicação racional para o cometimento, mas também não havia evidências de distúrbios psiquiátricos, como delírios. Esses fatos conduzem ao surgimento de novas categorias nosológicas psiquiátricas: manias sem delírio, monomanias, até se passar para um modo diferente de caracterizar a loucura, que não dependia mais da existência do delírio, mas da questão da “impulsividade”.

É na terceira aula desse curso que Foucault vai nos apresentar as três figuras que, segundo ele, constituem a base do terreno discursivo em torno do anormal desde o século XVI até o século XIX: “o monstro, o incorrigível, o onanista” (2001, p. 75). Interessa-nos, sobretudo, a figura do monstro. Segundo Foucault, “o contexto de referência do monstro humano é a lei” (2001, p. 67). Assim, o monstro humano é aquele que, por sua forma ou atitudes, não só viola em alguma medida as leis da sociedade, mas também viola as leis consideradas da natureza, caracterizando-se a partir de um campo “jurídico-biológico” (2001, p. 70). O monstro seria aquele que, por sua própria existência, estaria fora da lei e também fora da natureza. É o monstro que dá o modelo para a medida das pequenas anomalias: “o anormal vai continuar sendo, por muito tempo ainda, algo como um monstro pálido (2001, p.71).

A segunda categoria que Foucault apresenta, do “indivíduo a ser corrigido” é bem característica dos séculos XVII e XVIII e se coloca no contexto de referência da família e das outras instituições que a cercam como a escola, a igreja e a polícia. O indivíduo a ser corrigido também apresenta uma diferença fundamental em relação ao monstro, não se trata de um fenômeno extremo e raro, mas frequente, talvez justamente por ser mais próximo da regra, o que torna difícil identificá-lo. Por outro lado, o que o faz não estar dentro da regra, da normalidade, é seu caráter de incorrigibilidade. Essa característica será também um dos pilares da constituição do anormal do século XIX.

A última categoria na construção da anormalidade é o masturbador, ou a criança masturbadora, como apresenta Foucault (2001). Essa figura também aparece nos domínios da família, no final do século XVIII, considerado quase universal (nem mais raro, nem frequente, como os dois outros casos) para a pedagogia da época e circunscrito ao ambiente mais restrito do quarto, da cama, enfim, das práticas masturbatórias. Apesar de considerada “quase-universal”, era uma prática considerada reprovável e raiz de muitos males futuros, origem de diversas patologias corporais e psíquicas.

Desse modo, ao empreender sua genealogia do indivíduo anormal, Foucault afirma que “o anormal do século XIX é um descendente desses três indivíduos que são o monstro, o incorrigível e o masturbador” (2001, p. 75). Deteremo-nos um pouco mais na figura do monstro.

Ao falar da figura do monstro, Foucault (2001) aponta para a construção da própria noção de (a) normalidade. A figura do monstro é delineada, como indicamos acima, desde o século XVII até o século XIX por diversos dispositivos: ciências naturais, medicina, direito, instituições curativas, educativas e penais. Entretanto, no século XIX, ele passa a ser onipresente, organizando-se em meio a uma sociedade do espetáculo (Courtine, 2013).

É nesse contexto que passam a ocorrer exposições públicas de figuras monstruosas (anatomicamente falando) em praças públicas, feiras e depois até em teatros. O monstro físico passa a ser visto como uma figura quase “normal” à medida que vai exibindo suas características humanas: é capaz de andar e comer, mesmo tendo apenas o tronco, entre outras bizarrices que são tornadas espetáculo.

A partir do momento em que a exibição das anomalias passa a não ser vista como espetáculo, no final do século XIX, o olhar direciona-se à medicina, a qual tratará, por meio do exame médico-legal, de emitir classificações em torno das anormalidades, inaugurando a nosologia psiquiátrica. Nesse sentido, afirma Courtine que:

os dispositivos não são simplesmente modos de classificação dos objetos do saber ou aparatos do exercício de um poder, mas eles são, além disso, instrumentos de produção do sujeito: é no termo deste processo de subjetivação que a monstruosidade poderá tornar-se moral, e que a anomalia acabará fazendo parte do catálogo das perversões (2013, p. 131).

Assim, podemos verificar a transição da figura do monstro que se caracterizava pela sua anatomia, para o monstro moral, em distinção à figura do doente, do patológico. Um bom exemplo, para ilustrar essas diferentes posições, é a apresentação feita por Foucault (1977/1991) do caso de Pierre Rivière. O relato desse caso do século XIX coloca em relevo os diferentes dispositivos que engendram a construção da monstruosidade: o discurso médico-científico, o discurso jurídico, bem como o que se propaga na ordem do senso comum. Depois de apresentar sem comentários uma sequência mais ou menos cronológica dos textos que compuseram a história que se resume no título da obra de um camponês de 20 anos que mata sua mãe, irmã e irmão, em um formato de narrativa policial, é que Foucault se dá o direito de enumerar algumas considerações acerca do fato e das relações que o permeiam.

A partir da narrativa de Rivière, chama a atenção outro caso, trazido por Peter & Fravet no texto de Foucault (1991) (entre vários, dentro de uma série de acontecimentos que

ele enumera como próprios de uma mesma ordem social), de uma “mulher de um jornalista, passando necessidade, não mais suportando os gritos de fome de seu filho de quinze meses, golpeia-lhe o pescoço com um cutelo, sangra-o, corta-lhe uma coxa, que come” (Peter & Fravet, no texto de Foucault, 1991, p. 193). Os casos que discutimos neste trabalho também colocam-se como linguagem na rede discursiva de dispositivos que os produzem, mas ficamos com a análise presente no texto foucaultiano acerca da mulher que mata seu filho e lhe come a coxa, que nos parece ainda bastante atual: “Basta reconhecer a confusão que estas belas monstruosidades, de um horror tão trágico, provocaram no discurso habitualmente tão pleno, tão seguro, dos magistrados e dos médicos, para compreender que alguma coisa importante estava acontecendo” (Foucault, 1991, p. 194). A discussão se assemelha à leitura feita por Lacan (1987b) no caso das irmãs Papin, em que o crime funciona como elemento simbólico que deflagra o crime social.

Por fim, para fundamentar nossa discussão relacionada aos contornos do normal e do patológico, temos em Canguilhem (1943/2009), um dos mentores de Foucault e a quem este último deu continuidade ao trabalho, um texto representativo, tendo em vista que ele reúne as principais discussões em torno da questão do século XIX ao início do século XX. O autor discute a dicotomia normal versus patológico instituída a partir da também dicotômica relação ente qualitativo e quantitativo colocada pelo positivismo, nomeado na obra, sobretudo, na figura de Comte. Canguilhem (2009) coloca à prova o argumento positivista que compreende o estado patológico apenas como uma mudança quantitativa do estado normal, ele entende que são dois estados qualitativamente diferentes, pois o fato de haver certa gradação entre os estados patológicos e normais não anula os extremos e suas implicações. Os estudos genéticos trazem uma possibilidade para a consideração de uma origem diversa entre esses extremos.

As considerações de Canguilhem (2009) levam a pensar o normal como diferente do patológico, em termos qualitativos, de modo a compreender o patológico também como uma forma “normal” de viver, apenas diferente do considerado normal que é tomado como referência pela sociedade. O patológico caracterizar-se-ia como uma forma mais conservadora, menos aberta a modificações, como o é o estado saudável. Contudo, o autor não postula a existência do patológico em si, tendo em vista que ele só se configura como tal em referência a um estado saudável, considerado normal, pautando-se nas necessidades impostas pelo meio em que se vive. Assim, não se poderia ter uma norma baseada em uma média humana geral, tendo em vista que os estados de doença e normalidade só poderiam ser considerados na ordem individual:

Finalmente, seria conveniente dizer que o fato patológico só pode ser apreendido como tal-isto é, como alteração do estado normal- no nível da totalidade orgânica; e, em se tratando do homem, no nível da totalidade individual consciente, em que a doença torna-se uma espécie de mal. Ser doente é, realmente, para o homem, viver uma vida diferente, mesmo no sentido biológico da palavra (Canguilhem, 2009, p. 33).

Assim, não há patologia objetiva, ela só aparece na clínica, a partir da queixa do sujeito. O termo “normal” é ambíguo, pois pode se caracterizar como aquilo que designa a média e também um ideal.

Comparando as noções de patologia e normalidade ao longo do tempo, é preciso levar em conta que no século XIX a noção de normalidade vai substituir nas práticas da medicina a noção de doença. Se até então a medicina se organizava em torno da prescrição de uma vida saudável, mas sem referência a estados considerados normais, o período pós-revolução industrial vem trazer a noção de uma norma que se aplique a todos, tal como a nova ordem econômica capitalista. Desse modo, é possível dizer que é esse pensamento que vai instituir a noção de que “é em relação a uma norma que se pode falar de mais ou menos” (Canguilhem, 2009, p. 43).

Canguilhem (2009, p. 31) vai afirmar, ainda, procurando desfazer a oposição qualitativo versus quantitativo, que “uma função poderia ser chamada de normal enquanto fosse independente dos efeitos que produz”. Assim, por exemplo, nas condições de produção atuais, uma mulher que aborta seu filho “espontaneamente”, sem a interferência de nenhum mecanismo consciente que interfira nesse processo (tomar drogas abortivas ou algo similar) estará considerada dentro da normalidade. Já a que utilizar métodos abortivos deliberadamente situa-se ao lado do patológico, talvez monstruoso, ou minimamente como alguém cruel que comete um pecado moral.

Por outro lado, sabemos, pelas vias da psicanálise, que é perfeitamente possível, mesmo sem a interferência consciente de alguma técnica que provoque o aborto, que a mulher possa provocá-lo a partir de seus próprios mecanismos psíquicos de rejeição, partindo do mesmo princípio da psicossomática. Nesse caso, trata-se de um mecanismo provocado, sim, pelo próprio sujeito, mesmo que de forma inconsciente.

Com esse exemplo, pensamos poder possibilitar uma reflexão que se coloca do lado da singularidade desses fenômenos, singularidade essa que é excluída no discurso jurídico, já que a lei é um texto que se aplica a todos e a ninguém, fala de uma categoria homogênea e inexistente de um sujeito jurídico. Do mesmo modo, a mídia, ao tornar público casos singulares, sem dar-lhes as devidas considerações, toma o fenômeno como desproporcional ao universal, numa lógica que dicotomiza normal e patológico. É preciso apontar, juntamente

com Canguilhem (2009, p. 53) que nem tudo que está fora da norma –anormal- é patológico, afinal patológico vem de *pathos* e implica, portanto, sofrimento, impotência; mas tudo que é patológico é, de fato, anormal.

A figura do monstro, entretanto, como temos visto, é uma figura híbrida: nem totalmente criminosa, nem totalmente doente, é o que está fora da norma e justamente por isso torna-se espetáculo ao ser midiaticizada. Nesse sentido, Foucault (2001), Canguilhem (2009) e Courtine (2013) nos dão pressupostos para pensar a produção da mulher-mãe-monstro no ambiente midiático, considerando a historicidade dessa formulação no interior de uma FD religiosa (como vimos no capítulo um), jurídica e midiática, como passamos a discutir neste capítulo. Temos ao menos três instâncias de enunciação da norma funcionando como dispositivos de produção da mulher-mãe-monstro: a Lei de Deus; a Lei cultural e a lei dos homens, na figura do discurso jurídico.

Assim, tomando as noções de normal e anormal, poderíamos pensar em uma lógica dos conjuntos, para discutir a produção dos genéricos em torno da maternidade, considerando que teríamos dentro do conjunto mulher, o conjunto mãe. De onde podemos retirar a regra: se mulher, então mãe, de modo que essa articulação silogística estaria colocada ao lado da normalidade. Por outro lado, se não mulher, não mãe; e o contrário também deverá ser verdadeiro: se não mãe, não mulher (e não normal?).

Partindo dessa lógica, o que pensar dessas mulheres discursivizadas nas manchetes que selecionamos para esta pesquisa? Estando entre o normal e o patológico, sendo produzidas pela mídia como monstros, aberrações, essas mulheres que ocupam as manchetes aparecem num lugar impossível, fora da simbolização, para retornar ao título que demos a este capítulo.

Ao final desta discussão, o que podemos dizer é que nenhuma explicação de ordem estrutural e que se dê em conjunto pode dar conta de dizer de todos os casos de infanticídio cometido por mulheres. Eles teriam que ser analisados um a um, para que pudéssemos chegar a algumas conclusões. O olhar trazido pela psicanálise é o que aponta para a singularidade, de modo que fazer uso dos saberes psicanalíticos a fim de diagnosticar em conjunto essas mulheres acusadas de matar ou abandonar seus filhos recém-nascidos é ir na contramão, do lado oposto da singularidade, que tanto apregoa a psicanálise.

Apesar de serem várias as possibilidades interpretativas, via psicanálise, via teorias sociais, teorias feministas, do direito, ou outras perspectivas, para compreender o(s) motivo(s) pelo(s) qua(is)l uma mulher abandona ou tenta matar seu filho, nenhuma, a nosso ver, é capaz de explicar o fenômeno universalmente. Conforme hipótese deste trabalho, nada é capaz de

circundar o fenômeno, justamente porque ele não faz UM. Desse modo, o que pretendemos não é compreender UM caso ou TODOS os casos de infanticídio ou abandono de filhos recém-nascidos, mas trazer algumas discussões em torno de como esse fenômeno é tornado espetáculo (Rubim, 2004) na mídia, e de que modo ele pode apontar para uma compreensão da mulher-mãe enquanto elemento construído discursivamente como universal em nossa sociedade, indiciando, portanto, mulheres que estariam fora desse grupo considerado universal, e, assim, materializariam a teoria lacaniana de que *A mulher*, enquanto conjunto, não existe.

Todo e parte materializados, teríamos os indícios para pensar o discurso da mídia como reprodutor de um modelo universal, apoiado em genéricos discursivos e para apontar o que escapa na organização da mulher e que podemos materializar a partir desses casos. Remontamos ainda ao título desta tese que traz a materialização de um impossível: a “mulher-mãe infanticida”. Ao se tomar o conjunto mulher-mãe, não há espaço para se congregarmos aquela que pratica infanticídio, de modo que essa categoria se coloca, assim como o monstro, sobre o qual discorreremos neste tópico, como um lugar do impossível e do não-natural. #

A construção de uma categoria de mulheres que se organiza em torno do não pertencimento a um grupo universal, exceção à regra, portanto, coloca-se como algo que caracteriza um sintoma, considerando que o “sintoma de uma ordem cultural põe a questão da causa sustentando-se contra impossibilidades e reencontrando experiências limites de onde alguns não retornam” (Attíe, 1989, p. 30). Assim como Pierre Rivière, essas mulheres apresentam-se como “um ser mítico, um ser monstruoso cuja definição é impossível, porque ele não provém de nenhuma ordem do enunciável” (Peter & Fravet, no texto de Foucault, 1991, p. 205).

CAPÍTULO 5 - A MULHER-MÃE INFANTICIDA NA MANCH(A)ETE

No capítulo anterior discutimos acerca da posição-sujeito que ocupam nos mais diversos campos discursivos as protagonistas das notícias sobre infanticídio. Vimos que elas podem ser tomadas pelo olhar do direito, da academia, da medicina/psiquiatria, da psicanálise e da própria história das ideias, se consideramos a leitura foucaultiana enquanto estudo histórico das ideias/discursos em torno do anormal.

Neste momento, passamos à tarefa de analisar o conjunto e individualmente as manchetes selecionadas como *corpus* desta pesquisa. É preciso salientar, entretanto, que a análise que trazemos é, na verdade, parte de um processo analítico já iniciado, desde o momento em que o estranhamento com a materialidade linguística das notícias sobre infanticídio ocorreu, passando pela definição do *corpus* de pesquisa para chegar a algumas formulações analíticas que aqui descreveremos. Situamos, portanto, pela perspectiva da AD, que a interpretação é sempre uma construção que toma um processo discursivo em andamento e o destaca/desnatura, retira da evidência, possibilitando uma leitura dos seus efeitos de sentido.

Iniciamos pela própria noção de manchete como significante. Podemos dizer que se trata de uma pequena “mancha” no papel, topicalizada. Talvez sua origem esteja relacionada ao latim “manus”, mão, e possa nos conduzir àquilo que comparece à mão, antes de qualquer outro elemento. Partindo dessa raiz, podemos dizer que a manchete é aquilo que topicaliza, coloca em relevo um conteúdo a ser lido, resultado de uma operação de leitura feita anteriormente por aquele que a produz e que seleciona o “mais importante”, o conteúdo que resume toda a notícia e que pode substituí-la, inclusive, caso o leitor se demore pouco pelas páginas (impressas ou virtuais) do jornal.

Considerando esse último aspecto, a manchete tem ainda uma função primordial: chamar a atenção, conduzir à leitura, caracterizar-se de modo completo, a fim de ser capaz de dizer sobre o conteúdo da notícia, mas não dizer tudo, a ponto de suscitar a curiosidade do leitor para a leitura do texto completo. Desse modo, a função retórica da manchete coloca-se a partir desses elementos, somando-se a isso o fato de se organizar por meio de uma estrutura frasal curta, dentro de um gênero mais ou menos dado, a notícia, e um discurso mais ou menos estruturado, o jornalístico.

Desse modo, ao olhar para as notícias selecionadas inicialmente como *corpus* nesta tese, o primeiro elemento que nos chamou atenção foram o modo como as manchetes são categóricas, isto é, a forma como resumem o conteúdo das notícias e apoiam-se em pré-

construídos que muitas vezes estão materializados no formato de genéricos relacionados à mulher e à maternidade. Desse modo, o primeiro gesto na interpretação desses enunciados partiu da observação de como se constituem os elementos na formulação das manchetes em termos de tópico e comentário, ou seja, o elemento do qual se fala, e o que é falado sobre ele. Sabemos que os elementos constituintes desses enunciados e o modo como são materializados diz muito sobre os efeitos de sentido que são produzidos, afinal partimos da premissa apresentada por Pêcheux de que:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...) Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (2008, p. 53).

Todo dizer congrega em si pontos de deriva em enunciados de aparente evidência, evidência essa que é produto da ideologia. Nesse sentido, o papel do analista é justamente perceber esses pontos de deriva e as regularidades que indiciam o trabalho da ideologia na produção de evidências. No *corpus* desta pesquisa entendemos que a leitura que deveríamos fazer passaria pela observação de como são produzidas essas evidências e de como se dá o efeito de verdade engendrado pelo discurso jornalístico na relação com os discursos e genéricos sobre a mulher e a maternidade. Partir da constituição dos enunciados nos permite observar o que é elemento dado e elemento novo na notícia, o que leva a considerações sobre o papel da ideologia e a aparente neutralidade do discurso jornalístico, além de poder relacionar com os genéricos por oposição/concordância, entre outras relações possíveis.

Em um primeiro momento começamos a observar as regularidades no que se refere aos elementos constituintes dos enunciados tomados em análise. A primeira regularidade observada é que a posição-sujeito, ou lugar de tópico dos enunciados, é ocupada prioritariamente pelas palavras “mulher” ou “mãe”. Vejamos as 12 manchetes:

- 1) Estudante dá à luz e joga bebê na lixeira de prédio no Rio
- 2) Mãe que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê
- 3) Mulher que abandonou o bebê no lixo, tem ao todo dez filhos
- 4) “Ela não tem sentimento”, diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro
- 5) Mulher joga filhos de 4 e 7 anos do 15º andar e alega que estava de 'saco cheio' das crianças
- 6) Mulher deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo
- 7) Mãe foi quem matou a tesouradas e jogou filho recém-nascido no lixão, diz polícia

- 8) Mãe joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia
- 9) Delegado diz que mãe confessou ter cortado filho ao meio no Piauí
- 10) Cachorro devora bebê recém nascido em Guarapuava
- 11) RO: irritada com choro, mulher mata e joga a filha em caixa d'água
- 12) Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas

As manchetes em que o tópico é “mãe”, são as seguintes: (2) “**Mãe** que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê”; (7) “**Mãe** foi quem matou a tesouradas e jogou filho recém-nascido no lixão, diz polícia”; (8) “**Mãe** joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia” e (9) (Delegado diz que) **mãe** confessou ter cortado filho ao meio no Piauí.

A maioria das manchetes, entretanto, é topicalizada pela palavra “mulher”, vejamos: (3) “**Mulher** que abandonou o bebê no lixo, tem ao todo dez filhos”; (4) “(‘Ela não tem sentimento’, diz delegada sobre) **mulher** que deixou bebê em carro”; (5) “**Mulher** joga filhos de 4 e 7 anos do 15º andar e alega que estava de ‘saco cheio’ das crianças” e; (6) “**Mulher** deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo”.

Desfazendo o esquecimento número 2 que regula nossas “escolhas” linguísticas, poderíamos compreender essa opção a partir do efeito, produzido pela ideologia, acerca da palavra “mãe”. A esse respeito, Del Priore (2009) assenta importantes apontamentos no que se refere à construção histórica da “santa mãezinha”. Esses elementos construídos socialmente em torno do papel da maternidade constituem nossa memória discursiva (interdiscurso), que é acionada pelo elemento linguístico “mãe”. Isso explicaria o fato de que alguém que mata o seu próprio filho não poderia ser chamado de “mãe”, mas de “mulher”, apenas. Neste caso, de certa forma, apaga-se a naturalização da colagem dos termos mãe e mulher, como postulamos na formulação do binômio “mulher-mãe”: o argumento biológico parece não bastar para caracterizar uma mãe.

Por outro lado, podemos observar, de um modo geral, nos enunciados, um efeito de apagamento de que nem toda a mulher é mãe, a partir da colagem dos significantes já mencionados. No enunciado da manchete 6, por exemplo: “Mulher deixa filho morrer”, apesar de não haver nenhum elemento linguístico que efetivamente comprove essa relação, compreende-se como se a forma fosse essa, com o pronome possessivo: “Mulher deixa **seu** filho morrer. Torna-se “óbvio” que o filho é dela, e que, portanto, ela é mãe, efeito da ideologia. Trata-se aí de uma recuperação do pré-construído, responsável pelo efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático” (Pêcheux, 2009, p. 89).

Tendo em vista a relação parafrástica que se organiza entre as palavras “mãe” e “mulher”, a escolha lexical por mulher, e não por mãe possibilita algumas interpretações. Poderíamos pensar em uma equivalência de sentidos (são tidos como sinônimos pela mídia) ou existe um discurso que recupera o dito sobre a ideia de que toda mulher é mãe, proposição assentada nos genéricos acerca da maternidade. Poderíamos ponderar ainda outra possibilidade: a palavra “mulher” é utilizada em oposição à palavra “mãe”, recuperando a ideia trazida anteriormente.

Dentro dessa regularidade da utilização dos termos “mãe” e “mulher” para ocupar a posição-sujeito dos enunciados, encontramos alguns elementos de dispersão, que configuram a deriva a que o *corpus* está submetido: Em 1: “Estudante dá à luz e joga bebê na lixeira de prédio no Rio” e 12: “Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas”, temos dois elementos- “estudante” e “adolescente” dentro do conjunto mulher-mãe, que diferenciam e até produzem um efeito de justificação do ato cometido pela informação subentendida de que as mães assassinas, nesse caso, não são adultas. O primeiro enunciado, em que o sujeito é a “estudante”, na verdade, se tomado literalmente, não carrega um significado relacionado à idade, já que uma estudante pode ter qualquer idade. Entretanto, desconsidera-se essa informação pela atuação do esquecimento número 2 que produz o apagamento das outras possibilidades de elementos linguísticos que poderiam estar nesse lugar. O outro enunciado traz uma metáfora possível para produzir esse mesmo efeito, mas agora enfatizando uma categoria realmente ligada à idade, ao usar a palavra “adolescente”.

A manchete 12 lembra ainda o modo de construção da narrativa policial trazida por Foucault em *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1991). Assim como no título mencionado, temos a voz do próprio criminoso enunciando seu crime, nessa manchete temos a voz do próprio algoz, justificando seu ato: “Ela atrapalhava minha vida”. É claro que se trata aqui de um recorte de uma fala que nem se quer temos certeza da autoria. De qualquer forma, ela remonta, assim como a obra de Foucault, à estrutura das narrativas policiais.

A deriva efetiva-se na manchete número 10, que produz um efeito de estranhamento ao trazer como tópico a palavra “cachorro”: “Cachorro devora bebê recém- nascido em Guarapuava”. Esse elemento muito provavelmente não apareceria em uma cadeia metafórica tal como a que englobaria as palavras mulher/mãe/menina/adolescente/estudante. Em orações cujas vozes verbais são ativas e pressupõem ações desenvolvidas por seres racionais, aparece um

elemento não esperado. Além disso, no geral, os enunciados trazem verbos transitivos diretos cujo paciente é também uma regularidade: criança/ bebê/recém-nascido.

O efeito metafórico é, segundo Pêcheux, em AAD-69 (1993, p. 96) “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que este ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; (...)”. Nessa lista que fizemos de posições de sujeito, temos uma cadeia metafórica composta por mulher, mãe, estudante, adolescente e cachorro.

Esse estranhamento causado pelo uso da palavra “cachorro” pode ser compreendido à medida que buscamos em nossa memória discursiva a utilização desse termo. “Cachorro”, no masculino, recuperado como “melhor” amigo do homem, aparece nesta utilização cometendo um ato não esperado: comer uma criança, de tal modo que o efeito de estranhamento de dá pelo objeto do verbo “comer”. Por outro lado, pra comer, alguém precisa ter colocado esse objeto - a criança – no lugar de ser reconhecido como objeto, comida, dejetos, lixo. Se ele comeu, como animal não humano, portanto irracional, o fez porque um animal humano não cumpriu seu papel. Desse modo, o que se coloca em pauta não é o ato cometido pelo cachorro, mas cometido pela mulher que não assumiu seu papel de mãe. Ancorada nos genéricos relacionados à maternidade, que torna “obrigatório” a toda mulher colocar-se também como mãe, a mídia produz sentido naturalizado.

Além disso, é preciso mencionar a espetacularização (Rubim, 2004) promovida pela manchete em si a partir do efeito retórico produzido na construção do enunciado: ao colocar o elemento “cachorro” no primeiro plano, equiparam-se os agentes (mulher/cachorro), e, portanto, também o questionamento do que está dentro dos conjuntos racional/irracional.

Saindo agora dos tópicos e passando aos comentários que compõem os enunciados analisados, devemos considerar outra regularidade: o elemento verbal traz, na maioria das vezes, núcleos com verbos como: “joga”, “mata” ou “diz”. Nos que trazem “joga” e “mata”, os verbos (separadamente ou os dois em uma mesma frase) produzem o efeito de horror em relação aos agentes dessas ações, e a consideração desses elementos como fora-do-conjunto, tudo isso com base no interdiscurso, ou seja, em nossa memória discursiva que se ampara em tudo que circula sobre a maternidade e a relação das mães com seus filhos. Assim, o uso dos verbos “joga” ou “mata”, tendo como objetos “filhos” ou “criança” é que produz o estranhamento, pois não são considerados possíveis: mais uma vez, é a língua tocando a exterioridade, as contingências dadas pela sociedade.

As manchetes que trazem a palavra “diz” como núcleo da oração principal (sintaticamente falando) organizam-se diferentemente, colocando uma das informações

principais (semanticamente falando, agora) através de discurso direto ou indireto: (4) “ ‘Ela não tem sentimento’, diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro”; (9) “Delegado diz que mãe confessou ter cortado filho ao meio no Piauí” e; (12) “Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas”.

A fim de compreender melhor a construção e o efeito discursivo desses enunciados, é pertinente rever as contribuições de Bakhtin (1997) e, sobretudo, a retomada feita por Authier-Revuz (1990) acerca do discurso relatado. Podemos conceituar discurso relatado como as formas linguísticas responsáveis por inserir a fala de outrem na sequência do discurso, apresentando-se por meio de discurso direto, indireto e indireto livre. Esses usos que fazemos da língua vão levar Authier-Revuz (1990) a propor a noção de “heterogeneidades enunciativas”, as quais podem ser divididas em heterogeneidade mostrada e constitutiva.

A heterogeneidade constitutiva é aquela pela qual entramos nos esquecimentos (números 1 e 2) ao fazermos uso da língua. Já a heterogeneidade mostrada, que é a que nos interessa na análise dos enunciados que trazemos neste trecho, diz respeito à inscrição do “outro na sequência do discurso- discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia” (Authier-Revuz, 1990, p. 25). A heterogeneidade mostrada pode ainda se materializar no discurso por meio das formas marcada e não marcada. A marcada é aquela em que a fala do outro é inscrita a partir de alguma marca linguística delimitada: discurso direto, aspas, itálicos, etc; e a não marcada é aquela em que a fala do outro não aparece de forma unívoca: discurso indireto livre, ironia, pastiche, imitação (Authier-Revuz, 1990, p. 36).

Os enunciados que estamos analisando fazem uso de discurso direto, por meio de marcação por aspas, e de discurso indireto. Bakhtin (1997, p. 159) vai afirmar que uma das diferenças entre o discurso direto e o indireto é a marca de emotividade presente no discurso direto, impossível de reproduzir do mesmo modo no discurso indireto. Segundo o autor, o discurso indireto é sempre produto de uma análise: “A análise é a alma do discurso indireto” (1997, p. 159).

Temos, respectivamente, nos enunciados citados (4, 9 e 12), primeiramente uma organização a partir de discurso direto, aspeado, marcando de maneira enfática a fala do outro e, portanto, distanciando-se do que é dito, mas por outro lado, colocando essa fala como tópico da frase. No segundo enunciado é utilizado o discurso indireto, por meio do operador (conjunção integrante) “que”, diluindo, assim, na manchete, a fala do delegado. No último, é utilizada também a forma direta, só que há um detalhe importante: essa fala não está marcada com aspas. O apagamento de marcação da fala do outro, embora apareça em forma de

discurso direto, pode indicar uma não certeza dessa fonte, que se coloca contraditoriamente ao efeito de verdade, efeito ideológico produzido pelo discurso jornalístico. Assim, se as aspas marcam a dimensão exata da fala do outro, aqui não há essa marcação. De todo modo, o uso do discurso relatado é muito característico do discurso jornalístico, pois produz efeito de neutralidade, ao trazer, literalmente, a fala do outro, supostamente sem a interferência do jornalista, o que pode permitir a leitura do fragmento como efetivamente dito do modo como foi divulgado.

Na primeira manchete: “‘Ela não tem sentimento’, diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro”, a estrutura que aparece como tópico no período é a fala da delegada, aspeada, que se destaca em relação ao conteúdo principal “mulher que deixou bebê em carro”. Na segunda manchete (número 9), com o discurso indireto, a posição de tópico é ocupada pela palavra “delegado”, então a importância está nessa figura que faz uma afirmação acerca daquilo que se noticia. Há vários efeitos possíveis a partir desse recurso retórico: o distanciamento em relação ao noticiado, tendo em vista seu conteúdo considerado socialmente absurdo e horrível: mãe que cortou filho ao meio; e também o efeito de neutralidade, objetividade e de verdade postulado pelos pressupostos do jornalismo.

Não é sem propósito que é dado destaque a esses elementos- “delegada” e “delegado”, tendo em vista o cargo que assumem e o papel de autoridade que possuem, sendo, portanto, fontes autorizadas para basear notícias em que se quer ter como efeito a fidedignidade das informações. Ainda, podemos discutir o uso diferenciado do discurso direto e aspeado, trazido pela fala da delegada, do uso do discurso indireto, ao apresentar a fala do delegado. A manchete com a fala da delegada traz um conteúdo emocional, subjetivo, produzido por uma mulher. Enquanto o outro enunciado, em discurso indireto, traz como conteúdo uma informação objetiva, relacionada ao caso. Reafirmam-se, nesses recursos, os efeitos do pré-construído sob os domínios da memória ligados discursivamente ao feminino e ao masculino em nossa sociedade.

Em relação à segunda parte da manchete 4, “mulher que deixou bebê em carro”, a oração adjetiva restritiva assenta-se na fórmula silogística: “Toda mãe não deixa bebê no carro”, de onde surge a necessidade de definir essa mulher fora do conjunto. Daí derivaria a paráfrase “Toda (não) mãe (monstro?) deixa criança”, premissa que abarca a mulher em questão.

Por outro lado, é preciso refletir acerca do lugar que ocupa nessa premissa o objeto direto, o bebê. Ocupa um lugar estabilizado de dependência de cuidados do outro, nesse caso,

a mãe. Esse pré-construído sustenta a “escolha” linguística, uma vez que não se teria o mesmo efeito se fosse utilizada a palavra “filho”, por exemplo.

Outro aspecto que merece ser destacado em todas as manchetes, mas que aparece em destaque neste enunciado é a relação entre o público e o privado: “a interioridade da pessoa privada se exterioriza na personagem pública, o sujeito de uma enunciação se declina nas formas do sujeito do enunciado” (Courtine & Haroche, 1988, p. 38). Nesse caso, a midiatização de um evento privado produz espetacularização, conforme conceitos discutidos por Rubim (2004). Discutiremos especificamente sobre esses aspectos em outro tópico desta análise.

Por fim, o último enunciado (manchete número 12): “Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas” traz uma estrutura sintática um pouco diferente. O objeto direto da oração principal- “diz adolescente” - é colocado como tópico. Se fôssemos reorganizar a oração em estrutura tradicional e discurso indireto, teríamos o seguinte: “Adolescente diz (que) ela atrapalhava minha vida”. O que se topicaliza, então, é a fala da adolescente, enquanto a oração final (subordinada adjetiva restritiva), que retoma o tópico da segunda oração “adolescente” (“que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas”) é trazida no fim. O efeito que causa o uso dessa estrutura é a necessidade de se colocar a fala (inaceitável) da adolescente primeiro, numa tentativa de preparar o leitor para a informação principal, que é o ato por ela cometido.

Tomando a oração subordinada adjetiva restritiva que traz, de fato, o conteúdo a ser noticiado, devemos considerar o uso do verbo “confessou”. Essa escolha justifica-se ideologicamente pela dificuldade de assumir um ato como esse e, ao mesmo tempo, revela as condições em que tal declaração da adolescente foi obtida. Comparecem na organização dos efeitos possíveis desse enunciado discursos em torno da maternidade, da adolescência, da infância, do infanticídio, da ênfase nas características individuais, do que sabemos sobre a polícia e seus métodos de conseguir informações, entre muitos outras FDs possíveis de matrizes dos sentidos.

Ainda na discussão dos elementos que constituem essa oração, destaca-se o uso do adjunto adverbial de instrumento- “a pedradas” – que aparece nesse enunciado e não nos outros. Pode ser compreendido pela tentativa de destacar o requinte de crueldade da ação, uma vez que tal informação aparece na manchete, e não apenas no corpo da notícia, como poderia ser. Outro aspecto é o uso da palavra “pedradas”, no plural, que indica uma morte demorada, realmente cruel. Tudo isso somado às outras escolhas feitas na composição da

manchete - a fala da agente da ação no início do enunciado e o uso da palavra “confessou”- contribui para o efeito de horror decorrente da discursivização desse enunciado.

O único aspecto que depõe a favor da pessoa a quem se refere a notícia é o uso da palavra “adolescente”. Com ela, coloca-se também a ideia de infância na própria mãe, que é diferente das demais mulheres. Inclusive, pela lei, ela precisa de certos cuidados e tem diferente forma de punição. A mídia não destaca esse processo, mas o considera ao fazer a escolha lexical com base na idade da mãe. Também precisam ser levados em consideração, na compreensão de um elemento linguístico como esse, os discursos que se afirmam em torno da relação do termo “adolescência” com o termo “maternidade”. Coloca-se nessa discursividade a não naturalidade de uma adolescente estar grávida -embora isso dependa muito do contexto- mas atualmente podemos dizer que não se espera a gravidez de uma menina que imaginamos muito nova, ainda que não haja um critério de idade definido que possa nos auxiliar nesse julgamento. Colocam-se também todas as informações que dispomos culturalmente e cientificamente sobre esse período do desenvolvimento. Devemos levar em conta também o contexto brasileiro, a situação das menores e o que a gravidez na adolescência representa enquanto fenômeno social que reflete diversas condições a que estão submetidas essas meninas. Enfim, comparecem todos os elementos que nos permitem compreender de que sujeito é esse que se fala na notícia.

Outra sequência discursiva que nos chama a atenção pela presença de um discurso de outrem em sua estrutura marcado a partir de aspas simples é o enunciado 5: “Mulher joga filhos de 4 e 7 anos do 15º andar e alega que estava de 'saco cheio' das crianças”. A expressão “saco cheio” é colocada entre aspas, demarcando a fala da responsável pelo ato, supostamente a partir das suas próprias palavras. A marcação do “corpo estranho” no texto, nesse caso, diz de uma necessidade de que o leitor não só estranhe a expressão, ao se referir aos filhos, mas o recupere em sua memória discursiva. Ao fazer esse processo, como leitores, um dos efeitos possíveis é considerar a expressão “de saco cheio” vil, já que ela é frequentemente utilizada em situações cotidianas e para se referir a coisas sem valor, de onde é possível deduzir o efeito de rejeição perante a referência aos filhos, a partir de uma expressão como essa.

Ainda sobre a forma de predicação dos enunciados, a sequência discursiva 8, por sua vez, “Mãe joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia”, aponta-nos dois efeitos diferentes, considerando o modo como se estrutura sintaticamente. Primeiramente, é preciso observar que, diferente dos outros enunciados em que a ação da mãe/mulher coloca-se imediatamente como causa da morte do bebê, aqui, embora esse feito seja possível, ele não é óbvio, o que podemos observar pela necessidade de complementação

da informação, com a segunda oração coordenada, unida pela conjunção aditiva “e”: “e bebê morre no RN”. Temos a partir dessa estrutura a consideração de que o fato de a mãe ter jogado o bebê pela janela não implicaria, necessariamente, sua morte, de modo que é preciso explicitá-la, para que, agora, a causa se coloque como óbvia, embora essa relação não apareça explicitamente no período (bebê morre em decorrência de ter sido jogado pela janela pela mãe).

Outro enunciado que traz em sua predicação um elemento diferente que se coloca em um nível que poderia ser considerado como “menos grave”, quando comparada às outras sequências discursivas é a número 6: “Mulher deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo”. O verbo núcleo aqui não é matar, ou jogar, mas a locução “deixar morrer”. Por outro lado, a gravidade é colocada de outro modo na sentença, ao ser enunciado o motivo: ficar na internet batendo papo.

Voltando ao núcleo verbal, ele implica uma óbvia e necessária vinculação dessa mulher com os cuidados em relação ao bebê. Não se pergunta se havia outras pessoas que poderiam também cuidar desse bebê, as causas da morte, entre outros elementos que poderiam ser significativos. Uma vez que se trata de um filho (o que aparece de modo implícito na frase: “mulher deixa (seu) filho morrer”), coloca-se aí como sentido estabilizado o fato de que a responsabilidade pela sobre(vivência) do bebê caberia a ela.

No final desta parte sobre as regularidades e a deriva das manchetes analisadas, percebemos outra regularidade: a maioria dos enunciados traz entre os seus elementos uma informação acerca do local em que o fato que se notícia aconteceu, na estrutura de adjunto adverbial das orações. Apenas em uma (11) o local aparece como tópico: “RO: irritada com choro, mulher mata e joga a filha em caixa d’água”. O uso da sigla do Estado de Rondônia no início da frase diz respeito à necessidade de se localizar o acontecimento. A fonte dessa notícia é o portal Terra, de modo que podemos imaginar que a necessidade de topicalizar o lugar tenha relação com o veículo, que se trata de um portal nacional, o qual, portanto, traz notícias de diversas localidades.

Entretanto, além do lugar geográfico de ocorrência do fato noticiado aparece ainda o local físico em que se dá o crime - a caixa d’água -, o que funciona mais ou menos na mesma rede de sentidos possibilitada pelo instrumento utilizado – a pedradas- discutido no enunciado anterior. O aparecimento desses detalhes na manchete os transforma em elementos de destaque, enfatizando o horror perante a ação e marcando a atrocidade do crime cometido.

Após esse levantamento inicial das regularidades e dispersões que aparecem em destaque no *corpus* desta pesquisa, apresentamos alguns elementos de análise que foram

balizando os caminhos do nosso gesto de interpretação. São elas: a questão do universal e do particular; a questão do natural versus o não natural, que leva à composição da palavra “desnaturadas”; a produção da “mulher-mãe-monstro”, pelo efeito de espetacularização produzido pelas notícias e pelas manchetes e; por fim, a relação público versus privado.

5.1 O pré-construído em torno da palavra “mãe”: Universal x Particular

Courtine e Haroche (1988) falam da ambivalência que a noção de “pessoa” nos traz, sempre entre as exigências sociais e os imperativos individuais. De modo que “esta dualidade original resiste sob as expressões da unidade” (1988, p. 38). É o que procuraremos discutir neste tópico por meio das manchetes e do efeito de unidade de sentido no qual se baseiam, tomando como base categorias generalizantes e universais de mãe e de mulher.

De um modo geral, pensando nos efeitos que causam cada um desses enunciados, podemos dizer que a palavra “mãe” é que possibilita o efeito de horror perante os predicados verbais: “joga filho recém-nascido...”; “mata a tesouradas”, entre outros. Isso porque esse elemento linguístico remete a um pré-construído sobre a maternidade, afinal tudo o que circula discursivamente sobre mãe em nossa sociedade e que poderia ocupar o lugar de predicação nesse enunciado é bastante distante do que efetivamente se apresenta. A palavra mãe, além das óbvias ligações com as questões da ordem da natureza-poder gerar um filho, amamentá-lo- está ligada ao cuidado com os filhos, responsabilidade, boas ações, amor, dedicação, doação, expressões essas que legitimam genéricos como: “ser mãe é padecer no paraíso”, “em coração de mãe sempre cabe mais um”, “amor, só de mãe”, entre outros elementos discursivos que se colocam como verdades universais a partir da história e da ideologia.

Na segunda notícia, temos, no enunciado principal, uma oração restritiva caracterizando o significante “mãe”, trata-se da (grife-se aí a determinação implícita) “mãe que já abandonou filho em lixeira”, retomando um acontecimento de conhecimento do público leitor. Na sequência, o advérbio de tempo “já” liga o sujeito à oração principal: “teria tentado afogar o bebê”. Mais uma vez, trata-se de um exemplar: uma mãe fora do conjunto preconizado pelo genérico. Essa mulher, já conhecida pelo público leitor, caracterizada como uma mãe específica: “mãe que abandonou criança” diferencia-se do conjunto de mulheres-mães que podemos recuperar em nossa memória discursiva (interdiscurso) e que se materializa no que chamamos de genéricos.

Remontamos nesse momento ao que trouxemos no item acerca dos genéricos discursivos, no capítulo três, desta tese. Ao considerarmos na organização dos genéricos o quadrado lógico de Aristóteles, discutido por Tfouni (2010, 2013), podemos dizer que a recuperação de uma memória e de um pré-construído acerca da maternidade em sua relação com o feminino assenta-se na proposição universal afirmativa: “Toda mulher é mãe”. Na verdade, o efeito do genérico é justamente tornar universal o que é da ordem do particular e que poderíamos materializar pela proposição particular afirmativa: “Algumas mulheres são mães”. Desse modo, da particular afirmativa, passa-se à universal afirmativa.

Ocorre que os casos que estamos discutindo e que foram discursivizados pelas manchetes analisadas materializam a particular negativa (e contingente)- “Algumas mulheres não são mães”- se tomarmos como verdadeiro que ser mãe seria desempenhar as funções sociais ligadas à maternidade, como foi descrito por Chodorow (2002) acerca da maternação.

Esses pressupostos teóricos dialogam com o quadro de Michel Pêcheux (2009, p. 117). Tentando recuperar a estrutura do quadro das categorias lógico-gramaticais de referência, teríamos algo próximo do que expomos abaixo:

Origem	Discrepância	Generalização	Universalização
Eu	tu (você)	Ele	todo sujeito
Mulher	mulher que abandonou criança em lixeira	A mulher (não-mãe) abandona criança em lixeira	Toda mulher (não mãe) abandona criança em lixeira

O quadro sintetiza a ideia de que, ao se produzir com a estrutura sintática relativa a frase “mulher que abandonou criança em lixeira”, está se trabalhando com um elemento fora do conjunto mulher-mãe, exceção do grupo: a mulher QUE abandonou criança em lixeira. Nesse sentido, essa mulher, “não-mãe”, que mencionamos na generalização e universalização seria aquela que não se alinha ao genérico: toda mulher é mãe (e, portanto, não abandona criança em lixeira). Nesse sentido, teríamos no lugar da discrepância o singular: UMA mulher que abandonou criança em lixeira; na generalização, a afirmação de que a categoria de mulheres que não é mãe abandona (pode abandonar) criança em lixeira; e, por fim, a universalização, em que temos a afirmação de que toda mulher (não-mãe) abandona criança em lixeira.

Desse modo, é possível afirmar que os casos mencionados nas manchetes constituem-se como acontecimentos que fogem ao discurso vigente e, assim, colocam-se como elementos indiciários a serem observados, por apontarem para um processo discursivo da/na contemporaneidade. O efeito de horror perante os atos “cruéis” realizados por essas mães, em detrimento do grupo de “todas” as mães, repousa nos genéricos que circulam pelo interdiscurso e comparecem na produção de sentidos em enunciados como esses. O evento noticiado (único?) torna-se espetáculo. Ao narrar UM caso fora do conjunto das mulheres-mães, a manchete e a notícia apontam para o genérico que se (re) afirma em torno da junção da maternidade como algo inerente ao feminino.

Contudo, outro elemento pode ser adicionado a esta discussão, retomando uma das perguntas que fizemos no início deste trabalho: por que isso tem aparecido na mídia com frequência apenas neste momento?

Não temos como pretensão responder a essa questão, mas o que podemos dizer, pelos elementos levantados nos enunciados, é que o efeito de verdade e de neutralidade das manchetes de notícias encontra respaldo nos genéricos (todo mundo sabe que...), apontando para fatos, acontecimentos reais, produzindo um efeito de apagamento das condições que levaram essas mulheres a realizar tais atos, apoiando-se apenas nos genéricos que afirmam que nenhuma mãe, ou seja, todo sujeito incluído nesse grupo, seria capaz de tais atitudes de atrocidade. Por outro lado, o fato de ser possível dizer algo (horrível!) como o que é dito nessas notícias, indicia uma possibilidade, um furo no grupo de TODAS as mulheres e mães, um MENOS-UM... algo que não permite que a unidade se perpetue, indiciando a falta, o furo.

Em seu texto *O Aturdido*, Lacan afirma que “não há universal que não deva ser contido por uma existência que o negue” (1973, p. 450): a condição de existência do todo é a exceção. Assim, o que funda o conjunto dos homens é essa exceção, e, portanto, a mulher ($a + 1$). Do mesmo modo, podemos compreender que o conjunto das mães é fundado por uma exceção, daquilo que está fora desse conjunto e, por isso mesmo, o regulamenta. No seminário 20, *Mais, ainda*, Lacan afirma que é preciso “dissociar o a e o A , reduzindo o primeiro ao que é do imaginário, e o outro, ao que é do simbólico” (Lacan, 2008b, p. 89). Assim, podemos considerar por essa dissociação que “a mulher”, do imaginário, é o que produz o efeito de unidade que teria cada mulher, e o que as colocaria dentro de um conjunto homogêneo que se inscreve no simbólico (e que não existe!), que chamamos de *A mulher*.

Desse modo, paradoxalmente, o efeito de verdade e objetividade pretende recobrir a falta, presente na própria língua(gem) que não dá conta de nomear sujeitos como essas mulheres, se não em contraposição ao conjunto (supostamente homogêneo) de mães, com

todos os predicativos que lhe são devidos e perpetuados histórica, social e culturalmente. Considerar que TODAS as mulheres estariam abarcadas no “efeito mulher” (Santos, 2009), do qual faria parte a prerrogativa de desenvolver a função materna, é tomá-las enquanto grupo, considerando, portanto, a existência de *A mulher*. As manchetes que analisamos trazem a exceção, contudo o que é exceção (menos UM) apoia-se em uma noção de conjunto, própria da organização dos genéricos. Desse modo, podemos perceber o efeito paradoxal: ao mesmo tempo em que o apoio nos genéricos reproduz a lógica do grupo, do geral; o específico aparece, como fenda dentro da homogeneidade do grupo.

Não havendo um elemento significativo para designar as “não-mães” ou a “mãe-infanticida”, como trazemos neste trabalho, tanto as que optaram por não ser mães, quanto as que tiveram esse destino imposto pela “natureza”, coloca-se uma falta que está relacionada à incompletude de linguagem. Tal falta/falha linguística indicia o fato de que não há lugar para a mulher fora da maternidade.

Todos os genéricos que sustentam o discurso produzido nas notícias analisadas acima são oriundos de um projeto, nascido, segundo Del Priore (2009), no Brasil no período colonial, de adestramento das mulheres brasileiras a um padrão ideal, sustentado pela igreja: “mulher que deveria ser casada, mãe, afeita à domesticidade, à piedade religiosa, preocupada em consolidar a família” (Del Priore, 2009, p. 73). Essas são as prerrogativas do grupo universal.

Nessa rede discursiva, precisamos considerar que um discurso só se constrói pelo seu avesso. Desse modo, “a sacralização do papel social da mãe passava, portanto, pela construção do seu avesso: a mulher mundana, lasciva e luxuriosa, para quem a procriação não era dever, mas prazer” (Del Priore, 2009, p. 74).

Como vimos no capítulo dois, a psicanálise, assim como todas as outras instituições responsáveis pela construção dos genéricos em torno da maternidade, contribuiu para a construção da noção de universalidade em relação ao grupo mulher-mãe. A explicação dada pela psicanálise (freudiana, pelo menos) é que as mulheres (todas) desejariam serem mães, uma vez que isso faz parte da própria constituição do ser mulher, já que “as meninas naturalmente se identificam com as mães à medida que crescem, e que isso as transforma em mães” (Chodorow, 2002, p. 119). Assim, as mulheres que estariam “fora” desse conjunto, desenvolveriam a maternidade de outro modo: em trabalhos que possibilitem o cuidado com o outro (professoras, enfermeiras, etc) ou ainda em outras formas de desenvolver a maternidade mesmo sem um filho legítimo ou adotado. Contudo, alguns analistas relatam que “o ‘desejo de um filho’ ou a ‘necessidade de engravidar’ se revela em *específicas* mulheres a partir do seu relacionamento inicial com sua própria mãe” (Chodorow, 2002, p. 119).

Meu enfoque do relacionamento mãe-filho na sociedade industrial ocidental revela as atitudes e expectativas conscientes e inconscientes que todas as pessoas- masculinas e femininas- têm de suas mães em particular, e das mulheres, em geral. Essas expectativas integram-se na reprodução da maternidade, mas as expectativas não são suficientes para explicá-la (Chodorow, 2002, p. 121).

Lacan (2008b), ao postular que *A mulher não existe* e também ao apresentar sua teoria da sexuação, permite-nos uma leitura diferente em relação a essa homogeneização do destino feminino e da própria constituição psíquica da mulher, entendida não como destino biológico inevitável, mas como posição no discurso a ser assumida.

Se tomamos as fórmulas da sexuação apresentadas pelo autor (Lacan, 2008b), percebemos que o universal é um impossível, tendo em vista que sempre se funda na exceção. Considerando que, do lado feminino, não há a exceção, temos um problema, um furo na ordem do simbólico.

28

O efeito de universalidade, entretanto, é naturalizado pela mídia nas manchetes analisadas. Com base no pré-construído sobre a mulher e a maternidade, o impossível das fórmulas da sexuação faz-se produto, evidência sustentada pelos genéricos.

Na sequência, discutiremos outro efeito relacionado ao efeito de universalidade, que se baseia na natureza como um dos elementos que produz o conjunto universal das mulheres e mães.

²⁸ Figura retirada do Seminário 20, de Lacan (2008b), p.84.

5.2 Natural x Desnaturadas

Segundo Pêcheux em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2008, p. 32), há uma “cobertura” lógica de regiões heterogêneas do real”, de modo que “tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente” (Pêcheux, 2008, p. 32) da adesão a esses conjuntos naturalizados e dados como existentes, de fato. A partir dessa afirmação, podemos pensar na relação naturalizada entre a mulher e a maternidade. Tudo se dá pelo fato de tomarmos como pressuposto, óbvio e evidente que toda mulher é ou deveria ser (ou ao menos querer ser) mãe, afinal ela já possui todos os artifícios biológicos para tal.

Ocorre que o natural, tomado literalmente enquanto algo dado pela natureza, confunde-se e esbarra constantemente no social. Desse modo, certas formas de agir socialmente se tornam também naturais, e isso está na base da compreensão de como deve proceder uma mulher, sendo mãe. A ideologia atua nesse sentido, como sabemos, na produção de evidências (Pêcheux, 2009), legitimando esse efeito normatizador.

É por conta dessas naturalizações que o óbvio se produz e os pontos de estabilização dos sentidos definem o que é discursivamente esperado ou não. Tendo em vista esses apontamentos, enunciados tais como os enumerados a seguir organizam-se de modo a explicar o estranhamento quando o natural e estabilizado não ocorre:

- 2) **Mãe** que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê
- 7) **Mãe** foi quem matou a tesouradas e jogou filho recém-nascido no lixão, diz polícia

Nas duas sequências discursivas temos como tópico a palavra “mãe”, que é ligada discursivamente a todas as questões mencionadas anteriormente de maternação, cuidado, amor, entre outras características esperáveis de serem encontradas como comentários ou predicções para esse termo. Desse modo, a organização sintática nos enunciados se dá de forma a organizar discursivamente essa quebra de expectativa. O emprego regular de orações adjetivas restritivas comprova essa afirmação. É preciso adjetivar e restringir essa mãe, que não é aquela recuperada pela nossa memória discursiva. O que temos no enunciado como dado, no lugar de pré-construído, é tudo que se afirma sobre a maternidade, lugar de estabilização dos sentidos. A oração adjetiva restritiva apresenta o novo, tomando como base esse pré-construído que se organiza nos genéricos. Isso pode

ser percebido, sobretudo, na manchete número 7, quando a expressão “foi quem” nominaliza esse lugar fora do estabilizado, produzindo um efeito de surpresa, estranhamento.

Assim, tomando o discurso da natureza e do que é naturalmente (na verdade muito mais socialmente) aceitável, criam-se condições para a universalização de um grupo de mulheres aptas à maternidade, que desempenham ou desempenhariam bem as funções inerentes a essa condição “naturalmente” relegada a elas. Com base nesse funcionamento, temos os elementos necessários para a construção da oposição entre o grupo das mulheres-mães “naturais” e “desnaturadas”.

O que não é “natural”, ou seja, o “desnaturado”, alinha-se frequentemente ao que chamamos de “selvagem”, relação semântica que pode ser considerada estranha ou incompatível, se tomamos o sentido literal das palavras. Nos casos noticiados pelas manchetes que estamos apresentando neste momento, o estatuto de “selvagem” é um elemento linguístico frequentemente atribuído às mães que abandonam e/ou matam seus filhos pequenos. Entende-se que essa mulher que foi capaz de gerar um filho, a partir do seu aparato biológico - e, portanto, pela natureza-, mas não teve condições de criá-lo e cuidá-lo, quando “naturalmente” deveria fazê-lo, só pode ser compreendida como fora da cultura e, portanto, categorizada como selvagem ou louca. Essa questão pode ser verificada na manchete 5, na afirmação da delegada sobre a mãe: “ela não tem sentimento”. “Não ter sentimento” aqui está em uma relação metafórica com a expressão “selvagem”, frequentemente atribuída a essas mães pelo senso comum, e que podemos verificar no texto de Venâncio (2012), sobre a negação da maternidade, quando ele afirma a aceitação do abandono, desde que não “não adquira feições selvagens, colocando em risco a vida do bebê” (Venâncio, 2012, p. 194). Assim, até hoje vemos uma atitude de complacência em relação ao abandono (“por que não dar o filho, então?” é uma fala comum nesses casos), o que não ocorre em relação ao infanticídio e ao aborto, desde muito tempo considerados práticas criminosas, “heréticas e demoníacas” (Venâncio, 2012, p. 204).

Destarte, os casos apresentados assentam-se em uma dicotomia entre aquilo que é natural e o que, ao contrário, coloca-se como não-natural. Daí resultam expressões como “desnaturadas” como meio de adjetivar essas mulheres incapazes de aliar-se à natureza, tal como preconiza o genérico acerca do feminino e da maternidade.

É preciso observar nessa relação de sentidos que é apagada a oposição natural versus social, considerando-se como elementos sinônimos, de modo que é impossível distinguir até onde vão os pressupostos ligados à natureza (que são, em algumas ocasiões relacionados ao que é selvagem, não civilizado, etc) e onde começam os elementos propriamente sociais e/ou

culturais. Essa noção do que não é natural/social/cultural, fora da norma, portanto, abre espaço para a construção do monstro moral e social, que discutiremos no tópico seguinte.

5.3 A mulher-mãe-monstro

Nessa relação entre o que é universal, natural e dentro da norma social e cultural versus o que é singular, não-natural, selvagem e, portanto, fora da norma, surge uma figura imprescindível para recuperar os discursos em torno dos casos de infanticídio que estamos discutindo nesta tese: a figura do monstro. Podemos dizer que os casos apresentados das mulheres infanticidas são colocados a partir do lugar que a mídia lhes inflige no campo da monstrosidade, tal como foi enunciada por Michel Foucault (2001).

No que se refere aos monstros discutidos por Foucault (2001) em *Os anormais*, e retomados por Courtine (2013), as análises dos anúncios dos espetáculos nas grandes cidades traziam uma mesma lacuna: “omite-se aqui a preocupação com a enumeração das causas da monstrosidade” (Courtine, 2013, p. 99). Do mesmo modo, ao tornar espetáculo o caso das mulheres que matam ou abandonam seus filhos: “mulheres-mães-infanticidas”, “mulheres-não-mães” ou “mulheres-mães-monstros”, não se fala em causa. Com exceção de um dos enunciados que recupera tangencialmente a questão de a mulher em questão ser uma adolescente, o que pode se configurar como uma exposição de motivo aparente, todas as outras manchetes colocam em relevo o ato, o crime, o não aceitável socialmente. O que define o monstro, segundo Foucault (2001), é que ele se coloca como não natural e fora-da-lei. Nesse sentido, essas mulheres são consideradas monstros porque cometem um crime contra a lei da natureza, ao não assumir as funções inerentes à maternidade; um crime contra a lei dos homens, ao praticarem o infanticídio; e ainda um crime moral e social.

É necessário considerar, entretanto, que, ao se culpabilizar alguém pelo abandono ou assassinato de um filho, nos casos que analisamos, em nenhum momento se pergunta acerca da figura do pai da criança. Voltamos a um ponto da responsabilização quase exclusiva da mulher em relação ao cuidado com os filhos. Como apontou Chodorow (2002), o fato de a mulher possuir o aparato biológico para gerar o filho e amamentá-lo acabou por ser elemento determinante para a designação da função da maternação estar, na maioria das vezes, relacionada exclusivamente à mulher.

Nesse sentido, partindo da regra da homogeneidade que organiza o grupo das mulheres-mães, cabe a afirmação de que “o monstro é estranho porque é estrangeiro”

(Courtine, 2013, p. 100). O monstro coexiste com o anormal por longo tempo, confundindo-se com ele. É o discurso que faz com que os dois elementos se distingam em algum momento.

Faz-se relevante considerar que a monstruosidade natural (da ordem do corpo) cede espaço à monstruosidade moral relacionada às condutas criminosas na virada do século XIX para o século XX. Nesse sentido, vai se construindo “uma história particular do olhar que foi pousado sobre a deformidade, feita inteiramente de exames minuciosos, de observação densa, de discernimento metódico no espaço da ciência; mas também de categorizações de vigilância e de controle da lei e dos dispositivos que a materializam” (Courtine, 2013, p. 113).

Esses dispositivos, no sentido foucaultiano do termo, apontam para o poder da normalização, já que “a extensão do domínio da norma fez-se através de um conjunto de dispositivos *de exibição do seu contrário*” (Courtine, 2013, p. 123, grifos do autor). Assim, “o monstro continua uma exceção que confirma uma regra” (Courtine, 2013, p. 125-126), ou, nas palavras de Foucault:

o monstro aparece como um fenômeno ao mesmo tempo extremo e extremamente raro. Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido. (2001, p. 70).

A citação de Foucault (2001) vem muito a calhar quando discorremos acerca dos casos das manchetes analisadas e do que temos chamado nesta tese da construção da mulher-mãe-monstro. Considerando a organização dos genéricos a partir do pré-construído, e a junção dos elementos mulher-mãe, vemos que a figura do monstro se constrói a partir do que escapa desse processo de homogeneização. Assim, a “mulher-mãe infanticida”, como enunciamos no título desta tese, coloca-se como um impossível. Não cabe dentro do grupo das mulheres-mães um indivíduo que seja infanticida, pois ele vai contra todas as prerrogativas que sustentam e legitimam a homogeneidade desse conjunto. Daí a relação com a figura do monstro, que se constrói via mídia, afinal o monstro congrega o impossível- mãe nunca mataria um filho- e o proibido, representado pela lei que regulamenta o infanticídio como crime.

Essas afirmações passam pelas proposições do quadrado lógico e modal aristotélico que discutimos anteriormente (Tfouni, 2010,2013). Do lado do contingente temos a formulação: “algumas mulheres não são mães”, formulação essa que nos permite agrupar nessa particular negativa as mulheres infanticidas. Vejamos, se considerarmos que essas mulheres não são mães, um impossível linguístico coloca-se ao enunciarmos a “mulher-mãe

infanticida”. Assim, do contingente, passa-se a uma outra forma de organização de conjunto, pela via da figura do monstro.

Apesar de se constituírem supostamente como exceção, do mesmo modo que os monstros do século XVIII tornam-se “naturalizados” ao se exporem nas feiras e praças e depois se tornarem artistas dos teatros, assumindo características “humanas”, os casos de abandono e infanticídio vão sendo “domesticados”. Quando recuperamos, por exemplo, a “roda dos enjeitados”, mencionada por Priore (2009), podemos observar a “domesticação” da monstruosidade de matar ou abandonar um filho. A entrega para adoção, nesse sentido, coloca-se como a forma social aceita atualmente, conforme designação da lei e, portanto, da consideração do sujeito jurídico. Contudo, tanto em uma situação de abandono criminalizada quanto para a adoção (não criminalizada), o futuro do *infans* é do mesmo modo incerto, do ponto de vista daquela que “abandona”.

Assim, a mãe que abandona ou mata o filho conforma-se como o monstro moral, enunciado por Foucault (2001). Na organização dos discursos, a lei de deus, dá lugar ao jurídico, à lei dos homens que pune aqueles que se colocam fora da norma. Elementos linguísticos que se colocam a favor da relação dos atos discursivizados nas manchetes com práticas criminosas são os verbos: “alega” (enunciado 5); “confessou” (enunciados 9 e 12), frequentemente utilizados em boletins de ocorrência e peças de processos-crime.

A enunciação da tragédia aparece nas manchetes como modo de tamponar o efeito “e se”, possível em qualquer discurso. Vejamos: a mulher-mãe infanticida é considerada desde sempre anormal, monstro, independentemente de seus motivos; ao mesmo tempo o bebê/criança/*infans* é considerado sempre já-sujeito. Ora, uma criança corre o risco constante de “não vingar”, ocasião em que a morte não é considerada assassinato. Nesse sentido, o limite entre aquela que mata propositadamente (monstro) e aquela que “deixa morrer” é ínfimo. É claro que há gradação, por exemplo, entre abandonar criança em lixeira (manchetes 2 e 3) ou matar a tesouradas (manchete 7) ou pedrada (manchete 12) e deixar bebê em carro (manchete 4) ou então “deixar o filho morrer” (manchete 6). Ainda assim, os limites não são tão nítidos, sobretudo quando consideramos a dimensão do inconsciente, como já apresentamos na exemplificação dos casos de aborto “espontâneo”, no capítulo 4.

Os discursos em torno da figura da mãe/mulher que comete infanticídio passam por diversas FD, que possibilitam a identificação com o monstro (produzido a partir do espetáculo midiático), com o anormal (do discurso do senso comum, ou mesmo da mídia ou até da religião) e ainda com o doente (do discurso jurídico e/ou da medicina). Percebemos, portanto, que a construção da figura do monstro está alinhada ao processo de espetacularização que se

produz a partir dos veículos midiáticos, de modo que são apagadas as outras fontes discursivas que poderiam permitir aliar a outros elementos como os apontados acima.

Há ainda um processo de homogeneização do grupo das mulheres-mães infanticidas em monstros. É o que discutiremos a seguir, ao juntarmos a essa explanação a noção de público e privado.

5.4 Público x Privado

O último tópico da nossa análise, a noção de público e privado, na verdade recupera todos os outros elencados, colocando-se tangencialmente. Quando passamos do singular para o universal, conforme discutimos anteriormente, estamos também passando do privado para o público e é nesse sentido que a mídia tem um papel fundamental. Se tomarmos novamente o mecanismo da roda dos enfeitados, apresentado no primeiro capítulo desta tese, temos ali um modo de manter no aspecto privado aquilo que se repudia socialmente e, portanto, não pode ser exibido publicamente. Se partimos da premissa que mulheres sempre abandonaram ou mataram seus filhos (afirmação que podemos fazer com base no retrospecto histórico sobre a maternidade, empreendido no mesmo capítulo), podemos também afirmar que o estranhamento de notícias como as das manchetes que trouxemos como *corpus* deste trabalho indiciam que tais acontecimentos ficavam na esfera privada.

Ao passar para o domínio público, via midiatização, produz-se o espetáculo (Rubim, 2004). E, ao produzir-se o espetáculo, produz-se o efeito de singularidade, exceção que reafirma o conjunto, com base no pré-construído que se reativa a partir dos genéricos e do interdiscurso. Só é possível que o monstro seja levado a público por meio da espetacularização, do mesmo modo que, paradoxalmente, ao ser levado a público, o privado se torna monstruoso.

O efeito retorna às noções de “mulher-monstro” e “criança-anjo” que enumeramos anteriormente; ao mesmo tempo em que a mulher é sempre monstro, por ser capaz de tal feito, a criança é sempre já-sujeito, sujeito “anjo”, indefeso. A partir dessas identificações que se apresentam como já-lá, assentadas no pré-construído, colocar o monstro em exposição produz gozo, do lado do expectador que, entre manifestações de repúdio e de horror, delicia-se ao poder vislumbrar o horrível, o inesperado, o fora-do-conjunto. A mulher infanticida só passa à esfera pública, portanto, por meio do espetáculo e como exemplar de monstruosidade.

Nesse sentido, Courtine (2013), ao propor uma continuidade da genealogia da anomalia de Foucault (2001), traz para a cena do monstro uma característica paradoxal e

absurda, que nos lembra bem a cena de espetáculo protagonizada por essas mulheres nas manchetes que analisamos: “os anormais fazem rir” (Courtine, 2013, p. 114). E diríamos mais: o anormal define e sustenta a normalidade, o conjunto homogêneo. É nesses pressupostos que se assentam os efeitos das manchetes que analisamos nesta tese.

Há ainda uma discussão apresentada por Courtine (2013) acerca dos soldados americanos em Abou Ghraib²⁹, conhecidos pelas fotografias divulgadas em 2003 ao lado de iraquianos mortos ou torturados, que traz à baila uma reflexão que incita uma espécie de relativização em torno do monstro moral, o criminoso, colocando a importância de se determinar “as condições de possibilidade desta suspensão do sentido moral” (Courtine, 2013, p. 167). Do mesmo modo que os soldados pareciam apenas “não pensar em nada” ou não refletir sobre o ato de fotografar as atrocidades cometidas por eles mesmos, fazendo das fotografias espécies de *souvenirs* próprios de turistas, podemos considerar a possibilidade das mulheres que matam ou abandonam seus filhos o fazerem de forma não consciente, sem necessariamente pressupor um estado patológico como os que elencamos no capítulo 4. É preciso para isso considerar os elementos exteriores ao ato e ao sujeito, as condições de produção que compõem a rede discursiva em que ações e discursos como esses se produzem.

A pergunta que se coloca aproxima-se das reflexões de Courtine acerca das imagens de guerra tornadas espetáculo midiático: o “que faz destas realidades simultaneamente um acontecimento e um espetáculo” (2013, p. 154). E podemos nos perguntar ainda mais: o que torna o acontecimento: mulheres matam e abandonam seus filhos um acontecimento (novo?), no sentido pecheutiano do termo, passível de ser midiaticizado, desnudado aos olhos da população leitora com suas imagens e fatos chocantes?

Pois bem, reiteramos o que já dissemos a respeito de acontecimento anteriormente: sabemos que o fato em si não é novo, prova disso é o que trouxemos no capítulo 2, quando procuramos apresentar as condições de produção de enunciados como os que estão sendo colocados em pauta nesta tese. O que se coloca, então, como acontecimento (unindo história e materialidade discursiva) é a possibilidade de dizer fora do espaço privado, escancarar para a sociedade o que durante muito tempo permaneceu escondido. Os efeitos disso é que nos interessam nesta tese: serviriam para normatizar, enfatizar a norma em torno da maternidade, ao tornar espetáculo a exceção, como ocorrera com os monstros dos séculos XVI ao século XIX? Ou seriam indícios de um deslocamento em torno da maternidade e seus sentidos no período contemporâneo?

²⁹ *Dos americanos ordinários: a genealogia das imagens de Abou Ghraib* (Courtine, 2013).

Procurando explicitar esse gesto que a mídia produz em torno das narrativas de casos singulares de mulheres (únicas?) remontamo-nos a Foucault (1991), em sua análise sobre a narrativa produzida por Pierre Rivière, entendida como uma em meio a tantas que apareciam nos panfletos da época: “era preciso, por outro lado, que todos esses pequenos acontecimentos, apesar de sua frequência e sua monotonia, surjam como singulares, curiosos, extraordinários, únicos, ou quase, na memória dos homens” (1991, p. 216). Somente desse modo é que esses relatos de crimes no século XIX, como as manchetes que apresentamos nesta tese, podem fazer “o papel de cambiadores entre o familiar e o notável, entre o cotidiano e o histórico” (Foucault, 1991, p. 216).

E à voz de Foucault, somamos a de Pêcheux (2008, p. 29) que afirma que “no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser ‘assim’. (O real é o impossível... que seja de outro modo)”. Os pontos de impossível, no caso das mulheres infanticidas, estão justamente em sua (não) colocação no grupo das mulheres-mães (universal), de modo que não haveria, portanto, lugar para elas. São esses pontos de impossível que produzem deslocamentos, e são eles deslocamentos que procuramos apontar nas análises empreendidas.

Por fim, uma última ponderação se faz necessária. Ao considerarmos as dimensões público versus privado na relação com os genéricos discursivos em torno da maternidade, podemos compreender que o genérico universaliza/generaliza o que era da ordem do privado. Isso pode ser observado a partir dos apontamentos que fizemos tomando como base o quadro de Pêcheux (2009) e o quadrado lógico (Tfouni, 2010, 2013). Desse último, consideramos a passagem de uma premissa particular para uma universal. Assim, é possível observar um efeito contrário em relação ao que discutimos até então, neste tópico. Do genérico: “toda mulher é mãe”, que se ancora no pré-construído que une os elementos “mulher-mãe”, tomado como grupo homogêneo e universal, podemos depreender, a partir das manchetes de notícias analisadas a exceção, que indicia um furo no grupo homogêneo. Desse modo, teríamos a enunciação do impossível “mulher-mãe infanticida”. Ao considerar a existência dessa exceção dentro do grupo de mulheres-mães: há (uma?) mulher infanticida, pressuposto que se alinha à premissa particular negativa do quadrado lógico (algumas mulheres não são mães), passa-se a compreendê-la como um monstro, uma vez que o caracterizamos como a união do impossível e do ilegal. Assim, temos o efeito do genérico: se há uma mulher-mãe infanticida, ela é um monstro (singular), de modo que se passa para o universal: toda mulher-mãe infanticida é monstro. É esse o efeito produzido pela midiatização e espetacularização.

Desse modo, as manchetes produzem um efeito paradoxal, ao trazerem a exceção, corroboram para a afirmação de que *A mulher*, enquanto conjunto, não existe, ao mesmo tempo em que, ao considerarem a exceção, tratam logo de universalizarem, criando uma outra categoria homogênea, a das mulheres-mães-monstros, recobrando novamente o furo do grupo e escamoteando a fórmula lacaniana.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES... NUNCA FINAIS

Ao construir um texto como esse, que se propõe uma tese, uma das dificuldades maiores é o tempo de concluir. Ao mesmo tempo em que há muito ainda para dizer, parece também não haver mais nada. A academia exige fechamentos, afirmações. No entanto as teorias que nos guiaram neste trabalho são campos interpretativos que resistem à disciplinarização e ao enquadramento da ciência tradicional.

Parece pertinente neste momento o texto de Attié (1989), *O dito, o escrito, o necessário, o impossível, o contingente*, a partir do qual invejamos as especificidades do texto literário, este sim, capaz de se organizar como a

fórmula matemática onde não há nada mais a acrescentar, nem a eliminar e que parece ter sido, durante todo o tempo, inscrita em alguma parte, esperando apenas a ocasião de se revelar. Fórmula, entretanto, que extravasa, em todos os sentidos, aquilo que se tentava dizer justamente, pois sua perfeição é enigma e o que a define é esta parte do diabo como excesso e excedente de sentido que não se domina jamais (Attié, 1989, p. 27).

Sendo assim, na incapacidade de algo que feche magicamente este texto e que, ao mesmo tempo, abra margem para a pluralidade de sentidos própria de todo dizer, apontamos algumas possibilidades na tentativa de esboçar algumas considerações finais para esta tese. Deste modo, ancoradas no discurso acadêmico que permeia esta produção textual, consideramos fundamental retomar os objetivos do trabalho, que nos conduziram para algumas direções no curso desta pesquisa.

O objetivo geral foi investigar o discurso produzido pela mídia eletrônica sobre a mulher-mãe em casos de abandono e infanticídio de filhos pequenos, por meio de manchetes de notícias, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do discurso de linha francesa e da psicanálise lacaniana, com vistas a observar de que modo são materializados genéricos discursivos sobre a mulher na contemporaneidade. A partir dele, trouxemos como objetivos específicos a articulação entre a AD e a psicanálise lacaniana; a composição de um *corpus* de análise, no início do gesto interpretativo; a discussão do modo como a mídia vem produzindo discursos sobre a mulher-mãe na contemporaneidade por meio do gênero notícia.

Por fim, trouxemos como objetivo específico o que consideramos ser a hipótese fundamental deste trabalho, que era compreender se a análise empreendida poderia fundamentar a afirmação da materialização do axioma lacaniano *A mulher* (enquanto

conjunto) *não existe*, produzindo, desse modo, finalmente, a articulação teórica que está no eixo desta tese, a AD e a psicanálise.

Um dos primeiros elementos que gostaríamos de apresentar nessas considerações finais retoma um dos objetivos colocados: a definição de um *corpus* de análise. Poderia ser questionado o fato de tomarmos a constituição de *corpus* como objetivo, e não apenas parte dos procedimentos metodológicos. Ocorre que, neste caso, quando tomamos os discursos sobre a mulher na relação com a maternidade como objeto teórico, entendemos a definição do *corpus* como uma fase extremamente importante, uma vez que se coloca já dentro do processo de análise. Nesse sentido, o estranhamento do acontecimento noticiado do bebê da lagoa da Pampulha, somado a um conjunto de notícias com conteúdo parecido que passa a ser midiaticizado, coloca-se como um importante passo na organização da rede de discursos acerca da mulher e da maternidade, uma vez que deslineariza todo o pré-construído em torno da questão.

Assim, a investigação das notícias, que representam neste trabalho metonimicamente a mídia, de um modo geral, apontou para um processo interdiscursivo muito significativo para nosso objeto de pesquisa, sobretudo quando pensamos no aporte dos genéricos. Ao considerar esse aspecto, entretanto, um questionamento que nos surgiu foi se o que nos interessou, de fato, foram as notícias e as manchetes, ou o pré-construído que as sustenta, produzindo efeitos de verdade? Apesar de essa questão não poder ser respondida totalmente, entendemos que existe uma forte relação, nesse objeto, entre a notícia e o pré-construído que a sustenta, como um traço regular da própria linguagem.

Os genéricos discursivos, por sua vez, não estão nas manchetes entendidos como fórmulas prontas, mas, sim, como base para elas, bases essas que estariam na fonte dos discursos e da ideologia que interpelam as mulheres em mães. Nessa relação com os genéricos, colocou-se de modo fundamental a noção de pré-construído. Sendo parte do interdiscurso, acreditamos que os genéricos discursivos podem ser entendidos como elementos relacionados ao pré-construído, não de forma a um conceito recobrir o outro, mas entendendo que os genéricos seriam formas específicas de retomada do pré-construído, com as características que apresentamos no capítulo três. O pré-construído aparece aí recoberto pelo funcionamento do genérico, de modo a tornar-se universal e generalizar algo da ordem do já-dito.

Poderíamos dizer que as manchetes apoiam-se nos genéricos para afirmar o menos-um, a exceção do conjunto. Produzem seus dizeres, e eles fazem sentido, causam o(s) efeito(s) que causam, porque estão apoiados em fontes discursivas aceitas, regulamentadas e, portanto,

partes do interdiscurso. Por outro lado, concluímos que as manchetes não só se fizeram valer dos genéricos como base para a formulação de seus enunciados, como, ao produzi-los, o fizeram à maneira dos genéricos, a partir do mesmo funcionamento. Desse modo, percebemos a construção sintática das manchetes como relacionada ao funcionamento discursivo dos genéricos, uma vez que trazem o particular a fim de assentar ou produzir o universal.

Feitas algumas afirmações acerca da pergunta central do trabalho, podemos dizer que o (per) curso desta tese apontou para alguns caminhos que nos levaram a essas conclusões. Primeiramente, a história da mulher e da maternidade, sobre a qual discorremos no primeiro capítulo, possibilitou a recuperação de uma memória que, ao mesmo tempo, desnaturaliza a evidência de que “sempre foi assim”, quando se faz uma leitura discursiva dela, mas ao mesmo tempo justifica a evidência do conjunto, da homogeneização.

A psicanálise, por sua vez, foi responsável pelo olhar ao singular, ao que escapa às designações e universalizações que o processo languageiro é capaz de produzir. Enquanto teoria que interceptou as construções deste trabalho, trouxe a possibilidade de olhar para a mulher como objeto heterogêneo, singular, diferente da homogeneidade da postura fálica e, a partir disso, desnaturalizar a relação dos aspectos biológicos com a convenção social da maternidade. Também possibilitou a consideração do impossível como parte do dizer e dos limites daquilo que se produz discursivamente.

A análise do papel da mídia permitiu compreendê-la como um modo de funcionamento discursivo que se coloca como veículo de produção de verdades, objetivação, tamponamento da falta, fechamento à deriva. Para isso, impõe significados ancorados em uma memória social e histórica lida de um só modo. Reproduz a lógica do conjunto: mulher igual mãe; mãe igual amor, cuidado e responsabilidade sobre os filhos. Ao mostrar a exceção, categoriza o monstro e ratifica o conjunto, promovendo a manutenção da homogeneidade. Nesse sentido, poderia a mídia também ser considerada um aparelho ideológico do estado, como preconizado por Althusser (1985).

A noção de monstro, significante que interceptou as construções analíticas das manchetes, e foi materializada pela leitura de Foucault (2001), traz a discussão para a ordem do saber médico e jurídico, a partir do qual a figura do monstro se coloca como fora da lei e fora da natureza. Contudo, se a construção do monstro estava no século XVIII, conforme apontou Foucault (2001), na ordem dos discursos jurídico e da medicina, no *corpus* que analisamos coloca-se um outro saber-poder, a mídia, que, ao espetacularizar esses casos, ratifica-os como forma de exemplificar o fora da lei, da natureza, fora do conjunto homogêneo que se pretende manter, da mulher-mãe amorosa e dócil.

Todos esses elementos puderam nos mostrar que o real da língua aponta para contradições na ordem do discurso, o que exige uma leitura que vá além da significação inicial. Nesse sentido, a AD possibilitou uma leitura que olhou para além do sentido único, instituído, passando pela deriva e pelas lacunas que a linguagem em seu próprio funcionamento produz.

A análise iniciou pelas regularidades, e um dos elementos importantes nessa relação foi a observação da utilização como tópico dos elementos “mãe” e “mulher”, por vezes colocados como sinônimos (dentro do mesmo conjunto), por vezes tomados como opostos (aquela que é mulher- apenas- não é/não pode ser chamada de mãe). Na observação dos núcleos verbais dos predicados, o estranhamento se deu na relação sintática não esperada entre os verbos “mata”, “joga” tendo como objetos as palavras “filho”, “criança”. O procedimento analítico levou ainda à consideração de alguns elementos que tomaram relevo na leitura das materialidades linguísticas, são eles os efeitos do pré-construído relacionado à palavra “mãe”, que possibilita o efeito de universalidade, ao ser tomado como genérico e a oposição natural versus não natural, que origina o adjetivo “desnaturadas”. Do que não é natural, parte-se para a ideia de selvagem, monstro, de onde retiramos a categoria da mulher-mãe-monstro, derivada do impossível linguístico “mulher-mãe infanticida”, que se constrói, sobretudo, via espetacularização possibilitada pela mídia. E, por fim, a oposição do público e do privado nos permite compreender o estranhamento desses casos ao serem midiaticizados, uma vez que tornam público aquilo que era da esfera privada.

A partir das materialidades discursivas tomadas como *corpus*, a relação com a psicanálise lacaniana nos apontou a possibilidade do furo, do impossível materializar-se na própria língua. O processo produzido discursivamente pelas manchetes e pelas notícias ao trazer o elemento fora do conjunto parece mesmo materializar ou confirmar a tese lacaniana de que *A mulher*, enquanto conjunto não existe, já que produz um efeito duplo: da exceção enquanto algo que não existe, conforme as fórmulas de sexualização; mas também de uma exceção que regulamenta e define o conjunto, apoiando-se nos genéricos sobre a maternidade. Se tudo que faz de uma mulher, mulher, passa pela feminilidade e pela maternidade, o ato de matar um filho a colocaria fora desse conjunto? Cremos que isso não pode ser afirmado, mas podemos dizer que tais casos materializam um lugar de impossibilidade, de vazio discursivo, de modo que é preciso recorrer à regra (o conjunto de mulheres-mães) para poder dar conta de explicitar esse vazio.

Finalmente, compreendemos que as manchetes produzem um efeito paradoxal. Ao presentificarem a exceção, corroboram para a afirmação de que *A mulher*, enquanto conjunto,

não existe. Como todo vazio ou furo na ordem da linguagem é incômodo, ao mesmo tempo em que é necessário, logo se produz um novo deslizamento. Assim, ao considerar a exceção, produz-se o efeito de universalização, faz-se surgir do particular uma nova categoria homogênea, a das mulheres-mães-monstros. Desse modo recobre-se novamente o furo do grupo e escamoteia-se a fórmula lacaniana.

Por último, a fim de demonstrar que uma análise discursiva nunca está fechada, durante a escrita final desta tese surgiu uma notícia que chamou a atenção por parecer trazer mais um deslocamento à rede discursiva com a qual temos trabalhado: um homem (pai?) abandona um bebê na rua. Trata-se de um caso de abandono de recém-nascido, mas com um diferencial: o responsável pelo ato não é a mulher, mas o homem. Obviamente não teremos tempo, nem concerne aos objetivos do trabalho discutir tal caso, contudo ele aponta para um real da história que contribui para os deslizamentos históricos e discursivos discutidos durante nossas análises.

Há vários modos de “ler” uma notícia como essa. A mais óbvia é a via do espanto, da constatação da monstruosidade, assim como fazemos com a protagonista mulher. Mas outra leitura aponta para um estranhamento, estranhamento esse que se desenhou a partir dos (des) caminhos da escrita desta tese: o caso coloca na ordem do discurso a possibilidade de o homem responsabilizar-se pelo descarte do filho indesejado ou que não se pode criar/ter/assumir. Considerando todo o histórico discursivizado pela mídia, isso é uma novidade: na maioria das vezes quem se encarrega de gerar, parir e também desfazer-se do bebê, quando é o caso, é a mulher. Pelo menos isso é o que faz crer a mídia, a partir do efeito produzido pelas notícias a partir das quais construímos nosso *corpus* de análise. Contudo, a notícia não coloca o homem/possível pai como protagonista, uma vez que a manchete escolhida é: “Bebê recém-nascido é abandonado na Tijuca, Rio”³⁰. A voz passiva coloca como tópico o bebê, e não quem o abandonou. Seja como for, há um deslocamento. De modo que terminamos nosso texto apontando para o fato de que não há como concluir uma tese que toma como objeto o discurso, pois ele segue, continua deslizando, continua produzindo história. Assim, traçamos algumas linhas de uma análise que não se finda, por isso trata-se de considerações “nunca” finais.

³⁰ Notícia recuperada em 14. Jan. 2015 de <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/bebe-recem-nascido-e-abandonado-na-tijuca-rio.html>.

REFERÊNCIAS³¹

- Althusser, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos do Estado*. 2 ed. Trad. Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal.
- Andrade, L.H.S.G.; Viana, M.C. & Silveira C.M. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Rev. Psiq. Clín.* 33 (2); 43-54. Recuperado em 20.out.2014 de <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n2/a03v33n2.pdf>>.
- André, S. (1998). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ariés, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Arrais, A da R (2005). *As configurações subjetivas da depressão pós-parto: para além da padronização patologizante*. Universidade de Brasília, Instituto de psicologia, departamento de psicologia clinica. Tese de doutorado de psicologia. Brasília. Recuperado em 19. mai.2014 de <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/27/TDE-2006-03-06T113833Z-26/Publico/T%20Alessandra%20Arrais.pdf>.
- Attié, J. (1989). O dito, o escrito, o necessário, o impossível, o contingente. In: Isso-despesa. *Freudiana*, n. 1, pp. 26-30.
- Authier-Revuz, J. (1990) Heterogeneidade enunciativa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Trad. CRUZ, Celene M. e GERALDI, João Wanderley. Campinas, (19): 25-42, jul/dez.
- Bakhtin, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Badinter, E (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barros, R. M. M. & Mendonça, L. G. e S. F. (2013) Mulher perversa?. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online]., vol.16, n.2, pp. 218-231. Recuperado em 02.jun.2014 de <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142013000200003>.
- Beauvoir, S (1980). *O Segundo Sexo*. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Birman, J. (1999). *Cartografias do Feminino*. São Paulo: Editora 34.

³¹ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association

Blay, E.A. (2003). Violência contra mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*. vol. 17 no.49 São Paulo Sept./Dec.

Brasil. Código Penal (2008). Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Vade mecum*. São Paulo: Saraiva.

Brasil, Decreto/Lei 2848/40, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal Brasileiro*.

Briggs, A & Burke, P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar.

Bucci, E. & Kehl, (2004). *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo.

Canguilhem G. (2009). *O normal e o patológico*. 6ed. Trad. Mana Thereza Reding de Carvalho Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1943).

Cantilino, A; Zambaldi, C. F; Sougey, E. B & Renno Jr, J. (2010). Transtornos psiquiátricos no pós-parto. *Rer Psiquiat.clin.* [online] vol 37, .6, pp 288-294.

Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.

Chiaretti, P.(2008) *O que quer uma mulher segundo o discurso da revista feminina*. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Chorodow, N. (2002) *Psicanálise da Maternidade*. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos (Publicação original 1990).

Corrêa, M. L. G. (2002). *Linguagem e comunicação social: visões da linguística moderna*. São Paulo: Parábola.

Correia, M. de J. (1998). Sobre a maternidade. *Aná. Psicológica* [online], vol.16, n.3, pp. 365-371.

Courtine, J.J (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar.

_____(2013). *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Courtine, J.J & Haroche, C. (1988). O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: S. M. T. Lane. *Sujeito e texto*. São Paulo: EDU, PP 37-59.
- Cunha, D.A.C. (2005). O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In A.P. Dionísio; A. R Machado ; M.A. Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro; Lucerna.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo*: condição feminina. Maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora Unesp.
- Dolz, J. & Schneuwly, B. (2004). *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras.
- Dor, J. (2008). *Introdução à leitura de Lacan*. O Inconsciente estruturado como linguagem. Trad.Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artmed.
- Dosse, F.(1993) *História do estruturalismo*. 2 vols. São Paulo, Campinas: Ed.da Unicamp.
- Eurípedes (1972). *Medéia*. Trad. Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Originalmente publicado em 431 a.C)
- Fisher, R.M.B. (2001). Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Revista Estudos feministas*. V.9,n.2, Universidade federal de Santa Catarina, pp. 586-599.
- Fink, B. (1998). *O sujeito lacaniano*: entre a linguagem e o gozo. Trad. Maria de Lourdes Sette Câmara. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Fonseca, C. (2012) Ser mulher, mãe e pobre. In M.D.Priore & C. B. Pinsky. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp.189-222.
- Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade, vol. I – A Vontade de Saber*. 15 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. (Originalmente publicado em 1988).

- _____. (2002). *História da Sexualidade, vol. III – o Cuidado de Si*. 7 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1985)
- Foucault, M. (2009) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (2001). *Os anormais: curso no College de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1991). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. 5 ed. Trad. Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal. (Originalmente publicado em 1977).
- Freud, S. (1974a). Interpretação dos sonhos. (J. Salomão, Trad.). In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. IV e V. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1900) .
- _____. (1996a) Três ensaios sobre a sexualidade. In *Obras Completas*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).
- _____. (1974b). Totem e tabu. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1913)
- _____. (1996b.) Sobre o Narcisismo: uma introdução. In *Obras Completas*. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, (Originalmente publicado em 1914).
- _____. (1996c.) A teoria da Libido. In *Obras Completas*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1922/1923)
- _____. (1974c). A dissolução do complexo de Édipo. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1924).
- _____. (1974d). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos.. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas*. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1925).
- _____. (1996d) Sexualidade Feminina. In *Obras Completas*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1931).

-
- _____. (1976) Feminilidade. In *Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Vol XXII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1932-1936)
- Gadet. F. & Tak, T. (Orgs) (1993). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 143-179.
- Gomes, M. R. (2003). *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Gregolin, M. R. (2003). A mídia e a espetacularização da cultura. In M.R. Gregolin, (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, pp.9-17.
- Heberle, F. (2004). Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de ideias? *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. especial, pp. 85-112.
- Hernandes, N.(2006). *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto.
- Iaconelli, V. (2013). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 26.abr.2014, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-07052013-102844/>.
- Jakobson, R. (2001) *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Kehl, M.R. (1996). *A mínima diferença: masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago.
- Krieg-Planque, A. (2010). *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Trad. de Luciana Salazar Salgado e Sírío Possenti. São Paulo: Parábola.

- Lacan, J. (1985) *O Seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Trad. Christine Lasnik Penot Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1954-1955)
- _____. (1995). *O seminário, livro 4: As relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1956/1957).
- _____. (1999) *O Seminário, livro 5: As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Publicado originalmente em 1957-1958)
- _____. (2008a). *O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1968-1969)
- _____. (2009) *O Seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, (Originalmente publicado em 1971).
- _____. (2008b) *O Seminário, livro 20: Mais, Ainda*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1972-1973).
- _____. (2007). *O Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1975)
- _____. (1987a) *Da psicose paranóica e sua relação com a personalidade*. Trad. Aluisio Menezes et al. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1932).
- _____. (1987b). Motivos do crime paranóico: o crime das irmãs Papins. In *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. (Publicado originalmente em 1933).
- _____. (1998) *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2003) O Aturdido. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp 448-497. (Originalmente publicado em 1973).
- Laurent, D. (2006). O sujeito e seus parceiros libidinais: do fantasma ao sintoma. *Revista Eletrônica do Núcleo Sephora*, ano 1, nr. 02, mai/out. Recuperado em 07.jul.2007 de <www.nucleosephora.com/asephallus/numero_02/traducao.htm>.
- Le Breton, D. (2011). *Antropologia do corpo e da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- _____. (2003). *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas, SP: Papirus.
- Luna, N.(2012). Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. *Cadernos Pagu*. (19), pp.233-278. Recuperado em 20.mar.2014 de <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a10.pdf>>.
- Macedo, J. R. (1992) *A mulher na Idade Média*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- Maia, C. J.; Vieira. E.J.P. (2009). “Mães desalmadas”: infanticídio e amor materno no norte de Minas na década de 1970. *Caderno Espaço Feminino*. v. 22, n. 2 . Ago./Dez. 2009. Recuperado em 26. abr.2014 de <<file:///C:/Users/OEM/Downloads/1590-31045-1-PB.pdf>>.
- Maldidier. D. (2003). *A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni. P.Orlandi. Campinas: Pontes.
- _____. (2011). A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In C. Piovezani, C & V.Sargentini (Orgs). *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto. (Originalmente publicado em 1993).
- Maldonado, M.T. (1997). *Psicologia da gravidez: parto e puerpério*. São Paulo: Saraiva.
- Maltz, R. S.; Zavaschi, M. L., Lewkowicz, A. B., Bugin, A. M.; Lahude, D.; Suarez, E. M. F.; Soibelman, L.; Sordi, R. O., & Fortes, S. (2008). Poder parental e filicídio: um estudo interdisciplinar. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 42(3), pp. 91-102. Recuperado em 15.mai.2014 de <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2008000300010&lng=pt&tlng=pt> .
- Minayo, M. C. de S. (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Monte-Serrat, D. & Tfouni, L. V. (2012). Imagem e sujeito no rito jurídico. *Redisco*. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, pp. 48-55.
- Moura, S.M.S.R. & Araújo, M.F.(2004). A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 24 (1), pp. 44-55.
- Nasio, J-D. (2007). *Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Navarro, P. (2010). Uma definição da ordem discursiva midiática. In N. Milanez & N.R. Gaspar. *A (des) ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, pp.79-93.
- Neri, R. (2005). *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Orlandi, E. P. (2007) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas, SP: Pontes.
- _____. (1984) Segmentar ou recortar. In E. Orlandi. *Linguística: Questões e Controvérsias*. Centro de Ciências Humanas e Letras da Faculdades Integradas de Uberaba. Série de Estudos n. 10, pp. 9-27.
- _____. (2010). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3 ed. Campinas, SP: editora da Unicamp.
- Pêcheux, M. (1993). Análise Automática do Discurso (AAD-69). In F. Gadet & T. Hak (Orgs). *Por uma análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp. 61-161. (Originalmente publicado em 1969).
- Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1993). A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet & T. Hak. (Orgs). *Por uma análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp. 163-252. (originalmente publicado em 1975).
- Pêcheux, M. (2009). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.
- _____. (2008). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes.
- Pêcheux, M. & Gadet, F. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes. (Originalmente publicado em 1983).
- Pereira, M. C. (2011). “Mãe também é gente”. E quem foi que disse que não era? Estereótipos sobre a mulher na revista pais e filhos. *Comunicação & Sociedade*, Ano 33, n. 56, jul./dez, p. 211-231 .
- Plem. G.G.H. (2003). As “manias esquisitas” de Casemira: um estudo sobre a prática e o julgamento do infanticídio. *Revista de História Regional* 8(1), pp. 47-65. Recuperado

- em 25.abr.2014 de < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2168/1648>> .
- Pinto, C. M. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Pondé, R. (2000). *Releituras do feminino na literatura infantil*. Recuperado em 15.mar.2014 de <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2000/33/releituras.pdf>>.
- Quinet, A (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ramos, G. S. (2010). “Hediondo infanticídio”: problematizando os discursos da justiça na paraíba. *Anais do Encontro Nacional de História Oral*. Universidade Federal de Pernambuco, abril. Recuperado em 26.abr.2014 de < http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270425903_ARQUIVO_Textocompleto.pdf>.
- Ribeiro, M. G. (2012). O sagrado feminino na literatura. *IpotesI*, Juiz de Fora, v.16, n.2, p. 63-75, jul./dez.. Recuperado em 15.mar.2014 de <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/CAP05-63-75.pdf>>.
- Rocha, E. (2001) A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. *ALCEU* - v.2 , n.3 , jul./dez, pp. 15- 39.
- Roudinesco, E. (2008). *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. (Trad. André Telles). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rubim, A. A. C. (2004). Espetacularização e midiatização da política. In A. A. C. Rubim (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, pp. 181-221.
- Samarão, L. (2007). O espetáculo da publicidade: a representação do corpo feminino na mídia. *Contemporânea*, n.8, 1. Recuperado em 15.abr.2014 de <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_08/04LILIANY.pdf>.
- Santos, K. A. (2008). *A heterogeneidade do discurso feminino: mulher-efeito e seus desdobramentos*. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- _____. (2009). *Sim, toma! A mulher na contemporaneidade*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia)- Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati-PR.

- Santos-Granero, F. (2011). Hakani e a campanha contra o infanticídio indígena: percepções contrastantes de humanidade e pessoa na Amazônia brasileira. *Mana*. 17 (1), pp. 131-159. Recuperado em 16.out.2014 de <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v17n1/v17n1a06.pdf>>.
- Saussure, F. (2006). *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix. (Originalmente publicado em 1916).
- Scavone, L. (2001). Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface _ Comunic, Saúde, Educ*, v.5, n.8, pp.47-60.
- Scott, J. (1992). História das Mulheres. In P. Burke (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Soares. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 63-96.
- Silva, A. de P. D. da. (2010). *Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética de agressão*. Campina Grande: EDUEPB.
- Souza, Z. X. S. do N. & Diniz, N.M.F.(2011) Aborto provocado: o discurso das mulheres sobre suas relações familiares. *Texto e Contexto Enf*. 20 (4), out-dez, pp. 742-750.
- Szejer, M. & Stewart, R. (1997). *Nove meses na vida da mulher: uma aproximação psicanalítica da gravidez e do nascimento*. Trad. Maria N. B. Benetti. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tedeschi, L. A. (2008). *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú.
- Teixeira, M. (2005). *Análise de Discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Teixeira, M.R. (1997). A feminilidade nas dimensões Real, Simbólica e Imaginária. In *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, vol 1, nº 1. Curitiba: APC, pp. 75-86.
- Tfouni, F.E.V.; Tfouni, L.V. (2007). “Entra burro; sai ladrão”-O imaginário sobre a escola materializado nos genéricos. *Linguagem em (Dis)curso*- Lem D. Tubarão, v.7, n.2, mai./ago, pp. 293-311.
- Tfouni, F.E.V. (2010). Interdito e silêncio: uma abordagem no quadrado das oposições. *Revista Signótica*. Goiânia, v.22, n.2, jul/dez, pp.343-355. Recuperado em 17.fev.2015 de <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/13611>> .

- _____. (2013). Interdito e silêncio: análise de alguns enunciados. *Ágora*. Rio de Janeiro, v. XVI n. 1 jan/jun, pp.39-56. Recuperado em 17. Fev.2015 de <http://www.scielo.br/pdf/agora/v16n1/v16n1a03.pdf>.
- Tfouni, L.V. (2004). *Letramento e Alfabetização*. 6 ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (1992). O dado como indício e a contextualização do(a) pesquisador(a) nos estudos sobre a compreensão da linguagem. *D.E.L.T.A.*, 8 (2), pp. 205-223.
- _____. (2005) Letramento e autoria – uma proposta para contornar a questão da dicotomia oral/escrito. *Revista da ANPOLL*, Campinas, v. 18, pp. 127-141.
- Tfouni, L. V. & Santos, K. A. (2013). “Reproduzir é a nossa natureza”: a propaganda do dia das mães sob a ótica discursiva. In E. G. de Oliveira & H.W. de Camargo (Orgs), *Linguagem e Publicidade*. Londrina: Syntagma, pp. 19-31.
- Tornquist, C. S. (2002) Armadilhas da Nova Era: natureza e maternidade no ideário da humanização do nascimento. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis.v.10, n.2, pp. 483-492.
- Vásquez, G.G.H.(2005) *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.
- Venâncio, R.P. (2012) Maternidade Negada. In M.D.Priore & C. B. Pinsky. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp.189-222.
- Winnicott, D. W. (1994). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1987).
- Zinani, C. J.A. (2006). *A literatura e gênero: a construção da identidade feminina*; Caixas do Sul: Educs. Recuperado em 14.08.2012 de < file:///C:/Users/User/Downloads/20-76-1-PB.pdf>.
- Zucco, L.P & Minayo, M.C. S. (2009) Sexualidade feminina em revista (s). *Interface* (Botucatu) vol.13 no.28 Botucatu jan./mar. .
- Zulato-Barbosa, P. & Rocha-Coutinho, M. L.(2007) Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica* [online]; vol. 19, n.1, pp.163-195. Recuperado em 14.abr.2014 de < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.

Zulato-Barbosa, P. & Rocha-Coutinho, M. L.(2012) Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*; 24(3): (pp.577-587).

ANEXOS

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 1:

Transcrição da notícia completa:

Estudante dá à luz e joga bebê na lixeira de prédio no Rio

Publicado em 10 jan.2010.

Uma estudante universitária de 21 anos foi indiciada por tentativa de infanticídio, acusa de jogar o bebê recém-nascido pelo duto do lixo do prédio em que mora, em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro.

A jovem deu à luz por volta das 3h30 de sábado, 9, e, segundo depoimento na 32ª Delegacia, do Taquara, achou que o menino estivesse morto, pois o corpo estava todo roxo e ele, segundo a mãe, não se mexia. Os pais da jovem dormiam no quarto e, como o ar condicionado estava ligado, não ouviram choro ou qualquer barulho estranho.

A criança, que nasceu com 2,8 quilos, foi embrulhada em jornal pela mãe e encontrada por volta das 7 horas pelo zelado que passou próximo da lixeira e ouviu o choro. Levado para a Clínica Pediátrica Amiu, no bairro da Freguesia, o menino, chamado de Vitor, passa bem. A jovem foi levada para o hospital, onde fez uma curetagem, levando 30 pontos, internos e externos.

A mãe disse na delegacia que não tinha nenhum sintoma de gravidez, pois não enjoava e continuava menstruando normalmente. Ela contou que tomava alguns medicamentos para o tratamento de um pequeno tumor na tireoide e era acompanhada por um endocrinologista. Segundo a polícia, a jovem estaria em condição puerperal - o que pode gerar quadro de depressão pós-parto -, levando o delegado João Luiz Garcia a considerar que o estado psíquico da jovem estava alterado. Ela pagou fiança de R\$ 2 mil e vai responder ao processo em liberdade.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,estudante-da-a-luz-e-joga-bebe-na-lixreira-de-predio-no-rio,493447,0.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 2:

Transcrição da notícia completa:

Mãe que abandonou criança em lixeira já teria tentado afogar bebê

Publicado em 25/04/2011, às 15h01: Portal R7.com

A polícia de Praia Grande (SP) localizou a mulher que abandonou sua filha recém-nascida em uma caçamba de lixo. Segundo uma ex-patroa de Rosineide, ela já teria tentado se livrar de um bebê antes. A mulher teria sido surpreendida tentando afogar o próprio bebê no vaso sanitário há 13 anos.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/videos/mae-que-abandonou-crianca-em-lixreira-jateria-tentado-afogar-bebe/idmedia/d7bc1a4451704f5930ecb7e18cdec03d.html>>. Acesso em: 30 nov. 2012

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 3:

Transcrição da notícia completa:

Mulher que abandonou o bebê no lixo, tem ao todo dez filhos

Publicado em 27.04.2011

A Polícia Civil quer saber onde estão o casal de gêmeos de 1 ano e a adolescente de 15 anos que, segundo a Prefeitura de Praia Grande, são filhos da mulher que abandonou uma recém-nascida em uma caçamba de lixo na cidade do litoral de São Paulo. O crime aconteceu na semana passada e a suspeita foi presa no sábado (23), por tentativa de homicídio e abandono de incapaz. A mulher tem seis filhos reconhecidos. Em depoimento, ela disse que abandonou o bebê no lixo porque recebe apenas R\$ 600 e, por isso, não tem condições de sustentá-lo. Ela também alega ter sofrido depressão pós-parto, hipótese refutada pela polícia.

O pai da suspeita prestou depoimento na terça-feira (26) e afirmou que a filha passou por um “momento de desespero” ao deixar a criança na caçamba. Também foi ouvido pela polícia o catador de latinhas que encontrou a recém-nascida. Miguel Lemos Ribeiro, possível pai da menina, teve material genético colhido para exame de DNA. A criança pode ser fruto de um relacionamento extraconjugal.

Disponível em: <<http://www.branoticias.com.br/noticias/mulher-que-abandonou-o-bebe-no-lixo-tem-ao-todo-dez-filhos-7665.html>>. Acesso em: 30 nov. 2012

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 4:

3 de Maio de 2014

Você está aqui: Página Inicial/Notícias/Cidades/Notícias

CIDADES

publicado em 30/03/2012 às 15h48; atualizado em: 29/03/2012 às 14h18

Texto: **AA** **AA**

"Ela não tem sentimento", diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro

Presidiário não é o verdadeiro pai da criança; homem registrou o menino

Sylvia Albuquerque, do R7

[Twitter](#) [Plus](#)

A delegada Myrian Vidal, que investigou a morte do bebê de um ano que foi encontrado dentro de um carro em Aparecida de Goiânia (GO), contou ao R7, nesta sexta-feira (30), que a frieza da mãe da criança a impressionou. Andressa do Prado Oliveira, mãe do bebê, foi indiciada por homicídio doloso (quando há intenção de matar), tentativa de homicídio e por um aborto.

Essa mulher não tem sentimento. A única vez que ela chorou foi quando estava na frente das câmeras. Eu acompanhei a retirada do corpo do bebê do local, o que geralmente é uma cena muito forte, e ela estava sentada...

Campina Grande, PB

Leitura de olhos
Shadlin deve voltar a usar aparelho em novembro

Violência

Crimes cruéis
Filhos matam seu pai e chocam a população

Mato Grosso

Barriga cortada
Eu e minha filha somos vitoriosas, diz mulher

Crimes

45% ↑ 08 ↓ 08

Transcrição da notícia completa:

"Ela não tem sentimento", diz delegada sobre mulher que deixou bebê em carro

Publicado em 30/03/2012, às 15h48. Atualizado em: 29/03/2012, às 14h18

Presidiário não é o verdadeiro pai da criança; homem registrou o menino
Sylvia Albuquerque, do R7

Bebê de um ano morreu após ficar cerca de quatro horas trancado no carro da mãe

A delegada Myrian Vidal, que investigou a morte do bebê de um ano que foi encontrado dentro de um carro em Aparecida de Goiânia (GO), contou ao **R7**, nesta sexta-feira (30), que a frieza da mãe da criança a impressionou. Andressa do Prado Oliveira, mãe do bebê, foi indiciada por homicídio doloso (quando há intenção de matar), tentativa de homicídio e por um aborto.

- Essa mulher não tem sentimento. A única vez que ela chorou foi quando estava na frente das câmeras. Eu acompanhei a retirada do corpo do bebê do local, o que geralmente é uma cena muito forte, e ela estava sentada sem reação, mas não era estado de choque. Era frieza. Em depoimento ela também não chorou.

A delegada disse ainda que preso Ronaldo Francisco, que cumpre pena por tráfico de drogas, não é o pai biológico da bebê.

- A Andressa disse que o Ronaldo registrou o menino pensando que o filho era dele, mas que na verdade o verdadeiro pai não quis assumir a criança. Ela o conheceu [Ronaldo] em uma visita íntima ao presídio. Após o encontro, ela contou que teria engravidado, mas depois desmentiu.

Antes da morte da criança, a família de Ronaldo brigava na Justiça pela guarda do bebê. O menino chegou a ficar seis meses com eles no interior de Goiás. Durante uma visita, porém, a mãe levou a criança embora.

- Fazia um mês que a Andressa estava cuidando do bebê. Foi o tempo que ela conseguiu matá-lo. Ela já tinha tentado isso outras vezes.

Mãe esquece bebê em carro e criança morre

Myrian Vidal afirma ainda que conversou com Ronaldo e que, diferente de Andressa, ele teria se mostrado um homem amoroso com a criança.

- Quando eu fui interrogá-lo, achei que ele mentiria e iria atacar o tempo todo a Andressa, mas ele foi bem respeitoso com ela, e parecia estar sofrendo muito com a morte do bebê. Era um choro sincero e sem teatros. Foi atitude dele querer ver o corpo do filho.

O advogado de Andressa, José Patrício Junior, afirmou que aguarda o laudo do IML (Instituto Médico Legal) sobre a causa da morte do bebê para comprovar que o óbito foi um acidente.

- A delegada quis acabar com a imagem da Andressa pelo indiciamento de três crimes baseados apenas em depoimentos. Não existe prova de nada. Minha cliente agora sofre ameaças de morte dentro do presídio.

Nesta sexta-feira, foi aberto um novo inquérito para apurar a denúncia de que a mãe deixava o menino sozinho durante a noite para fazer programa. Caso seja comprovado, a suspeita responderá também por abandono de incapaz.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/-ela-nao-tem-sentimento-diz-delegada-sobre-mulher-que-deixou-bebe-em-carro-20120330.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 5:

Transcrição da notícia completa:

Mulher joga filhos de 4 e 7 anos do 15º andar e alega que estava de 'saco cheio' das crianças

Ela foi flagrada pelas câmeras de segurança do prédio momentos depois de atirar as crianças pela sacada.

Divulgado em: 26/06/2012, às 11h34

Ela foi flagrada pelas câmeras de segurança. Foto: Divulgação

Uma mulher russa foi presa acusada de atirar seus dois filhos do 15º andar do prédio em que mora em Moscou, informou na segunda-feira o jornal britânico Daily Mail. Segundo testemunhas, ela disse que cometeu o crime porque estava de "saco cheio de crianças" e que decidiu "se livrar delas". As crianças morreram antes da chegada de uma ambulância ao local.

Galina Ryabkova, 30 anos, foi flagrada pelas câmeras de segurança do prédio momentos depois de atirar as crianças de 4 e 7 anos pela sacada. Nas gravações, ela é vista calma, com uma expressão facial *sem emoção*, e chega a tentar deixar o prédio. As imagens também mostram vizinhos tentando conter a mulher.

"Eu estava perto da janela e ouvi uma grande batida", disse Tatiana Gumanyova, que mora no prédio, ao tabloide russo Life News. "Eu não prestei atenção, porque pensei que a criança só tinha tropeçado e caído. Mas então eu ouvi uma nova batida".

Outro vizinho afirmou ao tabloide que a mãe das crianças permaneceu calma até a polícia chegar. "Minha mulher me acordou e disse que havia crianças caindo. Nós corremos e vimos duas crianças deitadas no chão em frente à porta principal (do prédio), no mesmo momento em que ela estava deixando o prédio. Nós perguntamos se aqueles eram seus filhos e ela respondeu, sem emoção, "Sim, eu os joguei fora".

Ryabkova foi presa ao deixar o prédio que morava com o seu marido, que estava em viagem de trabalho, e as crianças no oitavo andar - ela teria subido andares no edifício antes de jogar as crianças. Durante interrogatório policial, ela teria dito que ninguém precisava dela e que seus filhos agora eram "anjos no paraíso", segundo um porta-voz da polícia citado pela agência Ria Novosti.

A mídia russa especula as razões que podem ter levado a mulher a cometer o crime. Entre as hipóteses, está a de que a família sofria problemas financeiros e a de que ela fez o ato porque era traída pelo marido. Ryabkova foi enviada a um hospital psiquiátrico.

FONTE: Terra

Disponível em: <<http://www.meionorte.com/noticias/internacional/mulher-joga-filhos-de-4-e-7-anos-do-15-andar-e-alega-que-estava-de-saco-cheio-das-criancas-171366.html>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 6:

← → ↻ ↗ 🏠 📄 notícias.r7.com/internacional/noticias/mulher-deixa-filho-morrer-enquanto-fica-na-internet-batendo-papo-20120629.html ☆ ☰

Notícias
 Baboo
 Brasil
 Brasil Escola
 Carros
 Cidades
 Dicionário
 Distrito Federal
 Downloads
 Economia
 Educação
 Empregos
 Esquísiticos
 Imóveis
Internacional
 Notícias
 Fotos
 Glossário
 Enquetes
 Mural
 Jus Navigandi
 Minax Gerais

INTERNACIONAL
 publicado em 29/06/2012 às 15h44: Texto: +A -A

Mulher deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo

Japonesa foi presa pela polícia e já havia perdido duas outras crianças

AFF
 Recomendar 21 Tweetar 1 +1 0 Pin it

Uma mulher, cujo filho foi deixado morto por um dia enquanto ela participava de fóruns em salas de bate-papo na internet, foi presa no Japão, de acordo com a polícia e a imprensa.

Yumiko Takahashi sabia que seu filho Neo, de apenas 19 meses, estava com febre alta quando o observou em 24 de junho do ano passado. No entanto, a mulher não cuidou da criança, disse a polícia.

Ainda segundo a polícia, a necropsia revelou que Neo havia falecido no...

R\$ 1,5 milhão
 Japonesa fatura virgindade de jovem brasileira

EUA
 Homenagem
 Presidentes estampam notas de até US\$ 100 mil

Crime
 Apenas 12 anos
 Mãe ajuda em prisão de filhos por morte de menina

R7 Banda Larga

R7 PONTOS
 Entre e participe

CADASTRE-SE, ganhe pontos e troque por prêmios

AS FOTOS DO SEU ANIVERSÁRIO... 2000 PONTOS

Transcrição da notícia completa:

Mulher deixa filho morrer enquanto ficou na internet batendo papo

Japonesa foi presa pela polícia e já havia perdido duas outras crianças

Publicado em 29/06/2012 às 15h44

De acordo com a polícia japonesa, Yumiko Takahashi foi negligente e não cuidou do filho.

Uma mulher, cujo filho foi deixado morto por um dia enquanto ela participava de fóruns em salas de bate-papo na internet, foi presa no Japão, de acordo com a polícia e a imprensa.

Yumiko Takahashi sabia que seu filho Neo, de apenas 19 meses, estava com febre alta quando o observou em 24 de junho do ano passado. No entanto, a mulher não cuidou da criança, disse a polícia.

Ainda segundo a polícia, a necropsia revelou que Neo havia falecido no início da tarde de 26 de junho. Sua mãe encontrou seu corpo sem vida apenas na manhã seguinte.

Takahashi, de 29 anos, foi presa nesta quinta-feira (28) sob suspeita de negligência infantil causando morte, indicou um porta-voz da Polícia de Otsu, no oeste do Japão nesta sexta-feira (29), acrescentando que houve demora na prisão porque as autoridades "estavam realizando as investigações necessárias".

Ela já havia perdido outros dois filhos: o primeiro, pouco depois do nascimento; e outro, morto após ter caído da varanda de um apartamento.

Takahashi disse à polícia que estava em salas de chat, de acordo com a imprensa.

"Procurei consolo no bate-papo na Internet para me conectar a outras pessoas durante três anos, desde que fiquei deprimida por perder meu filho em um acidente", disse a mulher, segundo a emissora japonesa NHK.

"Criar filhos é muito incômodo", concluiu ela.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/mulher-deixa-filho-morrer-enquanto-fica-na-internet-batendo-papo-20120629.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 7:

Transcrição da notícia completa:

Mãe foi quem matou a tesouradas e jogou filho recém-nascido no lixão, diz polícia

Fato se deu em União dos Palmares, no dia 25 de setembro; ela teve bebê no banheiro de casa.

Breno Airan. 10 Outubro de 2012 , às 10h00

Uma catadora de lixo fazia seu trabalho habitual, na manhã daquele dia 25 de setembro último, procurando por materiais que poderiam ser reciclados.

Em meio a plásticos, roupas velhas e chorume, um minúsculo amontoado de carne e osso. Um bebê.

O recém-nascido jogado no lixão de União dos Palmares havia sido 'descartado' por sua própria mãe, segundo a polícia.

Em investigação, o delegado Valdeks Pereira e sua equipe de agentes descobriram que Aline da Silva Santos, de 22 anos, tinha sido a responsável por tal ato desumano.

No corpo da criança havia ainda marcas de perfurações, inclusive no pescoço.

Ao ser interrogado pelo delegado do caso, Aline contou que teve o bebê no banheiro de sua residência e logo depois o matou a tesouradas.

Primeiro, ela cortou o elo entre a criança e ela: o cordão umbilical. Em seguida, desferiu um golpe certo na barriga de seu próprio filho e depois em seu pescoço.

Aline teria visto o bebê se mexer após o primeiro golpe, sinal de que ele tinha nascido aparentemente bem.

Sem delongas, a mãe pôs o corpo dentro de uma sacola plástica e o jogou no lixo no dia 24 de setembro.

A Valdeks Pereira, ela disse que seus pais não sabiam da gravidez e que só fez o que fez para não ser expulsa de casa.

Aline teve a prisão preventiva decretada e foi encaminhada para o Presídio Feminino Santa Luzia, em Maceió.

Depósito

O carro que recolhe os resíduos e sacolas de lixo levou a criança já morta até o depósito de lixo na Favela Rios. Mal sabia Zezito, o motorista do veículo, que carregava um ser humano morto pela própria mãe dentro de uma sacola.

Um dia depois a catadora encontrou o que não podia ser reciclada, a oportunidade de viver.

Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/42253/interior/2012/10/10/mae-foi-quem-matou-a-tesouradas-e-jogou-filho-recem-nascido-no-lixao-diz-policia.html>>. Acesso em: 30. nov. 2013

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 8:

The screenshot shows a web browser displaying a news article on the G1 website. The article is titled "Mãe joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia" (Mother throws newborn out the window and baby dies in RN, according to police). The sub-headline reads: "Fato foi registrado na sexta-feira (16), no município de Nísia Floresta. Segundo a polícia, mãe não tem problemas mentais; ela está internada." (Fact was registered on Friday (16), in the municipality of Nísia Floresta. According to the police, mother has no mental problems; she is hospitalized).

The article text states: "Um bebê recém-nascido, do sexo masculino, foi morto pela própria mãe no município de Nísia Floresta, na região da Grande Natal, segundo informações da Delegacia de Polícia Civil. O fato ocorreu na última sexta-feira (16), numa localidade conhecida por Colônia de Plum. Ainda não se sabe a motivação do crime. Contudo, a polícia confirma que a mulher não tem qualquer doença mental." (A newborn baby, male, was killed by his own mother in the municipality of Nísia Floresta, in the region of Grande Natal, according to information from the Civil Police Department. The fact occurred on last Friday (16), in a locality known as Plum Colony. It is still unknown the motivation for the crime. However, the police confirms that the woman has no mental illness).

Below the main text, there are several related headlines: "saiba mais", "Jovem dá à luz sem saber de gravidez e criança morre", "Bebê que nasceu após mãe ser morta por tiro segue em coma no DF", and "Grávida de 12 anos morre com tiro na cabeça e médicos salvam bebê".

On the right side of the page, there is a sidebar with a "PUBLICIDADE" (Advertisement) for "NETFARMA" featuring a "Kit Colgate Escova Dental + Creme Dental 30g + Enxagua..." for R\$ 18,59. Below the ad is a section titled "Seus amigos no G1" (Your friends on G1) with a Facebook login prompt: "Conecte-se com Facebook". At the bottom right, there is a small section titled "Rio Grande do Norte".

Transcrição da notícia completa:

Mãe joga recém-nascido pela janela e bebê morre no RN, segundo a polícia

Fato foi registrado na sexta-feira (16), no município de Nísia Floresta. Segundo a polícia, mãe não tem problemas mentais; ela está internada.

19/11/2012 11h33 - Atualizado em: 19/11/2012, às 15h51

Um bebê recém-nascido, do sexo masculino, foi morto pela própria mãe no município de Nísia Floresta, na região da Grande Natal, segundo informações da Delegacia de Polícia Civil. O fato ocorreu na última sexta-feira (16), numa localidade conhecida por Colônia de Pium. Ainda não se sabe a motivação do crime. Contudo, a polícia confirma que a mulher não tem qualquer doença mental.. Segundo a agente da Polícia Civil Maria Cícera, assim que o bebê nasceu a mãe o enrolou numa peça de roupa e o atirou pela janela do banheiro onde mora. A mulher, ainda segundo a policial, teria tido o filho sozinha, dentro de casa.

A policial também confirmou ao **G1** que o bebê morreu asfixiado. No entanto, não se sabe ainda se o recém-nascido foi estrangulado propositalmente ou se ficou sem ar em razão da roupa que o envolveu. "O fato é que a mãe o jogou pela janela", reafirmou Maria Cícera . Já a mãe, ainda segundo a policial, teve uma hemorragia depois de parir e foi socorrida por parentes à Maternidade Escola Januário Cicco, em Natal. A polícia não tem informações sobre o estado de saúde da mulher.

Maria Cícera conta que a Polícia Militar foi acionada e, ao chegar no local, não registrou o flagrante na delegacia da cidade. "Por isso a mãe não foi detida", explicou a agente. A Polícia Civil prepara um inquérito para ser remetido à Justiça, que decidirá sobre o futuro da mulher. "Ainda vamos ouvir possíveis testemunhas, familiares e o médico que a atendeu na maternidade para podermos juntar as peças no inquérito", detalhou Maria Cícera.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2012/11/mae-joga-recem-nascido-pela-janela-e-bebe-morre-no-rn-confirma-policia.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 9:

Transcrição da notícia completa:

Delegado diz que mãe confessou ter cortado filho ao meio no Piauí

23/11/2012 15h13 - Atualizado em 23/11/2012 20h43

Uma parte do corpo do bebê foi encontrada na manhã desta sexta-feira (23). Segundo o delegado, o crime ocorreu no dia 21 de novembro.

Gilcilene Araújo. Do G1 PI

O delegado regional Lucas Craveiro disse ao G1PI, na tarde desta sexta-feira(23), que a jovem Ana Paula Bastos, 18 anos, confessou em depoimento ter matado o próprio filho recém-nascido, no município de Esperantina, no Norte do Piauí.

Polícia investiga morte de bebê em Esperantina, PI

Segundo Lucas Craveiro, o crime ocorreu no dia 21 de novembro. O parto aconteceu dentro do quarto da jovem. Ainda de acordo com ele, Ana Paula Bastos disse à polícia que a criança teria nascido morta e ela resolveu cortar o corpo do bebê e jogá-lo fora pelo muro de sua casa.

“Ela confessa que após o parto cortou o bebê ao meio com uma faca de cozinha. A jovem disse aos policiais que estava sofrendo retaliações do pai dela, porque engravidou ainda cedo e teria que deixar de estudar para cuidar da criança”, conta.

O delegado relata também que uma irmã da jovem estava em casa e presenciou o crime, contudo, ela nega participação. Uma parte do corpo do recém-nascido foi encontrada na manhã desta sexta-feira (23) próxima a uma capela, localizada no bairro Morro das Onças. A polícia acredita que a outra parte teria sido devorada pelos urubus.

Segundo o comandante da Polícia Militar, coronel Luis Gonçalves Albuquerque Lima, a polícia recebeu uma denúncia de populares que relataram a presença de urubus no local. “Quando chegamos vimos que era um bebê que teve parte do corpo devorado pelos bichos. Após informações dos populares, identificamos que a suspeita de cometer o crime era a mãe da criança”, informou. Lucas Craveiro informou ainda que Ana Paula deverá fazer exames que identifiquem em que circunstâncias psicológicas ela se encontrava logo após ao nascimento da criança. “Será analisado se a mãe está com depressão pós-parto. Caso seja confirmado, ela responderá por infanticídio, onde a pena é menor. Senão, a acusada responderá por homicídio”, explica o delegado.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2012/11/delegado-diz-que-mae-confessou-ter-cortado-filho-ao-meio-no-piaui.html>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 10:

Transcrição da notícia completa:

Cachorro devora bebê recém nascido em Guarapuava

Publicado em 15.05.2013, às 17h18

De acordo com a polícia, o cachorro já havia devorado parte do braço e do cordão umbilical da criança.

Na noite desta terça feira (14), a Polícia Militar de Guarapuava foi acionada por moradores do Bairro Bonsucesso que haviam encontrado o corpo de uma criança recém nascida jogado na rua.

Segundo informações levantadas com uma das moradoras pelo site Redesul, um cachorro estava mexendo em um pacote que estava jogado ao lado de sua casa, o pacote lhe chamou a atenção e ao verificar a moça se deparou com um bebê.

De acordo com a polícia, o cachorro já havia devorado parte do braço e do cordão umbilical da criança.

Peritos do IML e do Instituto de Criminalística estiveram no local e constataram que o parto do bebê havia ocorrido naquele mesmo dia. Funcionários dos hospitais da cidade foram avisados, e solicitados para que informem a Polícia todos os partos que ocorreram durante essa terça-feira.

Ainda não se sabe o que realmente provocou a morte da criança e nem quem é a mãe do bebê.

Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/52698/cachorro-devora-bebe-recem-nascido-em-guarapuava>>. Acesso em: 16 mai. 2013.

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 11:

Transcrição da notícia completa:

RO: irritada com choro, mulher mata e joga a filha em caixa d'água

23 de Maio de 2013 • 12h51 • atualizado às 12h57

Uma mulher matou a própria filha, um bebê de 10 meses, após se irritar com o choro da menina, em Porto Velho (RO). Elaine Santos Libório, 39 anos, estava em casa na quarta-feira, no bairro Nova Floresta, quando estrangulou a criança, Eloá Libório da Cruz, e jogou-a em uma caixa d'água. A mulher ainda ligou para a Polícia Militar contando o que havia feito, e disse que se entregaria na 7ª Delegacia de Polícia.

Elaine deixou o corpo da filha na caixa d'água e saiu de casa, mas foi presa pela Polícia Militar antes de chegar à 7ª DP. Os policiais voltaram com ela até a casa e chamaram os bombeiros. Eloá foi levada ao hospital, mas já estava morta.

A mãe disse à Polícia Civil que tinha problemas psicológicos e sofria de depressão pós-parto. Elaine afirmou que vivia com dificuldades financeiras e não recebia assistência do pai da menina. Ela disse que não aguentava mais tanto choro da criança quando cometeu o crime.

Elaine também falou à polícia que, na terça-feira, havia contado a um vizinho que mataria a filha. A mulher foi presa em flagrante e levada à Penitenciária Feminina de Porto Velho

Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/ro-irritada-com-choro-mulher-mata-e-joga-a-filha-em-caixa-dagua,19d6efffd02de310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 06 jun. 2013

Página da notícia de onde foi retirada a manchete 12:

Transcrição da notícia completa:

Ela atrapalhava minha vida, diz adolescente que confessou ter matado a filha a pedradas em Alagoas

Publicado em 17/7/2013 às 00h37 (Atualizado em 17/7/2013 às 08h50)

Menina de um ano e meio foi morta a pedradas no último domingo (14)

Uma adolescente de 17 anos confessou ter matado a filha de apenas um ano e meio a pedradas na cidade de Rio Largo, região metropolitana de Maceió, em Alagoas. O delegado Antônio Edson afirmou que ela disse que a criança 'atrapalhava a vida', já que o pai não assumiu e a família não a aceitava.

O corpo de Karine Daniele Gouveia foi achado na noite de domingo (14) em uma ponte da cidade. Inicialmente, a mãe disse que suspeitos em um carro levaram a menina. Depois, um homem a pé. O delegado disse que além das controvérsias nos depoimentos, a roupa da adolescente estava suja de sangue.

Questionada, ela acabou confessando o crime e disse que acertou três pedradas na criança e depois colocou o corpo na ponte. A pedra tinha cerca de quatro quilos. O delegado concedeu entrevista coletiva na tarde de terça-feira (16).

Leia mais notícias de Cidades

A mãe apresentou frieza, segundo ele, e argumentou que toda a vida mudou depois da gestação e que ela e a filha estavam sofrendo muito. Por ser menor de idade, ela responderá apenas com medida socioeducativa e ficará detida na aos cuidados da Promotoria da Infância e da Juventude de Rio Largo.

Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidades/ela-atrapalhava-minha-vida-diz-adolescente-que-confessou-ter-matado-a-filha-a-pedradas-em-alagoas-17072013>>. Acesso em: 30 nov. 2013.